

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Nº 84781/2017 – GTLJ/PGR
Relator : Ministro EDSON FACHIN

Distribuição por conexão à Petição nº 6122 e Inquérito 4326

PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGILOSO. ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA. ELEMENTOS QUE INDICAM A PRÁTICA DE CRIMES POR AUTORIDADES DETENTORAS DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO.

1. Informações preliminares colhidas no bojo de negociação de acordo de colaboração premiada indicam o cometimento de crimes por autoridades com foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.
2. Prática em tese dos crimes de Corrupção Passiva (art. 317 CP), Constituição e Participação em Organização Criminosa (art. 2º Lei 12850/13), Obstrução à investigação de Organização Criminosa (art. 2º, § 1º da Lei 12850/13).
3. Pedido de instauração de inquérito.

O Procurador-Geral da República vem perante Vossa Excelência se manifestar pela **INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO** em face de MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, AÉCIO NEVES DA CUNHA e RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, nos termos que se seguem.

I – Breve Resumo dos Fatos

O Ministério Público Federal foi procurado por pessoas ligadas ao Grupo empresarial J&F¹, alvo de múltiplas investigações em diversos juí-

¹ O Grupo J & F é liderado pela sociedade empresária J & F Investimentos S.A., criada em 1953, presente em mais de 30 países. Sob o controle do grupo, dentre outras empresas, estão a JBS (líder global em processamento de proteína animal), a Alpargatas (maior empresa de calçados e vestuários na América Latina), a Vigor (maior empresa brasileira de derivados de leite), a Flora (empresa líder em segmentos de limpeza doméstica e higiene pessoal), a Eldorado Brasil (maior planta para produção de celulose no mundo) e o Banco Original. A receita líquida da J & F Investimento S.A., em 2015, foi de 174 bilhões de reais. Vide em: <http://jfinvest.com.br/quem-somos/apresentacao/>.

zos e instâncias, com o objetivo de que fosse entabulado acordo de colaboração premiada. A Procuradoria-Geral da República foi indicada inicialmente como órgão com atribuição para as negociações em tela em razão dos fatos ilícitos a serem narrados tratarem também de crimes cometidos por pessoas detentoras de prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal.

Dentre os componentes do referido grupo empresarial, destaca-se o possível colaborador JOESLEY MENDONÇA BATISTA, presidente da sociedade empresária J & F Investimentos S.A., que, de maneira voluntária, dispôs-se a narrar fatos, apresentar documentos referentes a diversos crimes praticados no contexto da operação Lava Jato, além de outros ilícitos, muitos envolvendo pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função, bem como outros meios de prova coligidos em passado recente.

Em reunião preliminar realizada em 07/04/2017, foram efetivamente apresentados alguns elementos de prova que indicam a possível prática de crimes por parte do presidente da República MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, do atual² deputado federal RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, do senador AÉCIO NEVES DA CUNHA e de outras pessoas a eles ligados, mas não detentoras de foro por prerrogativa de função.

Dentre os elementos de prova entregues oficialmente ao Ministério Público Federal³, sobreleva mencionar a existência de 4 (quatro) gravações em áudio efetivadas pelo próprio aspirante a colaborador JOESLEY MENDONÇA BATISTA, que podem ser assim resumidas:

(i) Gravação de conversa com o atual presidente da República, MICHEL TEMER, no mês de março do corrente ano, provavelmente em 7/03/2017, por volta das 22h40min, no Palácio do Jaburu, residência oficial do atual presidente, em Brasília-DF [Áudio PR1 14032017.WAV].

² Tomou posse como deputado federal em 08/03/2017. Vide em:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=141532&tipo=1

³ Termo de recebimento em anexo, DOC. 1.

(ii) Gravação de conversa com o atual deputado federal RODRIGO LOURES, em 13/03/17 na residência de JOESLEY BATISTA, localizada em São Paulo-SP, realizada no mês de março [Áudio PR2 A 13032017.WAV].

(iii) Gravação de conversa com o atual deputado federal RODRIGO LOURES, na sua residência, localizada em Brasília-DF, realizada no mês de março, provavelmente no dia 16/03/2017 [Áudio PR2 16032017.WAV].

(iv) Gravação de conversa com o senador AÉCIO NEVES, ocorrida no mês de março do corrente ano, provavelmente em 24/03/2017, no Hotel Unique, São Paulo-SP [Áudio Aeunique.WAV].

Além dos mencionados elementos, foram entregues oficialmente à Procuradoria-Geral da República, na mesma data, os possíveis anexos da colaboração premiada pretendida pelos membros do grupo societário, acompanhados dos respectivos documentos de corroboração.

Prestaram depoimento perante a Procuradoria-Geral da República, na mesma data, JOESLEY MENDONÇA BATISTA E RICARDO SAUDI, revelando o firme propósito de celebrar acordo de colaboração.⁴

Em face da peculiaridade do caso, entretanto, que reside no fato de que, diferentemente de episódios anteriores nos quais a colaboração cingia-se a fatos criminosos pretéritos, a presente negociação de acordo trouxe à baila crimes cuja prática ou seu exaurimento estão ocorrendo ou por ocorrer, em datas previstas ou previsíveis. Isso torna obrigatória, em respeito à missão constitucional do Ministério Público, a intervenção imediata para propiciar a cessação das condutas e sua indúvidosa e rigorosa apuração.

Por tal razão, o tradicional modelo de celebração de acordos de colaboração premiada, por envolver um certo *iter* procedimental consistente na análise dos anexos (o que já foi realizado), tratativas quanto aos termos do acordo e colheita de depoimentos para posterior submissão à

⁴ Termos de depoimento em anexo

homologação ao juízo competente, mostra-se intempestivo diante da conjuntura dos fatos.

Segundo os elementos até então colhidos, pagamentos de propinas destinadas ao doleiro LÚCIO BOLONHA FUNARO, ao ex-deputado EDUARDO COSENTINO CUNHA, ambos presos em decorrência de desdobramentos do caso Lava Jato e ao senador AÉCIO NEVES DA CUNHA teriam sido aprazadas para os próximos dias.

Em razão da urgência para a implementação da ação controlada, o Ministério Público Federal firmou com o possível colaborador um pré-acordo de colaboração (vide ANEXO), de maneira que fosse possível intentar a medida ora proposta.

II – Dos possíveis crimes praticados por autoridades com prerrogativa de foro

Áudio 1 [PR1 14032017.WAV]⁵.

Conforme se depreende da gravação⁶ entregue e depoimento prestado pelo candidato a colaborador, o presidente MICHEL TEMER recebeu JOESLEY BATISTA no dia 07/03/2017, por volta das 22h40min, no Palácio do Jaburu, residência oficial do Vice-Presidente da República. Ao todo, conversaram por cerca de 30 minutos.

Pelo próprio áudio, é possível perceber que JOESLEY passa pela portaria sem se identificar⁷ e se dirige diretamente à garagem do Palácio.

⁵ Em seu depoimento, JOESLEY faz referência a um encontro anterior, no dia 06/03/2017, no Hotel Fasano em SP, com RODRIGO LOURES. Tal encontro foi, segundo suas palavras, também gravado mas não entregue até esta data ao Ministério Público.

⁶ AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRAVAÇÃO AMBIENTAL FEITA POR UM INTERLOCUTOR SEM CONHECIMENTO DOS OUTROS: CONSTITUCIONALIDADE. AUSENTE CAUSA LEGAL DE SIGILO DO CONTEÚDO DO DIÁLOGO. PRECEDENTES. 1. A gravação ambiental meramente clandestina, realizada por um dos interlocutores, não se confunde com a interceptação, objeto cláusula constitucional de reserva de jurisdição. 2. É lícita a prova consistente em gravação de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, se não há causa legal específica de sigilo nem de reserva da conversação. Precedentes. 3. Agravo regimental desprovido. (AI-AgR 560223, JOAQUIM BARBOSA, STF.)

⁷ Por volta dos 32min, JOESLEY menciona que o veículo, para conseguir livre passagem pela portaria, havia sido identificado pela placa do carro.

MICHEL TEMER e JOESLEY demonstram que já se conheciam anteriormente, com o registro de que a última vez que tinham se encontrado pessoalmente foi há mais de 10 meses, portanto antes de MICHEL TEMER assumir a Presidência da República (vide 04min50s – 07min18s).

JOESLEY informa o motivo do encontro, a partir dos 8min15s. Diz ao presidente MICHEL TEMER que, antes, estava conversando com “GEDDEL” (GEDDEL VIEIRA LIMA) e com “PADILHA” (ELISEU LEMOS PADILHA) para tratar de assuntos do seu interesse e do grupo J & F. Em razão das investigações decorrentes da Lava Jato, gostaria de saber com quem deveria falar, quem seria o interlocutor do presidente.

Nesse contexto, é importante registrar que MICHEL TEMER, a partir dos 10min50s, quando JOESLEY fala que perdeu contato com GEDDEL em razão das investigações, demonstra preocupação, afirmando que *“é, tem que tomar cuidado. É complicado”*. Logo em seguida, a partir dos 11min30s, os interlocutores tratam do ex-deputado EDUARDO CUNHA. JOESLEY afirma que tem procurado manter boa relação com o ex-deputado, mesmo após sua prisão. TEMER confirma a necessidade dessa boa relação: *“tem que manter isso, viu”*. JOESLEY fala de propina paga *“todo mês, também”* ao EDUARDO CUNHA, acerca da qual há a anuência do presidente.

A partir dos 16min, verifica-se que TEMER indica o deputado federal RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, a quem ele chama de RODRIGO, como pessoa de sua extrema confiança⁸ para tratar dos temas de interesse do JOESLEY. E ainda combinam manter, quando houver necessidade, a prática de encontros noturnos no Palácio do Jaburu, sem registros oficiais. TEMER afirma: *“fazemos como hoje (...) funcionou super bem”*. JOESLEY responde: *“verdade, verdade, venho umas dez e meia, conversamos um minutinho, uma meia horinha e vou embora”*.

⁸ Antes de assumir o cargo de deputado federal, na vaga de Osmar Serraglio, que assumiu recentemente o Ministério da Justiça. RODRIGO LOURES era assessor especial do presidente MICHEL TEMER.

Áudio 2 [PR2 A 13032017.WAV]

No dia 13/03/2017, JOESLEY BATISTA recebeu RODRIGO LOURES na residência do primeiro no bairro Jardim Europaem São Paulo-SP.

Essa reunião tratou basicamente dos principais interesses políticos e comerciais de JOESLEY BATISTA perante o Governo Federal, cujos pontos foram aprofundados numa reunião seguinte com os mesmos interlocutores, bem como foram tratados assuntos relacionados a crimes que JOESLEY vem praticando para garantir a combinação de versões com alguns réus da Operação Lava Jato, bem como a compra do silêncio deles, por intermédio de pagamentos mensais.

Depois, a partir de 10min, JOESLEY menciona que tem algumas “posições-chave” no CADE, na CVM, na Receita Federal, no Banco Central e na PFN, que precisam de pessoas que sejam capazes de resolver seus problemas, iniciando uma abordagem sobre sua agenda econômica que necessita, direta ou indiretamente, desses órgãos para resolver pendências ou auxiliar no destravamento de negócios de seu grupo econômico, como uma questão jurídica que se encontra no CADE que foi melhor detalhada na reunião seguinte na casa de RODRIGO, relacionada a sua EPE (Empresa Produtora de Energia) de Cuiabá, cuja decisão liminar deste órgão de controle da concorrência pode representar um ganho diário para JOESLEY de um milhão de reais e um ganho anual de R\$ 300 milhões de reais, cujo negócio, se fosse bem sucedido, poderia garantir uma propina de 5%.

Sobre as indicações para esses órgãos, RODRIGO LOURES, no minuto 16, oferta a JOESLEY BATISTA a possibilidade de levar algum nome indicado por ele para o conhecimento do Presidente da República. No contexto dessa conversa, pode-se extrair a real intenção sobre as preocupações nos nomes (15min30s):

JOESLEY - Eu só preciso é resolver meus problemas, se resolver, eu nem, só pra não confundir, as vezes, não é que eu, a eu gostaria que fosse João ou Pedro, João ou Pedro...

RODRIGO - O importante é que resolva.

JOESLEY - Resolve o problema, se resolve, então pronto, é que eu tenho algumas questões a ser resolvida, e de repente já vamos chamar a ele e testar, falar ôô, ôô Fulano...

Durante todo o diálogo relacionado a agenda econômica do Grupo J&F, RODRIGO LOURES se mostra interessado e disponível para defender os interesses da empresa, inclusive apresentando nomes de pessoas com quem podia contar e estratégias de atuação. Mais que isso, conforme se verifica no Áudio 3, RODRIGO LOURES faz ligações telefônicas, na presença de JOESLEY, atuando diretamente com esses outros interlocutores para “resolver” os problemas do grupo econômico.

Um ponto de destaque no Áudio 2, a partir de 36min20s, que neste momento é objeto da cominação de ação controlada e postulação de técnicas especiais de investigação, reside no fato de que JOESLEY comunica a RODRIGO LOURES uma preocupação com o levantamento do sigilo das colaborações premiadas dos executivos do Grupo Odebrecht, quando se trava um diálogo falando sobre a combinações de versões para defesa dos crimes revelados e, o que é mais grave, JOESLEY relata que vem pagando pela combinação de versões ou silêncio de LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA, ambos atualmente presos preventivamente. Ao final, falam sobre a anistia do Caixa 2 para resolver definitivamente esse problema:

RODRIGO - Como é que o ... não deixar rastros, né, você sabe disso e quanto esta temporada, enquanto não for levantada estas delações nós vamos ficar num campo complicado.

JOESLEY - Quando você acha que levanta?

RODRIGO - Agora.

JOESLEY - Agora o que? Uma semana, um mês ou três mês?

RODRIGO - Eu acho que esta semana ainda não, muitos jornais estão dando que já é essa semana. Eu não acho, eu acho que essa que vem. A maior parte do levantamento do sigilo e...e agora é isso, fazer o que você está fazendo. Se você acha que tem uma porteira lá da fazenda que ficou aberta em algum lugar que precisa fechar, fecha.

JOESLEY - É o que estou fazendo.

RODRIGO - Se você tem uma cerca lá na mangueira que, que tá, se você botar uma pressão ela arrebenta, reforça.

JOESLEY – *É o que eu tô fazendo.*

RODRIGO – *Mesmo que não precisa.*

JOESLEY – *Mesmo que não precisa. É isso que eu tô fazendo, que eu tô dando um double check em tudo por isso que eu chamei RICARDO⁹ de volta e disse: RICARDO, você vai pegar todo o processo eleitoral nosso, ver tudo o que você fez, que nós fizemos, do que é da tua parte, tal, tal, que nós temos que ir vendo. Depois é o seguinte, ó, nós temos que dar uma explicação rápida a alguém, uma explicação rápida pra dar, nós não podemos pestanejar, dizer, ah, não sei, ou nós falar uma coisa e o outro falar outra. Exatamente isso.*

RODRIGO – *É, e aquilo que está documentado, está formalizado.*

JOESLEY – *E as partes falando a mesma..*

RODRIGO – *Mesma linguagem.*

JOESLEY – *Mesma língua e pronto. É o caso do Lúcio, Lúcio Funaro tá preso, já fui, já deu reportagem na Folha, no Estadão, o promotor me chama, a Polícia Federal me chama, não sei o que, eu tenho uma estória, tu conta, eu vou, pá, e pá, e pronto.*

RODRIGO – *E ele está alinhado?!*

JOESLEY – *E ele do outro lado também.*

RODRIGO – *Como é que está a cabeça dele neste momento? Como está a cabeça dele?*

JOESLEY – *Rodrigo...*

RODRIGO – *Eu não o conheço pessoalmente.*

JOESLEY – *Não? Então...ééé, isso eu vou falar o que eu acho, tá, porque também o cara tá lá, né? [preso] Nunca mais vi o cara na vida. Eu disse pra Michel, desde quando Eduardo foi preso e ele [Funaro], quem está segurando as pontas sou eu. Eu tô...*

RODRIGO LOURES – *Cuidando deles lá.*

JOESLEY – *Dos dois, tanto da família de um, quanto da família do outro. Isso aparentemente está...*

RODRIGO LOURES – *Estabilizou.*

JOESLEY – *Trazendo uma certa...De um lado é isso. Agora o que eu até comentei com Michel que o problema é o seguinte, ó, Rodrigo, a gente tem que pensar que essa situação não dá para o ficar o resto da vida. Um mês vai, dois mês, três meses, seis meses, mas vai chegando uma hora, que assim você vai indo, cê vai indo. Eu, por exemplo, estou tomando umas pancadas aí, mas eu estou me segurando. Eu acho que eu me blindei ali no primeiro estágio ali.*

⁹ A partir de 6min, os interlocutores falam de RICARDO [SOBRENOME], JOESLEY diz que ele precisa resolver uns probleminhas que ficou para trás, quando então RODRIGO LOURES faz ponderações sobre deixar RICARDO de fora. RODRIGO dá a entender que sabe do que se tratam os “serviços” prestados pelo RICARDO, quando diz que “(...) botar ele no serviço de novo no Congresso não é uma boa, não” (6min57s).

Por enquanto, eu tô, enfim, mas é o tipo da situação que se não parar de bater, né? Vai batendo, vai batendo...

RODRIGO LOURES - *Tem uma hora que machuca.*

JOESLEY - *Uma hora porra! Um hora, né, até essa parede aqui, se eu ficar batendo nela, batendo, dá uma hora eu derrubo ela, né? Então...quando estava o Geddel, tava aquela agenda do Caixa 2, do negócio da autoridade, tinha pelo menos uma luz, né. Agora, e aí nós estamos esperando o que agora? O Caixa 2 eu acho que não adianta mais nada, né, porque se o Caixa 1 é crime, o 2 vira 1, ficou inócua, né, essa medida, né? Quer dizer, é, ah o Caixa 2 não é 2, é 1! Não, mas o 1 é crime, então...*

R - *É mais ainda não consolidou.*

JOESLEY - *Isso, é.*

R - *Foram três ministros do pleno que julgaram dos onze. Ainda vai para...ainda não houve a...a confirmação dessa decisão, desse entendimento, é...mas o fato é que lá no Congresso depois esse episódio do [Valdir] Raupp aí, está todo mundo preparado...eu imagino que foi para aparecer rapidamente um texto, basicamente dizendo o seguinte: Olha aqui, o limite de velocidade até ontem era 80 km/h e agora hoje passou para 70, se ele mandar multa para todo mundo nós vamos rever isso até agora.*

Como se vê, LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA continuam cometendo crimes, mesmo presos, para a manutenção dos interesses da Organização Criminosa, cuja principal intenção é a obstrução da Justiça.

Áudio 3 [PR2 16032017.WAV]

Segundo se verifica na gravação entregue e no depoimento colhido, JOESLEY BATISTA se encontrou com RODRIGO LOURES na residência deste em Brasília, no dia 16/03/2017¹⁰. A partir dos 05 min35s, JOESLEY explica que existe um “inquérito administrativo” no CADE de seu interesse e, para tratar do tema, o advogado do caso teria uma reunião com o superintendente adjunto da autarquia, KENYS MENEZES MACHADO, em 20/03/2017. Nesse momento, menciona que foi

¹⁰ Nos primeiros minutos da gravação, percebe-se que RODRIGO LOURES apresenta partes da casa para JOESLEY. Fala, por exemplo, a partir de 3min de piscina, da sauna, dos vestiários. É possível verificar, ainda, que, aos 5 min, JOESLEY fala expressamente o nome do interlocutor.

formulado um pedido de medida preventiva¹¹ à Superintendência-Geral do CADE.

Em síntese, a partir de 08min30s, JOESLEY explica que o Grupo J & F controla a EPE (Empresa Produtora de Energia) de Cuiabá, indústria termoeletrica, e que, em razão de uma possível prática anticompetitiva da PETROBRAS, relacionada à aquisição de gás natural na Bolívia, estaria tendo prejuízos. A PETROBRAS adquiriria todo o gás disponível na Bolívia para vender à EPE por um suposto preço abusivo.

O interesse de JOESLEY é no sentido de que a PETROBRAS ou não compre o gás (deixando que a EPE adquira diretamente dos fornecedores bolivianos) ou realize a venda para a EPE pelo mesmo preço de aquisição. Aos 11min50s, JOESLEY estima que estaria perdendo 1 milhão por dia em razão dessa possível conduta anticompetitiva da PETROBRAS. JOESLEY chega a fazer um cálculo rápido e estimar cerca de 300 milhões por ano de faturamento. Para resolver o problema, pede ajuda de RODRIGO LOURES.

De imediato, RODRIGO LOURES se disponibiliza a ligar ou para o Superintendente-Geral do CADE, EDUARDO FRADE, ou para o presidente do CADE em exercício, GILVANDRO ARAÚJO. Inicialmente tenta falar com FRADE, que não pôde lhe atender naquele momento. Depois, pede para a secretária ligar para GILVANDRO.

Após o término da ligação, quando retorna a conversar apenas com JOESLEY, por volta dos 29min., RODRIGO afirma que GILVANDRO teria entendido o recado. Em seguida, JOESLEY oferece a RODRIGO, para a solução dessa questão, o montante de 5%, que é imediatamente aceite pelo deputado federal, que responde: *“Tudo bem, tudo*

¹¹ A medida preventiva é uma decisão proferida pelo CADE, por meio do superintendente-geral ou de um de seus conselheiros, de caráter cautelar, que visa à proteção do mercado (e por consequência de competidor(es) que está(ão) a sofrer pela prática anticompetitiva) em face de conduta ilícita praticada por um agente econômico que seja irreparável ou de difícil reparação. O tema está disciplinado no art. 84 da Lei 12.529/2011: *“Art. 84. Em qualquer fase do inquérito administrativo para apuração de infrações ou do processo administrativo para imposição de sanções por infrações à ordem econômica, poderá o Conselheiro-Relator ou o Superintendente-Geral, por iniciativa própria ou mediante provocação do Procurador-Chefe do Cade, adotar medida preventiva, quando houver indício ou fundado receio de que o representado, direta ou indiretamente, cause ou possa causar ao mercado lesão irreparável ou de difícil reparação, ou torne ineficaz o resultado final do processo. § 1º Na medida preventiva, determinar-se-á a imediata cessação da prática e será ordenada, quando materialmente possível, a reversão à situação anterior, fixando multa diária nos termos do art. 39 desta Lei. § 2º Da decisão que adotar medida preventiva caberá recurso voluntário ao Plenário do Tribunal, em 5 (cinco) dias, sem efeito suspensivo”.*

12

bem". Os interlocutores conversam, ainda, sobre outros temas antes de se despedirem.

Aúdio 4 [Aeunique.WAV]

Segundo se verifica na gravação entregue e no depoimento colhido, JOESLEY BATISTA encontrou-se com o Senador AÉCIO NEVES em 24/03/2017, por volta das 19h, no Hotel Unique.

Inicialmente, JOESLEY e AÉCIO tratam da operação deflagrada pela Polícia Federal "Carne Fraca" e da votação no Superior Tribunal Eleitoral da cassação da chapa Dilma-Temer, proposta pelo PSDB. Em ambos os casos, AÉCIO menciona conversas com o presidente MICHEL TEMER sobre os temas, o que revela a proximidade entre o atual chefe do Poder Executivo e o Senador.

Sobre a "Carne Fraca, AÉCIO comenta, aproximadamente aos 15min: *"confusão fila da puta. Eu estava falando com o TRABUCO¹² hoje de manhã, fomos apertar o MICHEL agora, a Polícia Federal tinha que fazer uma meia culpa pública e pedir desculpa"*. Sobre a ação eleitoral, também menciona conversa com o presidente MICHEL TEMER, relatando a JOESLEY: *"A Dilma caiu, a ação continuou, e ele¹³ quer que eu retire a ação, cara, só que se eu retirar, e não estou nem ai, eu não vou perder nada, o JANOT assume, o Ministério Público assume essa merda"*.

Ao ser questionado pelo JOESLEY sobre a necessidade de parar com as investigações perpetradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, AÉCIO esclarece, a partir dos 17min50s, que a estratégia é *"cortar tudo pra trás"*. Explica o senador a forma de operacionalizar isso: *"Tudo, acabar com todos esses crimes, de falsidade ideológica (...) o negócio grande não dá para assinar na surdina, tem que ser o seguinte, todo mundo assina, o PSDB vai assinar, o PT vai assinar, o PMDB vai assinar, estamos montando. A ideia é votar... porque o RODRIGO [MAIA] devolveu aquela tal das 'dez medidas', a gen-*

¹² Possivelmente AÉCIO se refere a LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI, presidente do BRADESCO.

¹³ Pelo contexto da conversa, ele é MICHEL TEMER.

te vai votar naquelas 'dez medidas', naquela merda daquelas 'dez medidas', então essa porra. O que estou sentindo, estou trabalhando nisso igual um louco”.

Mais especificamente sobre a Lava Jato, o senador teria tentado organizar uma forma de impedir que as investigações avançassem, por meio da escolha dos delegados que conduziriam os inquéritos, direcionando as distribuições, mas isso não teria sido finalizado entre ele, o MICHEL TEMER e o ex-Ministro da Justiça e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, ALEXANDRE DE MORAES. A partir de 29min40s, AÉCIO comenta: “(...) *O que vai acontecer agora, vai vir inquérito sobre uma porrada de gente, caralho, eles aqui são tão bunda mole, que eles não notaram o cara que vai distribuir os inquéritos para os delegados, você tem lá, sei lá, tem dois mil delegados na polícia federal, aí tem que escolher dez caras. O do MOREIRA, o que interessa a ele, sei lá, vai pro João, o do AÉCIO vai pro Zé. O outro filho da puta vai pro, foda-se, vai para o Marculino, nem isso conseguiram terminar, eu, o ALEXANDRE e o MICHEL”.*

A partir de 33min10s, AÉCIO combina com JOESLEY uma forma de receber propina. JOESLEY menciona que esteve com a irmã do AÉCIO, ANDREA NEVES DA CUNHA, e ela teria pedido para JOESLEY pagar R\$ 2 milhões de reais, em favor de AÉCIO, a determinado advogado¹⁴, que já trabalharia para o grupo empresarial de JOESLEY.

JOESLEY, entretanto, combina de pagar o valor de outra forma, em prestações de R\$ 500.000,00. Depois, AÉCIO discute com JOESLEY uma forma de pegar o dinheiro. AÉCIO sugere enviar FRED¹⁵ para receber o dinheiro. JOESLEY comenta: “*Se for o FRED, eu ponho um menino meu, se for você, sou eu. Eu só faço desse jeito, entre dois, só dá pra ser entre dois, não dá pra ser...*”. AÉCIO, apesar de concordar com a forma, demonstra preocupação e afirma: “*tem que ser um que a gente mate ele antes de fazer delação”.*

Os depoimentos prestados perante a Procuradoria-Geral da República com referência a esses fatos têm o seguinte teor:

¹⁴ Pelo contexto da conversa, depreende-se que o advogado em questão seria ALBERTO ZACHARIAS TORON. A esse respeito, aliás, consta da agenda pública de V. Exa, na data de 05/04/2017, Audiência relativa à PET 6915, Senador Aécio Neves; Dr. Alberto Zacharias Toron e Dr. José Eduardo Aickmin.

¹⁵ Possivelmente AÉCIO se refere ao seu primo, FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS.

a) TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1 DE JOESLEY BATISTA:

que é empresário e vem sendo investigado como pessoa física e em pessoas jurídicas do grupo há alguns meses; que resolveu prestar esclarecimentos à Procuradoria-Geral da República em razão de ter iniciado, há algum tempo, um procedimento de auditoria interna nas empresas, tendo descoberto alguns ilícitos; que em razão dessa descoberta resolveu iniciar o procedimento do acordo de colaboração premiada; que acredita ter bastante a contribuir; que, entre os ilícitos, descobriu pagamento de propina a políticos, servidores públicos, de alguns anos até hoje; que entre os políticos e ex-políticos que receberam propina há Senadores, Deputados Federais, Presidentes da República e outros agentes públicos; que vários dos ilícitos foram cometidos pela alta direção e constam da lista entregue ao Ministério Público; que esses crimes são de em torno de 10, 15 anos até a data atual; que a maioria deles é de 5 anos até a data atual; que desde quando chamou o corpo jurídico e pediu a investigação interna passou a documentar e fazer mais registros dos possíveis ilícitos porque sabiam que uma hora seriam chamados para dar explicações; que essa corrupção a políticos envolve doações oficiais via campanha política e caixa 2, inclusive com dinheiro em espécie, a depender de como foi acertado com quem receberá o montante; que o montante de propina paga nos últimos anos, até o levantado, foi em torno de R\$ 400 milhões oficiais e R\$ 100 milhões por fora, via nota fiscal fria ou outros; que desse valor em torno de R\$ 400 milhões foram de propina e R\$ 100 milhões de doações lícitas; que vem voluntariamente prestar o depoimento; que não tem condenação nem criminal nem em improbidade administrativa.

b) TERMO DE DEPOIMENTO Nº 2 DE JOESLEY BATISTA:

que sobre as gravações que ora fornece ao Ministério Público, tem a explicar que conheceu MICHEL TEMER há cinco ou seis anos; que a primeira gravação tem ele como interlocutor; que o conheceu por meio de WAGNER ROSSI, Ministro nomeado por ele; que sempre teve relação direta com TEMER, falando com ele por mensagens, em escritório deste em São Paulo; que GEDDEL VIEIRA LIMA o procurou após TEMER se tornar Presidente em razão da agenda deste; que as demandas dele foram através de GEDDEL ao TEMER; que depois que GEDDEL saiu do cargo de Ministro não falou mais com ele; que por isso procurou RODRIGO ROCHA LOURAS, suplente de Deputado do Ministro da Justiça SERRAGLIO; que RODRIGO passou a ser Deputado quando SERRAGLIO se tornou Ministro; que falou com RODRIGO sobre a necessidade de falar com MICHEL TEMER; que RODRIGO chegou a ligar para o depoente informando que MICHEL TEMER tinha lhe telefonado naquela mesma tarde; que no dia seguinte se encontrou com RODRIGO no Hotel FASANO do centro de São Paulo, às 12:15 no lobby do hotel; que apenas pediu para falar com TEMER porque não

sabia o que poderia conversar com RODRIGO; que no dia seguinte, uma terça à noite, falou com TEMER no JABURU; que nesse dia no encontro com RODRIGO não falou sobre o que seria o assunto do encontro já que não confiava em RODRIGO; que RODRIGO tentou descobrir o assunto; que falou ao telefone 4/3/17, tendo o encontro ocorrido com RODRIGO em 6/3/17 e com TEMER no dia 7/3/17; que RODRIGO disse que depois disso se encontrou com RODRIGO mais duas vezes, dias 13/3 e 16/3; que falou com TEMER sobre FUNARO e CUNHA; que EDUARDO CUNHA, TEMER e outros membros compõem o esquema do PMDB da Câmara; que paga mensalidade para o FUNARO até hoje; que depois que CUNHA foi preso pagou R\$ 5 milhões de "saldo da propina"; que R\$ 20 milhões devia pela tramitação de lei sobre a desoneração tributária do setor de frango; que falou a TEMER sobre o fim do pagamento a CUNHA e que pagava ainda R\$ 400 mil a FUNARO de mensalidade e TEMER disse que era importante continuar; que a propina do FIFGTS já tinha sido paga a CUNHA através de FUNARO, na chamada planilha do LÚCIO; que continua pagando ao FUNARO R\$ 400 mil para garantir o silêncio dele e de CUNHA; que sempre recebeu sinais claros que era importante manter financeiramente ambos e as famílias, inicialmente por GEDDEL VIEIRA LIMA e depois por MICHEL TEMER para que eles ficassem "calmos" e não falassem em colaboração premiada; que TEMER disse que EDUARDO CUNHA o fustiga, o que o depoente entendeu como recado de que pagasse; que TEMER disse que poderia ajudar CUNHA no Supremo Tribunal Federal com 2, mas que com 11 seria complicado; na segunda parte da conversa perguntou a TEMER quem seria o interlocutor; que após a saída de GEDDEL e TEMER disse que seria RODRIGO ROCHA LOURES, o qual, segundo TEMER, é de sua mais estrita confiança; que o depoente adiantou os assuntos que trataria sobre CADE, CVM, BNDES; que sobre o BNDES TEMER intercedeu pessoalmente a favor do grupo do depoente, segundo ele afirmou, tendo falado com a Presidenta, o que foi infrutífero; que no CADE tentou falar sobre a importância de ter um presidente aliado ao governo; que a presidência do CADE está aberta; que TEMER falou que teria uma pessoa com a qual pode ter "conversa franca"; que na CVM também haverá troca de presidente e o depoente disse da importância de ter alguém aliado com o governo; que o depoente também perguntou sobre a Receita Federal e HENRIQUE MEIRELLES; que já teve oportunidade de reivindicar assuntos a HENRIQUE MEIRELLES, que não o atendeu em nada; que disse a TEMER que deveria ter algum modo de HENRIQUE MEIRELLES atender a seu pedido; que TEMER disse que poderia falar com HENRIQUE MEIRELLES e lhe comunicar depois do assunto, que TEMER faria ser atendido o pleito; que basicamente foram esses assuntos; que foi atendido no porão do Palácio do Jaburu, sem precisar dar o nome para registro, tendo apenas falado que era o "RODRIGO"; que gravou essa reunião com TEMER e com RODRIGO, mas não imaginava ter que usar; que se encontrou com RODRIGO dia 13/3, na segunda-feira, em sua residência no Jardim Europa, às 15:00 hs; que começou as tratativas com

RODRIGO; que falou a lista de assuntos; que o mais iminente era a questão do CADE; que quis resolver logo essa em razão da pendência de reunião para a nomeação do presidente do CADE; que depois disso esteve com RODRIGO dia 16/3 na casa deste; que os assuntos agora foram mais detalhados, sobre CADE e Receita Federal; que a questão do CADE é do gás boliviano, que a PETROBRAS tem monopólio, o que não é do interesse do depoente por querer usar o combustível em termoelétrica no Mato Grosso; que RODRIGO falou em viva-voz com um conselheiro do CADE salvo engano de nome GILVANDRO; que ficou claro para o depoente que a questão andaria; que essa questão do CADE seria relevante economicamente para o depoente por poder implicar o não-funcionamento da termoelétrica de Cuiabá ou gerar até 3 milhões por dia; que RODRIGO se esforçou e entendeu a questão; que não precisa da PETROBRAS, apenas que esta não comprasse todo o gás boliviano; que já tem até contrato de compra com os bolivianos; que falou para RODRIGO que deveria ter mais negócios para poder pagar a planilha do LÚCIO FUNARO e a planilha do EDUARDO CUNHA, que já tinham pagado; que prometeu pagar 5% do lucro da termoelétrica se o CADE decidisse favoravelmente aos interesses do depoente; que a PETROBRAS revende por vezes o gás a preços exorbitantes; que RODRIGO entendeu que os 5% eram propina e concordou com o pagamento; que também explicou o potencial da planta dessa termoelétrica; que a planta é de US\$ 1 bilhão, de um grupo americano, e ora ficou fechada ora foi arrendada para a PETROBRAS a preço vil; que o projeto é para 25 anos; que em valor presente é negócio de R\$ 3 ou 4 bilhões; que isso foi para explicar a RODRIGO que eles poderiam ganhar bastante dinheiro com isso; que outro problema do depoente é o dos créditos fiscais de PIS e COFINS; que tem acúmulo de créditos para pagar dívidas de INSS, mas isso é por meio de liminar na justiça; que, por isso, pediu algum ato normativo para regulamentar isso; que se tiver restituição em dinheiro o INSS pega, mas o inverso não é verdadeiro, pois o INSS não aceita os créditos; que ultimamente há grande criação de dificuldades para vender facilidades; que RODRIGO já sabia desse assunto e disse que existia algo na Câmara a respeito; que não sabe se outros interessados cuidam do assunto na Câmara; que também falou a RODRIGO da necessidade de ter um presidente alinhado com os interesse do governo na CVM; que RODRIGO telefonou a um secretário da CVM perante o depoente mas não conseguiu avançar muito, demonstrando não ter a mesma intimidade que com o conselheiro do CADE; que ficou surpreso com a sistemática de RODRIGO de telefonar e usar o viva-voz na frente do depoente; que quando fala em Receita na verdade quis dizer PGFN, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; que RODRIGO também comentou que queriam mudar o Secretário-Geral da Receita, RACHID; que falou com RODRIGO sobre a situação de CUNHA e FUNARO na casa deste; que disse inclusive que FUNARO tinha ficado nervoso em razão do atraso de um pagamento este mês; que também falou sobre CUNHA, o qual disse estar calmo; que não sabe se RODRIGO sabe da importância de manter FUNARO e CUNHA "calmos"; que TEMER e GEDDEL sabem, de modo que a conversa é mais aberta; que tem áudio do primeiro encontro com RODRIGO,

17

no Fasano, mas ainda não o entregou; que dia 13 se encontrou com RODRIGO na casa dele, depoente, e no dia 16 na casa de RODRIGO; que pode dar o endereço de RODRIGO; que é o maior doador de AÉCIO NEVES; que também doou por caixa 2; que mesmo depois da campanha vendeu um imóvel superfaturado por R\$ 17 milhões a pessoa indicada por AÉCIO com o fim de fazer chegar a AÉCIO o dinheiro; que o pagamento desse imóvel foi via bancária, "oficial"; que em 2016 AÉCIO pediu mais R\$ 5 milhões e o depoente não deu; que pediu a um amigo, FLÁVIO CARNEIRO, para parar de dar dinheiro, porque já vinha sendo investigado na Operação Sepsis; que depois disso AÉCIO parou de procurar o depoente; que, apesar disso, em fevereiro de 2017 recebeu telefonema de um amigo em comum pedindo pra receber uma pessoa sábado; que o depoente recebeu em uma escola de projeto social ANDRÉA NEVES, irmã do Senador AÉCIO NEVES, a qual pediu o pagamento de R\$ 2 milhões a um advogado; que disse a ANDRÉA NEVES que isso daria errado mas precisava era mascarar e dar ar de legalidade ao que fizeram em 2014, para a campanha; que não pagou nada e por isso um primo de AÉCIO, FRED, o qual procurou RICARDO para acertar esses contratos fictícios; que nessa conversa RICARDO foi cobrado por FRED novamente sobre o montante destinado ao advogado; que disse a RICARDO que só trataria pessoalmente com AÉCIO sobre esse assunto; que ANDRÉA NEVES telefonou ao depoente e ele disse que falaria pessoalmente com AÉCIO; que se encontrou com AÉCIO dia 24/3/17 no hotel UNIQUE em São Paulo, tendo chegado atrasado, motivo pelo qual mandou mensagens avisando isso a ANDRÉA NEVES; que tinha viagem para Nova Iorque no dia e quando disse isso por telefone a ANDRÉA NEVES essa se mostrou exaltada; que tem mensagens de telefone, as quais fornecerá; que AÉCIO NEVES estava no sétimo andar.; que não se identificou na portaria do hotel; que foi no carro do depoente; que AÉCIO estava exaltado, falando com a imprensa, e comentou que tinha sido delatado pela ODEBRECHT; que AÉCIO queria os R\$ 2 milhões; que AÉCIO falou que tinham que aprovar a lei de anistia ao caixa 2 e a do abuso de autoridade; que AÉCIO disse que já tinha falado com RODRIGO MALA; que o depoente disse que tinha que dar ar de legalidade aos contratos das doações de campanha de 2014; que falou sobre a questão do FUNARO, que a única coisa que ajudava era o contrato de R\$ 100 milhões com ele para justificar os pagamentos; que disse a AÉCIO que não poderia pagar o advogado porque isso daria mais problema; que sugeriu pagar em espécie, tendo AÉCIO indicado o seu primo FRED para receber o dinheiro; que ocorreriam pagamento de 4 parcelas de R\$ 500 mil; que inicialmente disse a AÉCIO que entregaria pessoalmente se fosse a ele; que RICARDO entregaria o dinheiro; que o acerto foi dia 24/3 e o primeiro pagamento foi feito; que o dinheiro foi de recebimentos em espécie das pessoas jurídicas do grupo e não sabe onde foi pago; que não sabe se os R\$ 2 milhões ficariam com o advogado ou se estes seriam intermediários; que haveria superfaturamento do serviço de advogados que já prestam serviços ao depoente ou a pessoa jurídicas; que depois disso tratou com AÉCIO, na mesma conversa, sobre a Vale do Rio Doce; que na mesma conversa, sobre a lei de anistia do caixa 2 e a do

abuso de autoridade, AÉCIO disse que só cuidava dessas questões, da tentativa de aprovar isso, e que já estava articulado com RODRIGO MALA e MICHEL TEMER; que ANDRÉA NEVES disse também que precisava de R\$ 40 milhões, que seriam para comprar um apartamento da mãe, no Rio de Janeiro; que nesse contexto falou com AÉCIO que soube que ele nomearia o presidente da Vale do Rio Doce; que o depoente disse que queria ALDEMIR BENDINE, o "DIDA", para a Vale; que disse que, com a nomeação de Bendine, resolveria o problema dos R\$ 40 milhões pedidos por ANDRÉA NEVES; que AÉCIO disse que já tinha indicado outra pessoa, cujo nome não podia revelar; que, todavia, AÉCIO disse que o depoente poderia escolher qualquer uma das quatro outras diretorias; que o depoente disse que pensaria a respeito; que AÉCIO disse que esquecesse essa questão dos R\$ 40 milhões porque todos os contatos seriam diretos entre ele e o depoente; que sobre a conversa com AÉCIO em geral foi isso, outros detalhes podem estar no áudio; que o depoente sabe que compõem o esquema do PMDB da Câmara MICHEL TEMER, EDUARDO CUNHA e LÚCIO BOLONHA FUNARO; que sabe que TEMER nomeou WAGNER ROSSI e todos os Ministros da Agricultura até antes de KÁTIA ABREU; que por imprensa ou por eles próprios já ouviu que o compõem também ELISEU PADILHA, GEDDEL VIEIRA LIMA e HENRIQUE EDUARDO ALVES; que na semana seguinte ao pedido do FI-FGTS conheceu LÚCIO BOLONHA FUNARO, apresentado no escritório do depoente por meio de um amigo comum; que FUNARO na ocasião disse que poderia ajudar o depoente na questão porque tinha o FÁBIO CLETO lá dentro; que esse grupo mapeia negócios legítimos para pedir propina após criarem dificuldades como modus operandi.

b) TERMO DE DEPOIMENTO DE RICARDO SAUD:

que trabalha no grupo JcF, desde 11, sendo atualmente diretor de relações institucionais e governo; que faz a interface com o poder público; que é candidato a colaboração premiada; que está apresentando anexos junto com outros empregados do grupo; que o tema do presente depoimento diz respeito a algumas provas apresentadas ao Ministério Público no bojo dessa negociação; que apresentou algumas gravações entre particulares do grupo e agentes públicos; que não é interlocutor de nenhuma dessas gravações; que as gravações tratam de assuntos da campanha de 2014; que estão fazendo um recall de tudo que aconteceu na campanha de 2014, em uma espécie de força-tarefa para mostrar tudo o que houve de ilícito com os políticos; que a maioria das questões foram ilícitas, sendo poucas lícitas; que ouviu e leu todas as gravações; que tem participação mais ativa na gravação do JOESLEY BATISTA com AÉCIO NEVES; que AÉCIO NEVES vinha mostrando dificuldades financeiras e como o grupo foi o maior ou segundo maior doador da campanha de AÉCIO NEVES este pediu mais dinheiro; que JOESLEY sempre "correu" dele;

que AÉCIO NEVES prometeu agir em favor do grupo mas nunca fez nada; que AÉCIO NEVES também tem uma expectativa de poder; que se não ajudarem eles não fazem nada em favor do grupo; que o grupo "comprou" dívidas de AÉCIO NEVES com terceiros; que doaram em torno de R\$ 80 milhões para a campanha de AÉCIO NEVES mas ele continuou pedindo mais dinheiro após a campanha; que esteve com pessoas de AÉCIO NEVES após o encontro deste com JOESLEY BATISTA; que os advogados que receberia o dinheiro para AÉCIO NEVES eram do grupo de "SANZIO"; que JOESLEY se recusou a pagar o advogado como pedido, mas prometeu pagar semanalmente R\$ 500 mil, dizendo que entregaria pessoalmente ao Senador se fosse este a receber; que combinou com FRED, a pessoa que recebia o dinheiro para AÉCIO NEVES; que FRED esteve com o depoente antes de ontem, quarta-feira, dia 5/4/2017, no escritório da JBS, por volta das 11 da manhã; que o dinheiro seria pago para os advogados TORON e SANZIO, mas apenas o segundo presta serviços ao grupo JBS; que FRED pegou um táxi e voltou para Belo Horizonte; que FRED trabalhou como diretor da CEMIG e em outros do Estado de Minas Gerais, mas não tem cargo público no momento; que FRED esteve na sala do depoente no terceiro andar; que FRED foi de avião de Belo Horizonte para São Paulo e voltou de táxi com um motorista já conhecido; que a mochila de FRED era de cor preta; que nessa mochila ele colocou o dinheiro; que FRED vestia calça jeans; que na próxima quarta-feira, às 11 da manhã, FRED receberá mais R\$ 500 mil; que planejou com FRED entregar às quartas-feiras as demais parcelas; que o prédio fica na marginal direita do Tietê, n. 500; que FRED se registrou na portaria do prédio e pegou crachá; que o depoente pegou o dinheiro com FLORISVALDO, uma pessoa que presta esse tipo de serviço, embora não trabalhe para o grupo; que FRED disse que levaria esse dinheiro ao SANZIO; que os próximos R\$ 500 mil serão entregues ao próximo advogado pelo FRED, segundo este disse; que tem conhecimento que o grupo continua pagando a família de LÚCIO FUNARO, o qual o depoente conhece bastante; que doravante o depoente pagará a LÚCIO FUNARO; que havia uma conta-corrente com LÚCIO FUNARO, o qual emitia notas fiscais fictícias pelas pessoas jurídicas VISCAYA e CARIOCA; que já combinou de pagar quinzenalmente a LÚCIO FUNARO, reduzindo o prazo de pagamento, atualmente em base mensal; que antes pagava ao irmão e agora à irmã de LÚCIO FUNARO; que estes se chamam DANTE e ROBERTA; que estes não têm registro na portaria do prédio, mas talvez exista registro do carro deles; que a próxima entrega será na sala do depoente, no bloco 1, terceiro andar, no mesmo lugar da entrega ao FRED; que sabe de pagamentos e EDUARDO CUNHA, mas ele depoente nunca os efetuou; que os pagamentos eram todos feitos a LÚCIO FUNARO, o qual operava para EDUARDO CUNHA; que a pessoa de ALTAIR recebe dinheiro em espécie como pessoa de confiança de EDUARDO CUNHA; que já organizou pagamentos a ALTAIR em São Paulo, mas ele, depoente, nunca os efetuou; que os pagamentos se davam em shoppings muito movimentados e em lugares de muita gente e sempre distintos a cada vez; que para ALTAIR houve entrega no Rio de Janeiro, mas 90% delas foi em São Paulo; que

os intermediários de CUNHA eram ALTAIR e LÚCIO FUNARO, ao que o depoente saiba; que o último pagamento a FUNARO foi na semana retrasada, tendo sido quitada a dívida de propina com EDUARDO CUNHA; que o depoente quer fazer o que for mais digno e mais certo doravante, pagando pelos seus erros e está à disposição.

Esses são os fatos mais relevantes, por ora, colhidos no bojo das gravações entregues pelo candidato à colaboração.

III – Do enquadramento típico

O deputado federal RODRIGO LOURES, homem de “total confiança” de MICHEL TEMER, aceita e recebe com naturalidade a oferta de propina (5% sobre o benefício econômico a ser auferido) feita pelo empresário JOESLEY BATISTA, em troca de interceder a favor do grupo J & F, mais especificamente em favor da EPE Cuiabá, em processo administrativo que tramita no CADE.

No mesmo sentido, os elementos de provas até então colhidos indicam o cometimento dos crimes de corrupção ativa e passiva por parte de JOESLEY BATISTA e AÉCIO NEVES, respectivamente. Verificou-se que, por intermédio de sua irmã, ANDREA NEVES DA CUNHA, AÉCIO NEVES solicitou propina para JOESLEY em pelo menos uma oportunidade, consistente no pagamento de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), acertado a ser efetivado em parcelas.

Por isso, os elementos até então colhidos indicam a possível prática de, pelo menos, corrupção ativa por JOESLEY BATISTA e de corrupção passiva por RODRIGO LOURES, AÉCIO NEVES e ANDREA NEVES, crimes assim prescritos no Código Penal:

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

(...)

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Os elementos de prova revelam também que alguns políticos continuam a utilizar a estrutura partidária e o cargo para cometerem crimes em prejuízo do Estado e da sociedade. Com o estabelecimento de tarefas definidas, o núcleo político promove interações diversas com agentes econômicos, com o objetivo de obter vantagens ilícitas, por meio da prática de crimes, sobretudo a corrupção.

Há, pois, também o indicativo da prática do delito de organização criminosa¹⁶, previsto na Lei 12.850/2013 da seguinte maneira:

Organização Criminosa

Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

Existem, ainda, elementos que apontam para diversos atos realizados com o intuito de impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação dos crimes praticados. Depreende-se do material colhido que o pagamento de propinas ao ex-deputado federal EDUARDO

¹⁶ Assim definida no art. 1º, §1º, da Lei 12.850/2013: "Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional".

CUNHA e ao doleiro LÚCIO FUNARO, mesmo depois dos mesmos estarem presos, tem, se não como motivação única, mas certamente principal, garantir o silêncio deles ou, ao menos, a combinação de versões.

EDUARDO CUNHA, ex-deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados, era do mesmo partido do presidente da República, PMDB, e se tornou pública¹⁷ a tentativa de CUNHA arrolar o presidente da República como uma de suas testemunhas, fato reconhecido pelo próprio presidente como uma tentativa de constrangê-lo¹⁸. Depreende-se dos elementos colhidos o interesse de TEMER em manter CUNHA controlado.

LÚCIO FUNARO é conhecido operador ligado ao PMDB da Câmara, especialmente ao ex-presidente Eduardo Cunha e, como já demonstrado à exaustão, dispõe de longa ficha criminal e intimidade com os esquemas ilícitos que gravitam em torno do poder político.

Além disso, verifica-se que AÉCIO NEVES, em articulação, dentre outros, com o presidente MICHEL TEMER, tem buscado impedir que as investigações da Lava Jato avancem, seja por meio de medidas legislativas, seja por meio do controle de indicação de delegados de polícia que conduzirão os inquéritos.

Dessa forma, vislumbra-se também a possível prática do crime de obstrução à Justiça previsto no §1º do art 2º da Lei 12.850/2013:

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

Esses são os fatos mais relevantes, por ora, colhidos no bojo das gravações entregues pelo candidato à colaboração.

¹⁷ Vide, por exemplo: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/moro-afirma-que-cunha-tentou-constranger-intimidar-temer-20907654.html>. Ou ainda: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/247/280830/Mantido-presos-pelo-STF-Cunha-pressiona-Temer-e-o-questiona-sobre-propina.htm>>.

¹⁸ Vide entre 08min15s e 10min 20s, do áudio com o presidente MICHEL TEMER, momento em que ele reconhece que EDUARDO CUNHA tentou lhe “trutar”.

IV – Da conexão

Como se vê, os fatos articulados no presente requerimento são conexos a outros já analisados por Vossa Excelência em desdobramentos do caso Lava Jato.

a) Primeiramente, há íntima relação entre as declarações de JOESLEY BATISTA com as apurações decorrentes da colaboração de FÁBIO CLETO (PET 6122), que está sob essa relatoria.

Na denúncia oferecida em 9/6/16, na qual figuram como réus EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES, LÚCIO BOLONHA FUNARO, FÁBIO FERREIRA CLETO e ALEXANDRE ROSA MARGOTTO, que posteriormente foi objeto de declinação uma vez que, supervenientemente, houve perda da condição de detentor de prerrogativa de foro por EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, em seu item 3.6 narra que:

3.6. CASO ELDORADO¹⁹

A ELDORADO, do grupo J&F, controladora do Frigorífico JBS (nome comercial FRIBOI), também foi apontada pelo colaborador FÁBIO CLETO como uma das pagadoras de propina a ele próprio.

Inicialmente, no ano de 2012, JOESLEY BATISTA pleiteou recursos no FI-FGTS para a construção de uma fábrica de celulose no Mato Grosso do Sul, de nome ELDORADO.

Estruturou-se uma operação para financiar apenas os setores de logística e saneamento, o que totalizava R\$ 940 milhões, a ser repassado mediante compra de debêntures da própria ELDORADO. Como das outras vezes, FÁBIO CLETO comunicou a EDUARDO CUNHA que a operação estava sendo estruturada.

Então, LÚCIO FUNARO pediu apoio para a operação por meio de EDUARDO CUNHA e este último pediu apoio a FÁBIO CLETO. Em razão do pedido de EDUARDO CUNHA, FÁBIO CLETO votou favoravelmente no Comitê de Investimentos do FI-FGTS.

¹⁹ Fatos detalhados no Termo de Colaboração n. 13 de FÁBIO FERREIRA CLETO.

diversos segmentos e tendo a participação de mais de 260 mil colaboradores no mundo.

Criada em 1953, a **J&F** está presente em mais de 30 países e tem em seu portfólio empresas como **JBS** (líder global em processamento de proteína animal); **Alpargatas** (maior empresa de calçados e vestuários na América Latina); **Vigor** (maior empresa brasileira de derivados de leite); **Flora** (empresa líder em diversos segmentos de limpeza doméstica e higiene pessoal); **Eldorado Brasil** (maior e mais moderna planta para produção de celulose do mundo); **Banco Original** (banco com origem no agronegócio, em expansão para o varejo); além de atuação na área do agronegócio, com as empresas **Oklahoma** e **Canal Rural**

A J&F tem entre os proprietários JOESLEY BATISTA, amigo de LÚCIO BOLONHA FUNARO. No sítio eletrônico da J&F, encontram-se as seguintes informações:

Qual o envolvimento de executivo da J&F com política? Nenhum. O pré-candidato a governador de Goiás José Batista Júnior, não faz mais parte da J&F Investimentos. Júnior se desligou da empresa e vendeu sua participação para seus irmãos, Joesley e Wesley Batista, e saiu do negócio.²³

Quem são os proprietários da J&F investimentos:

A J&F é uma sociedade do José Batista Sobrinho (Zé Mineiro) e seus filhos.²⁴

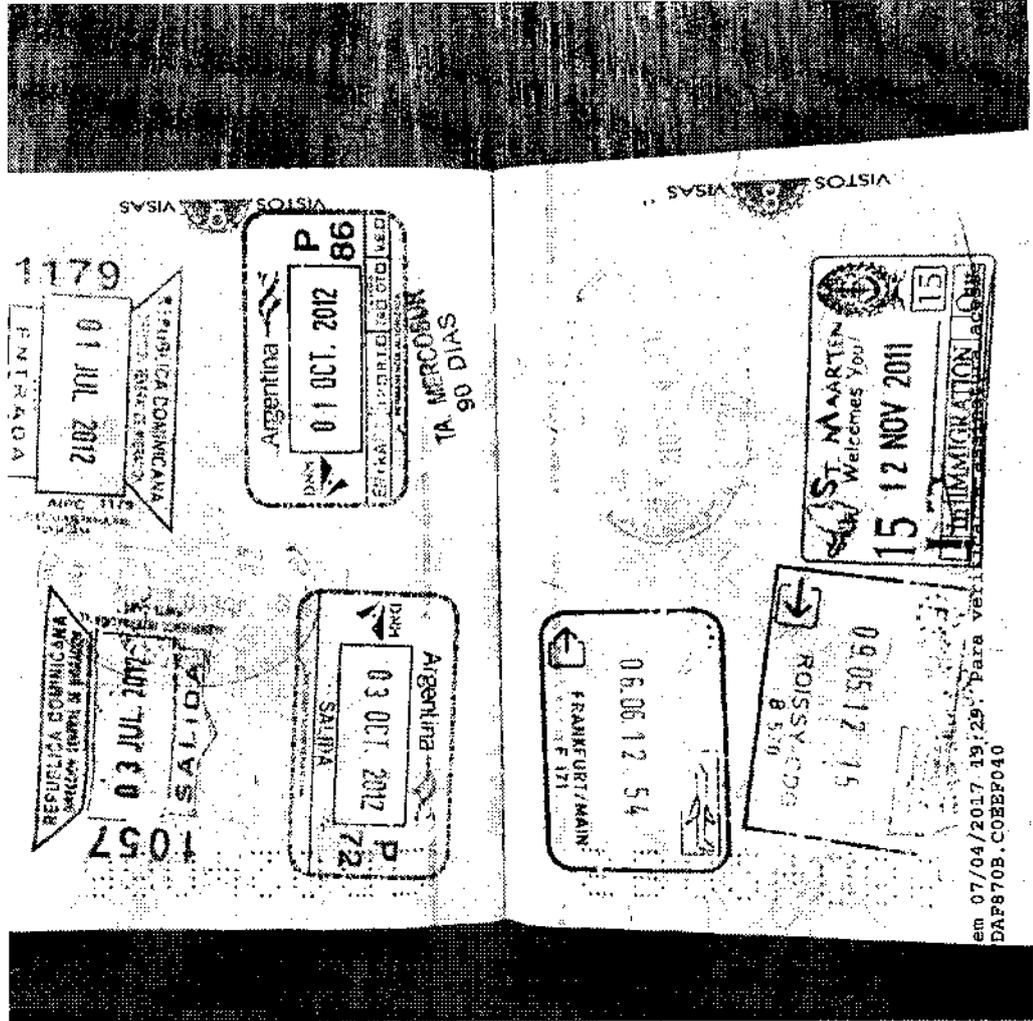
FÁBIO CLETO havia sido apresentado a JOESLEY BATISTA por intermédio de FUNARO no apartamento deste último, em meados de 2011, ou seja, pouco após CLETO ingressar na Caixa.

FUNARO, a seu turno, conheceu JOESLEY BATISTA por meio dos irmãos BERTIN, do grupo BERTIN, que se fundiu ao J&F, de JOESLEY BATISTA. O propósito do jantar oferecido por FUNARO a FÁBIO CLETO e JOESLEY BATISTA era FUNARO mostrar a influência que tinha na Caixa. Posteriormente, FUNARO, JOESLEY BATISTA e CLETO estiveram juntos outras vezes, inclusive em viagem para o Caribe. A foto abaixo, do passaporte de FÁBIO CLETO, comprova a viagem.²⁵

²³ <http://jfinvest.com.br/faq/#toggle-id-3>

²⁴ <http://jfinvest.com.br/faq/#toggle-id-11>

²⁵ Sobre essa viagem, o termo de colaboração n. 13 de FÁBIO FERREIRA CLETO: "QUE após este jantar, o depoente chegou a conviver mais vezes com JOESLEY, junto com FUNARO, inclusive fazendo uma viagem juntos para o Caribe, para a Ilha de St. Barth; QUE o depoente estava na Grécia trabalhando pela CEF, oportunidade em que se encontrou com ambos em Atenas, e os três viajaram de lá para o Caribe, passando alguns dias em St. Barth; QUE FUNARO ligou para o depoente dizendo que JOESLEY estava próximo de Atenas e combinaram de se encontrar em Atenas e depois passarem alguns dias, com as esposas, no Caribe, na Ilha de St. Barth; QUE LÚCIO BOLONHA FUNARO foi acompanhado de sua então namorada THAIS; QUE mostrada a foto de THAIS BRESCLA, reconhece como sendo a ex-namorada de FUNARO; QUE THAIS trabalhava no Banco BVA; QUE JOESLEY foi acompanhado da esposa dele, TICIANA VILLAS BOAS, ex-apresentadora da Band; QUE o depoente foi com sua esposa; QUE a viagem para o Caribe foi marcada em Atenas, sem maior planejamento, e então combinaram de as esposas e namoradas saírem de São Paulo e voarem para St. Barth, para se encontrar com o depoente, FUNARO e JOESLEY; QUE as três mulheres foram de São Paulo para St. Barth em um avião de JOESLEY, da EMBRAER, encontrando-os no Caribe; QUE foram de Atenas para St. Barth em um jato alugado por JOESLEY, da marca Gulfstream; QUE era um avião grande, tendo, inclusive, que pousar na Ilha perto de St. Barth, pois o aeroporto desta últi-



As relações entre JOESLEY BATISTA e FUNARO são conhecidas há algum tempo. Com efeito, o COAF já surpreendeu transações entre ambos envolvendo as contas das empresas chamadas VISCAYA e ARAGUAIA, ambas de propriedade de fato de FUNARO, a J&F INVESTI-

ma ilha era pequeno; QUE foram, então, para a Ilha em uma Lancha; QUE ao chegar na Ilha fizeram os procedimentos de imigração e consta no passaporte do depoente, cuja cópia se compromete a apresentar; QUE ficaram em St. Barth na casa de um amigo de JOESLEY, cujo nome era JUNIOR, ex-dono da ARISCO; QUE a ARISCO foi vendida para a HYPERMARCAS e acredita que JUNIOR tenha continuado nesta empresa; QUE JUNIOR também estava na casa, acompanhado; QUE JUNIOR era próximo de JOESLEY e não de FUNARO; QUE mostrada a foto em anexo, de JOÃO ALVES DE QUEIROZ FILHO, reconhece como sendo a pessoa mencionada como sendo JUNIOR; QUE além das pessoas já mencionadas, havia um outro casal, próximo de JUNIOR, cujo nome não se recorda, que já estava na casa quando o depoente chegou; QUE a casa de JUNIOR ficava em um morro bastante alto, com vista com o mar, sendo uma casa bastante luxuosa e grande; QUE esta viagem foi no segundo semestre de 2011, provavelmente mais para o final do ano; QUE passaram entre 4 ou 5 dias no local; QUE provavelmente se tratava de uma quarta feira e provavelmente emendou com o final de semana; QUE questionado se o depoente possui alguma foto desta viagem, respondeu que não; QUE questionado a razão disto, respondeu que esta era uma preocupação de LÚCIO BOLONHA FUNARO, para não ter provas de que estavam juntos e não se comprometer provavelmente; QUE era uma preocupação tácita de todos, inclusive do depoente, pois não ficaria 'bem' um funcionário da CEF viajando com FUNARO e com um empresário; QUE se pode afirmar que, nesta época, JOESLEY e FUNARO eram próximos”

MENTOS SA, a FLORA DISTRIBUIDORA DE PRODUTO, a HENBER TRANSPORTES E LOGÍSTICA e a ELDORADO BRASIL CELULOSE SA, estas do Grupo JBS.²⁶

Também, consoante o mesmo RIF, houve transferência para a DISCOVERY TREND, *offshore*, que possui como sócio CARLOS BRITO MARGOTTO, pai do denunciado ALEXANDRE MARGOTTO. Nos diagramas societários constantes do Relatório de Pesquisa n. 685/2015²⁷, nota-se vínculo entre a ARAGUAIA e o GRUPO GALLWAY por meio do sócio CARLOS DANIEL BRITO MARGOTTO, também sócio da DISCOVERY TREND, a qual compartilha dois sócios com a ARAGUAIA.

E, conforme o RIF 16231²⁸, “segundo dados obtidos em consulta à agência, é sabido que esta empresa [ARAGUAIA] pertence informalmente ao sr. Lúcio Bolonha Funaro”. FUNARO, traz o RIF, afirmou “ser bem relacionado no meio político e que precisa desse relacionamento pois necessidade de agilidade nos processos para obtenção de crédito”.

Em seu depoimento prestado perante esta Procuradoria Geral da República em 6/4/2017, JOESLEY BATISTA narra seu íntimo relacionamento com LÚCIO BOLONHA FUNARO, que se encontra preso por determinação desta Corte em decorrência dos fatos narrados na colaboração de FÁBIO CLETO. Mas não só. JOESLEY BATISTA afirma ainda que, apesar de presos, EDUARDO CUNHA E LÚCIO BOLONHA FUNARO, continuam recebendo valores periodicamente decorrentes ainda dos negócios espúrios realizados e com a finalidade de manterem-se silentes diante de qualquer possibilidade de confissão dos esquemas criminosos, o que é corroborado no depoimento de JOESLEY, termo 2, antes transcrito.

A narrativa demonstra a conexão evidente entre os fatos aqui reportados e os decorrentes das investigações ligadas ao complexo da colaboração de FÁBIO CLETO, mormente no que diz respeito ao pagamento e recebimento de vantagens indevidas no âmbito do FI-FGTS. Obviamente se tratam de infrações penais *praticadas por várias pessoas, embora di-*

²⁶ Segundo o RIF do COAF de n° 16253 (DOC. 35).

²⁷ DOC. 29.

²⁸ DOC. 16.

verso o tempo e o lugar (CPP, art. 76, I) e, no caso do pagamento de vantagens para obstar as investigações da organização criminosa (art. 2º e § 1º da lei 12850/13), tais infrações foram praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

Por outro lado é evidente que as provas coligidas em toda a intrincada teia descrita *influem na prova de outras infrações* nos termos do inciso III do art. 76 do CPP

b) dentre os fatos trazidos por JOESLEY BATISTA a título de possível colaboração consta, como dito em seu depoimento, pagamentos sistemáticos a membros do parlamento já investigados e denunciados em feitos de competência desse relator.

Pelos mesmos fundamentos do item a, a conexão, ao menos inicialmente firmada, é inevitável

c) os fatos aqui narrados relacionam-se, ainda, àqueles descritos na petição 54347/2017 GTLJ/PGR, encaminhada a esse relator no contexto da colaboração da Odebrecht e ainda pendente de apreciação. Naqueles autos narram-se possíveis pagamentos de vantagens indevidas a pessoas próximas ao governo federal, nomeadamente ELISEU PADILHA e WELLINGTON MOREIRA FRANCO em contexto bastante próximo ao Presidente da República MICHEL TEMER. Um dos supostos pagamentos teria sido realizado por LÚCIO BOLONHA FUNARO no escritório do Sr. MIGUEL YUNES:

Primeiramente, quanto à entrega efetivada no escritório do Sr. JOSÉ YUNES, compareceu este espontaneamente à Procuradoria-Geral da República no dia 14 de fevereiro de 2017, prestando depoimento²⁹ em meio audiovisual. Relatou naquela oportunidade que recebeu contato telefônico de ELISEU PADILHA em 2014 questionando se poderia mandar um “documento” para seu escritório para o fim de ser entregue a outra pessoa no mesmo endereço. Após concordar, JOSÉ YUNES recebeu em seu escritório uma pessoa que depois veio saber tratar-se de LÚCIO BOLONHA FUNARO, que lhe entregou um pacote. Em seguida, relatou que foi almoçar deixando o pacote com sua secretária, de nome *Shirlei*, que o entregou a uma pessoa que também usou o nome de “Lúcio” quando lá esteve para retirar o “pacote”. Afirma que não

²⁹ Nos autos do procedimento administrativo nº 1.00.000.016499/2016-97.

conhecia a pessoa de LÚCIO FUNARO, jamais soube do conteúdo do “pacote” referido e nunca foi procurado por ELISEU PADILHA para o esclarecimento dos fatos, apesar de ter sido seu colega até dezembro de 2016, quando pediu exoneração do cargo de assessor especial da Presidência da República.

A presença de LÚCIO BOLONHA FUNARO como um dos autores da entrega de valores revela o indubitável caráter ilícito dos fatos. O mencionado personagem é um dos grandes operadores da organização criminosa investigada na Operação Lava Jato. Como operador, FUNARO exerce papel fundamental no funcionamento da engenharia criminosa e tem, em resumo, a função de ligar os detentores do poder econômico aos agentes públicos, fazendo com que o dinheiro ilícito circule com segurança no seio da organização criminosa. Ressalte-se que FUNARO esteve envolvido em vários escândalos de âmbito nacional, inclusive no caso do Mensalão (STF -AP 470).

Pelo que se apurou no Inquérito n. 4207/DF, FUNARO tem larga experiência em negócios ilícitos envolvendo fundos de pensão e entes públicos, a exemplo da PRECE, entidade fechada de Previdência Complementar criada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, na qual atuou juntamente com EDUARDO CUNHA em desfalques milionários aos fundos e o correspondente acréscimo patrimonial dos envolvidos nos crimes.

O principal exemplo da estreita relação de LÚCIO FUNARO com políticos se deu com o ex-deputado EDUARDO CUNHA, no qual foi verificada pagamentos ilícitos relacionados à aquisição de navios-sondas da SAMSUNG pela PETROBRAS.

Há centenas de comunicações de operações suspeitas no COAF envolvendo FUNARO e suas empresas, a exemplo da **Novinvest Corretora de Valores Mobiliários**, a qual não é de propriedade de LÚCIO BOLONHA FUNARO, mas é utilizada por ele para a lavagem de seus valores.

Ademais, os crimes cometidos por FUNARO não se limitam aos relativos à corrupção nem aos esquemas envolvendo lavagem de dinheiro. Com efeito, o empresário MILTON SCHAHIN formulou representação escrita ao Ministério Público na qual relata ameaças de morte proferidas por FUNARO em seu desfavor.

Por fim, ainda sobre a biografia do operador FUNARO, vale destacar que ele se encontra preso preventivamente no presídio da Papuda em Brasília por decisão do Supremo Tribunal Federal³⁰³¹.

³⁰ Cópia do pedido de prisão formulado em seu desfavor em anexo à presente.

³¹ Sobre a personalidade de LUCIO BOLONHA FUNARO, recente notícia na mídia bem

Mas não é só. Em relação à entrega efetivada no endereço "Rua Jerônimo da Veiga, 248, Apto 1101", chama a atenção sua proximidade ao escritório do próprio LÚCIO BOLONHA FUNARO situado, pasme-se, na mesma Rua Jerônimo da Veiga, nº 45 a pouco mais de 200 metros e também muito próximo do escritório de José Yunes³². Confira-se:

ilustra seu *modus operandi*: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/ex-mulher-de-delator-confirma-ameaca-de-funaro-e-diz-que-doleiro-e-psicopata.ghtml>

Ex-mulher de delator confirma ameaça de Funaro e diz que doleiro é 'psicopata'

À Justiça, Adriana Cleto afirmou que Lúcio Funaro ameaçou atear fogo na casa em que ela vivia com o ex-vice da Caixa Fábio Cleto; defesa do doleiro chamou declarações de 'fantasiosas'.

Por Fabiano Costa, G1, Brasília

09/03/2017 22h08 Atualizado há 20 horas

Ex-mulher de delator confirma ameaça de Funaro e diz que doleiro é 'psicopata'

Ex-mulher do ex-vice-presidente da Caixa Fábio Cleto, Adriana Balalai Cleto confirmou, em depoimento prestado por videoconferência à Justiça Federal, que o doleiro Lúcio Bolonha Funaro ameaçou atear fogo na residência do casal com os filhos deles dentro.

Adriana, que se separou recentemente de Cleto e vive atualmente nos Estados Unidos, afirmou no depoimento que se mudou para o país norte-americano porque se sente "vítima de um psicopata", referindo-se ao doleiro.

Funaro está preso desde julho do ano passado no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, acusado de envolvimento no esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

Lúcio Funaro é acusado de operar o esquema criminoso supostamente comandado por Eduardo Cunha na Caixa (Foto: Dida Sampaio/Estadão Conteúdo) Lúcio Funaro é acusado de operar o esquema criminoso supostamente comandado por Eduardo Cunha na Caixa (Foto: Dida Sampaio/Estadão Conteúdo)

Lúcio Funaro é acusado de operar o esquema criminoso supostamente comandado por Eduardo Cunha na Caixa (Foto: Dida Sampaio/Estadão Conteúdo)

Segundo os investigadores, o doleiro operava o esquema de propinas na Caixa Econômica Federal comandado pelo ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que está preso em Curitiba.

Um dos delatores da Lava Jato, Fábio Cleto ocupou a cadeira de vice-presidente da Caixa por indicação de Eduardo Cunha para facilitar a liberação de recursos do Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) para empresas que pagavam propina ao grupo liderado pelo ex-presidente da Câmara.

Em sua delação premiada, Cleto já havia relatado aos investigadores que, no momento em que tentou desembarcar do esquema, Funaro ameaçou atear fogo na casa do dirigente da Caixa.

A acusação de ameaça de morte foi um dos pontos que embasaram o pedido de prisão de Funaro por parte da Procuradoria Geral da República (PGR).

Ao longo do depoimento de 52 minutos à Justiça Federal, Adriana Cleto deu detalhes às autoridades brasileiras do episódio no qual Funaro, supostamente, ameaçou colocar fogo na casa dela.

Na versão a ex-mulher de Cleto, um dia o marido chegou na residência deles em São Paulo "muito assustado". Ao questionar o que estava acontecendo, contou Adriana, Cleto mostrou uma mensagem de texto no celular na qual Funaro o ameaçava e dizia que, caso não cumprisse o que havia prometido, ele colocaria fogo na casa deles com os filhos do casal dentro.

"Na hora que eu vi aquilo fiquei muito assustada. Peguei o celular do Fábio e escrevi para o Lúcio. Eu falei: 'Olha, aqui quem tá falando é a Adriana. Eu gostaria de te dizer que eu vou na polícia, vou agora na delegacia mostrar essa ameaça que você tá fazendo. Eu não tô entendendo, você tá fazendo uma ameaça de morte pra mim e para os meus filhos?', relatou.

Ainda de acordo com Adriana, ao responder a mensagem, Funaro disse que ela podia ir à delegacia, mas deveria contratar um bom advogado porque ele iria "acabar com a vida" deles.

'Psicopata'

Ao relatar o episódio no depoimento por teleconferência, Adriana Cleto disse que, diante das



3 min (200 m)

por R. Jerônimo da Veiga

ameaças de Lúcio Funaro, psicopata".

"Eu me sinto vítima de um psicopata que entrou na nossa vida, que, de uma certa forma, foi conquistando os nossos filhos e depois virou o que virou", destacou a ex-mulher de Cleto.

"O principal motivo de eu estar nos Estados Unidos com os meus três filhos é que eu tenho pavor, pavor do Lúcio Funaro. Pavor! Eu tenho pavor de ficar no Brasil e ele matar um dos meus filhos ou de ele me matar. Eu tenho pavor. E eu não duvido que ele faça isso", complementou.

Em outro trecho, Adriana afirmou aos investigadores que o doleiro pagou despesas pessoais dela e de Fábio Cleto por algum tempo, incluindo contas da casa e faturas de cartão de crédito. Ela ressaltou que a relação entre o ex-vice da Caixa e o doleiro se desgastou no momento em que Funaro deixou de pagar as faturas do cartão de crédito dela.

"Para mim, neste momento, até um pouco antes, caiu a ficha de que o Fábio havia entrado para uma turma de mafiosos e estelionatários. O Fábio permitiu que esse Lúcio entrasse na nossa família em um dado momento. Ele [Funaro] foi muito conquistador. Ele conquistou meus filhos, gostavam dele", disse Adriana.

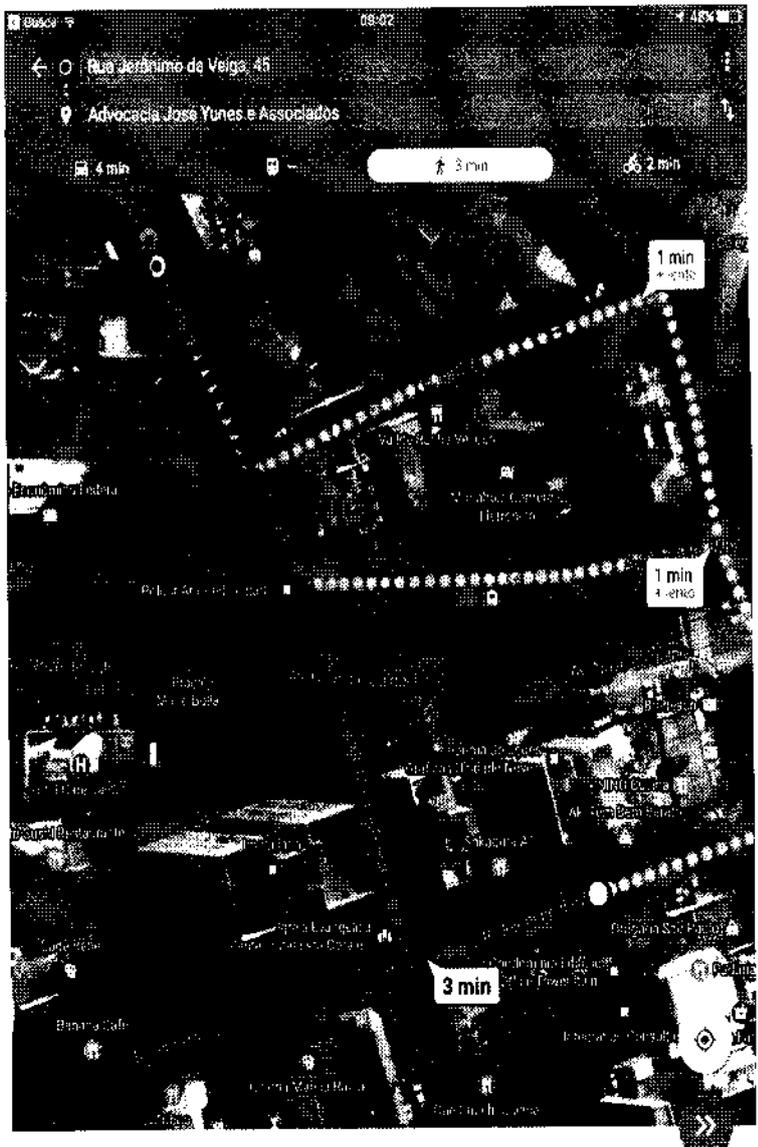
O que diz a defesa

Responsável pela defesa de Lúcio Funaro na área criminal, o advogado Bruno Espiñeira desqualificou, ao ser ouvido pelo G1, as acusações feitas por Adriana Cleto. O criminalista classificou de "fantasiosas e falaciosas" as declarações da ex-mulher do delator da Lava Jato.

"A depoente [Adriana] não é testemunha. Tecnicamente, ela é interessada no caso. O que ela diz não tem valia como prova processual", enfatizou o defensor de Funaro.

"Isso [o depoimento de Adriana] é uma pantomima vergonhosa. O Fábio [Cleto] mentiu na delação dele de ponta a ponta", acrescentou Espiñeira.

³² O que torna ainda mais inexplicável, se lícita, a entrega dos valores no escritório de José Yunes.



3 min (200 m)

por R. Manoel Guedes e R. Cap. Francisco Padilha

VER

Ilustração 2: Ilustração 1 - Distância entre Escritório de Lucio Funaro e Advocacia YUNES

Mas não é só. O próprio número 248 da Rua Jerônimo da Veiga já é um endereço conhecido nestas investigações. Trata-se do HOTEL CLARION, aparentemente endereço *habitué* de práticas ilícitas ligadas a EDUARDO CUNHA sócio no crime de LÚCIO BOLONHA FUNARO. O local é mencionado nos autos da PET 6361 originada perante esta Corte a partir do ofício 1403/2016 – PF/MJC, datado de 3 de novembro de 2016. Ali são narrados vários eventos criminosos a partir de análises de aparelhos telefônicos apreendidos em busca apreensão determinada pelo STF. Às fls. 38 a 41 lê-se o seguinte:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
POLÍCIA FEDERAL - DICOR
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

To: +557188266736	Ok.	11/09/2012 15:24:05(UTC-0)
From: +557188266736	Qdo chegar fazemos im balanço do que foi e vai ser feito para me programar aba e vem com Deus E a campanha? So vou a Roma para me hospedar em casa do Senador abra ra	11/09/2012 15:26:43(UTC-0)
Tec: +557188266736	Sera bem vindo raras	11/09/2012 15:27:05(UTC-0)

95. Assim, tendo em vista o modo de operar da dupla GEDDEL e EDUARDO CUNHA, espera-se aprofundar sobre esse assunto da DINÂMICA e os repasses de valores ao Partido Social Cristão.

II.9 - POSSÍVEIS REPASSES DE VALORES:

96. Feitas essas colocações sobre a forma de atuar do grupo em comento, cabe evidenciar também conversas sobre eventuais repasses de valores, possivelmente decorrentes de vantagens indevidas recebidas em razão da ilícita influência exercida sobre setores estratégicos da Caixa Econômica Federal.

97. Assim, apresentamos conversa entre EDUARDO CUNHA e GEDDEL no qual primeiro sinaliza positivamente a algum questionamento anterior feito por GEDDEL, "Assunto que me perguntou se ok". Na sequência do diálogo, revela-se o controle exercido por EDUARDO CUNHA na gestão de GEDDEL na CEF, pois ao ser questionado, "Então posso liberar?", CUNHA responde que "Pode". A hipótese produzida é que a autorização de EDUARDO CUNHA para liberação dos créditos ocorre após o pagamento da contrapartida dos interessados, motivo esse que explicaria o fato de GEDDEL aguardar a confirmação de EDUARDO CUNHA, responsável pelo contato direto com as empresas juntamente com LUCIO FUNARO. Tal hipótese é robustecida pelos inúmeros diálogos que foram reproduzidos nos tópicos anteriores.

Documento assinado via Token digitalmente por RODRIGO JANOT MONTEIRO em 11/09/2017 19:49:00. Para verificar a assinatura, acesse o endereço eletrônico do Ministério Público Federal: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9D49B136456AA2FA7DD870B7C0EEF040

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
POLÍCIA FEDERAL - DICOR
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Sentido da conversa	Mensagem	Horário
To: +557188266736	A quanto que vo me perguntou ok	24/07/2012 23:25:44(UTC+0)
From: +557188266736	Então posso liberar?	25/07/2012 00:54:20(UTC+0)
To: +557188266736	Pode	25/07/2012 00:54:38(UTC+0)
From: +557188266736	Ok te mantenho informado	25/07/2012 00:55:14(UTC+0)
To: +557188266736	Abs	25/07/2012 00:55:20(UTC+0)
To: +557188266736	Se tiver news outras me fala	25/07/2012 00:55:32(UTC+0)

98. Em outra conversa do dia 05/09/2012, GEDDEL e EDUARDO CUNHA agendaram um encontro em São Paulo, entretanto, enviam pessoas para representá-los. A mensagem "Mesma coisa?" de GEDDEL indica que esse tipo de encontro pode ter ocorrido outras vezes. O encontro, segundo a mensagem, ocorreu no HOTEL CLARION FARIA LIMA, cujo endereço é Rua Jerônimo da Veiga, nº 248, Jardim Europa, São Paulo/SP, 04536-001. Observa-se que a pessoa indicada por EDUARDO CUNHA seria ALTAIR ALVES PINTO, indivíduo que trabalha para ele e também foi alvo de buscas da Ação Cautelar nº 4011.

99. De outro lado, representando GEDDEL, foi informado que iria um tal de "Gus". Essa conversa está inserida no presente tópico por representar uma ação suspeita, principalmente diante da possibilidade já apurada nesta representação de existirem contrapartidas relacionadas às liberações de crédito na CEF.

Sentido da conversa	Mensagem	Horário
To: +557188266736	Vc consegue mandar alguém em são paulo que mande de volta amanhã. Tô sem gente	05/09/2012 22:01:41(UTC+0)
From: +557188266736	Consiço	05/09/2012 22:04:38(UTC+0)
To: +557188266736	Vc mandar um cara li e volta da forma de sexta passada	05/09/2012 22:05:04(UTC+0)
To: +557188266736	A dificuldade é gente	05/09/2012 22:05:21(UTC+0)

Documento assinado via Token digitalmente por RODRIGO JACINTO MONTENEGRO DOS
 ROS, em 07/04/2017 19:29:29. Para mais informações, consulte o documento em
 http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave: 284.7DAF870H.C08EF040



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
POLÍCIA FEDERAL - DICOR
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

From: +557188266736	so me das coordenadas	05/09/2012 22:05:48(UTC+0)
To: +557188266736	Que hrs o seu cara pode chegar la	05/09/2012 22:06:03(UTC+0)
From: +557188266736	Na quinta ou sexta?	05/09/2012 22:14:39(UTC+0)
To: +557188266736	Quinta: amanha	05/09/2012 22:14:53(UTC+0)
From: +557188266736	Ja mandei ver Te respondo ja Qual um bom horario?	05/09/2012 22:16:50(UTC+0)
To: +557188266736	Perto de 2 da tarde 3	05/09/2012 22:17:27(UTC+0)
From: +557188266736	Pode estar la ao meio dia Ai so precisa as orientações	05/09/2012 22:25:00(UTC+0)
To: +557188266736	Ele chega em congonhas?	05/09/2012 22:25:14(UTC+0)
From: +557188266736	Onde far melhor	05/09/2012 22:26:39(UTC+0)
To: +557188266736	Vou combinar em um endereço aum hotel no itaim e da la deixamos ele no local que ai	05/09/2012 22:27:24(UTC+0)
From: +557188266736	Ok Pessoal seu ne?	05/09/2012 22:31:49(UTC+0)
To: +557188266736	Sim	05/09/2012 22:31:58(UTC+0)
From: +557188266736	Mesma coisa?	05/09/2012 22:32:11(UTC+0)
To: +557188266736	Manda para hotel clarion jorjiano da veiga 248	05/09/2012 22:32:20(UTC+0)
To: +557188266736	Talvez	05/09/2012 22:32:26(UTC+0)
To: +557188266736	A mesma	05/09/2012 22:32:29(UTC+0)
From: +557188266736	Itaim? E procura quem?	05/09/2012 22:33:20(UTC+0)
To: +557188266736	Procura aham apto 1302	05/09/2012 22:32:27(UTC+0)
To: +557188266736	O que teve ai	05/09/2012 22:32:43(UTC+0)
To: +557188266736	Ele leva o teu cara e poe ele no contra direto	05/09/2012 22:34:02(UTC+0)
From: +557188266736	Ok 2 ou 3?	05/09/2012 22:35:00(UTC+0)
To: +557188266736	Pode ser la as 3	05/09/2012 22:35:19(UTC+0)
To: +557188266736	Se chegar antes as vezes ate libera antes	05/09/2012 22:35:36(UTC+0)
From: +557188266736	Ok Vai Gustavo	05/09/2012 22:36:10(UTC+0)
To: +557188266736	Ok	05/09/2012 22:36:24(UTC+0)

Documento assinado via Token digitalmente por RODRIGO JANIOTI SOUZA, Diretor de Registro e Documentação, em 05/09/2012 às 22:36:24. Documento disponível em: http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento

MINISTERIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
POLÍCIA FEDERAL - DICOR
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Tel: +557188266736	Lembrando	05/09/2012 22:56:29(UTC+0)
Tel: +557188266736	Eu mando ele de volta no meu carro que já tá lá	05/09/2012 22:56:42(UTC+0)
Tel: +557188266736	Não precisa ir de carro ok?	05/09/2012 22:56:54(UTC+0)
From: +557188266736	Ok Maravilha Entendido	05/09/2012 22:57:22(UTC+0)
Tel: +557188266736	Ok	05/09/2012 22:57:29(UTC+0)

100. Dito isso, considerando o modo de atuação da dupla EDUARDO CUNHA e GEDDEL visando à liberação de valores de setores da Caixa Econômica Federal sob a influência dos mesmos, para posterior obtenção de vantagem indevida decorrente das empresas beneficiárias desses créditos liberados, também se faz necessária a apuração dessas situações ora expostas.

III. DO ENQUADRAMENTO TÍPICO

101. A narrativa exposta demonstra que GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, juntamente com EDUARDO CONSENTINO DA CUNHA, LUCIO BOLONHA FUNARO, e ainda contando em alguns momentos com a participação de FABIO FERREIRA CLETO, age de forma ilícita para a liberação de créditos da área da Vice-Presidência de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal, a qual era dirigida por GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA.

102. Os diálogos não deixam dúvidas de que GEDDEL VIEIRA LIMA e EDUARDO CUNHA buscavam contrapartidas indevidas junto às diversas empresas mencionadas ao longo da representação, visando à liberação de créditos que estavam sob a gestão da Vice-Presidência de GEDDEL, sendo que os valores indevidos eram recebidos por meio das empresas de LUCIO BOLONHA FUNARO e possivelmente por outros meios que precisam ser aprofundados, tendo como destinação o beneficiamento pessoal deles ou do PMDB.

103. Destarte, os fatos se subsumem, em tese, aos crimes de Quadrilha ou Barba

A coincidência é imensa e fortemente indicativa de ilicitude. Mesmo endereço e mesmo personagem envolvido, ALTAIR ALVES PINTO, já submetido à medida de busca e apreensão nos autos da ação cautelar 4044 e conhecido serventuário de EDUARDO CUNHA.

Tais evidências demonstram que as inferências dos colaboradores de que parte dos valores teriam sido destinados a EDUARDO CUNHA são bastante verossímeis e o envolvimento de GEDDEL VIERIA LIMA, igualmente, bastante provável.

Os relatos acima, além de harmônicos entre si, estão em consonância com o contexto dos fatos criminosos já desvendados no bojo da Operação Lava Jato.

Documento assinado via Token digitalmente por RODRIGO JANOT MONTENEGRO em 07/04/2012 às 12:22:22. Para verificar a assinatura, acesse o endereço: http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave: 9D49D1366450A870B.C0E8040

Evidentemente, a dinâmica e os mesmos personagens envolvidos demonstram uma vez mais que, ao menos inicialmente, a conexão deste feito com os desdobramentos do caso Lava Jato, novamente nos termos do art. 76, II e III.

Por fim, junta-se ao presente requerimento longa manifestação exarada no Inq. 4207 na qual se aborda com muito mais profundidade a extensa rede de conexões entre os casos em investigação.

V – Dos requerimentos

Ante o exposto, em razão dos fatos acima narrados, o Procurador-Geral da República requer:

(i) a distribuição do presente feito por conexão à PET 6122 e ao Inquérito 4326.

(ii) a instauração de inquérito sigiloso, com prazo inicial de 30 (trinta) dias, para investigação dos fatos acima descritos, com a subsequente e imediata remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República;

(iii) a juntada dos documentos que acompanham a presente petição.

(iv) em razão da sensibilidade do presente feito, requer seja determinada a restrição de acesso ao presente inquérito ao Delegado de Polícia Federal Joselio Azevedo de Sousa, que coordena as investigações relacionadas à Lava Jato que tramitam no STF, bem como aos policiais por ele indicados, sendo vedado o compartilhamento de qualquer informação relacionada à presente investigação a outras pessoas, ainda que se tratem de superiores hierárquicos.

Brasília (DF), 7 de abril de 2017

Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República



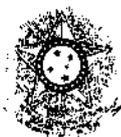
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1
que presta JOESLEY MENDONÇA BATISTA

Aos 7 dias do mês de abril de 2017, na cidade de Brasília/DF, com vistas a prestar declarações no bojo do acordo de colaboração premiada celebrado entre o declarante e a Procuradoria-Geral da República, presentes o procurador da República Pedro Jorge Costa, os procuradores regionais da República Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Eduardo Pelella e o promotor de justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pelo Procurador-Geral da República através da Portaria PGR/MPU de nº 3, de 19/1/2015 e respectivas atualizações, e o colaborador JOESLEY MENDONÇA BATISTA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.852.547-X SSP/SP ou RG 967.397-SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 376.842.211-91, residente e domiciliado na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, devidamente assistido por seu advogado constituído FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, OAB/PR 16.615, com endereço profissional na Rua Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, conforme determina o §15 do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, manifesta a sua espontânea vontade de contribuir de forma efetiva e integral com as investigações e com a instrução de processos criminais, mediante a prestação de informações e fornecimento de documentos e outras fontes de prova que permitam: a) a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; b) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1 - DE JOESLEY BATISTA 1

(Handwritten signatures and initials)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

organização criminosa; c) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; d) a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa (art. 4º, I, II, III e IV, da Lei 12.850/2013). Nesse sentido, o declarante colaborador renuncia, na presença de seus defensores, o direito ao silêncio e o direito de não se autoincriminar, bem como firma expressamente o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, passando a prestar as seguintes informações: que é empresário e vem sendo investigado como pessoa física e em pessoas jurídicas do grupo há alguns meses; que resolveu prestar esclarecimentos à Procuradoria-Geral da República em razão de ter iniciado, há algum tempo, um procedimento de auditoria interna nas empresas, tendo descoberto alguns ilícitos; que em razão dessa descoberta resolveu iniciar o procedimento do acordo de colaboração premiada; que acredita ter bastante a contribuir; que, entre os ilícitos, descobriu pagamento de propina a políticos, servidores públicos, de alguns anos até hoje; que entre os políticos e ex-políticos que receberam propina há Senadores, Deputados Federais, Presidentes da República e outros agentes públicos; que vários dos ilícitos foram cometidos pela alta direção e constam da lista entregue ao Ministério Público; que esses crimes são de em torno de 10, 15 anos até a data atual; que a maioria deles é de 5 anos até a data atual; que desde quando chamou o corpo jurídico e pediu a investigação interna passou a documentar e fazer mais registros dos possíveis ilícitos porque sabiam que uma hora seriam chamados para dar explicações; que essa corrupção a políticos envolve doações oficiais via campanha política e caixa 2, inclusive com dinheiro em espécie, a depender de como foi acertado com

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1- DE JOESLYN BATISTA Z

[Handwritten signatures and initials]

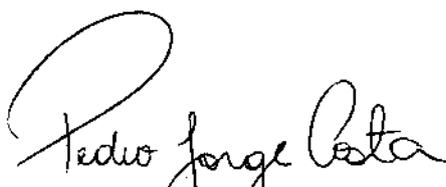


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

quem receberá o montante; que o montante de propina paga nos últimos anos, até o levantado, foi em torno de R\$ 400 milhões oficiais e R\$ 100 milhões por fora, via nota fiscal fria ou outros; que desse valor em torno de R\$ 400 milhões foram de propina e R\$ 100 milhões de doações lícitas; que vem voluntariamente prestar o depoimento; que não tem condenação nem criminal nem em improbidade administrativa.

Nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento, iniciado às 14:55 min e encerrado às 15:07 min.

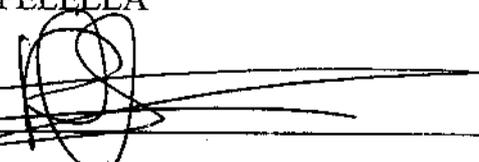
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



PEDRO JORGE COSTA



EDUARDO PELELLA



RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ



SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

A.
d



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

JOESLEY MENDONÇA BATISTA

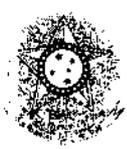
A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to be 'Francisco de Assis e Silva', written over a horizontal line.

ADVOGADO DR. FRANCISCO DE ASSIS E SILVA

OAB/PR 16.615

A small, simple handwritten mark or signature consisting of a circle with a line extending from it.

A handwritten mark or signature consisting of a stylized '7' or similar character with a diagonal line.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

TERMO DE DEPOIMENTO Nº 2
que presta JOESLEY MENDONÇA BATISTA

Aos 7 dias do mês de abril de 2017, na cidade de Brasília/DF, com vistas a prestar declarações no bojo do acordo de colaboração premiada celebrado entre o declarante e a Procuradoria-Geral da República, presentes o procurador da República Pedro Jorge Costa, os procuradores regionais da República Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Eduardo Pelella e o promotor de justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pelo Procurador-Geral da República através da Portaria PGR/MPU de nº 3, de 19/1/2015 e respectivas atualizações, e o colaborador JOESLEY MENDONÇA BATISTA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.852.547-X SSP/SP ou RG 967.397-SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 376.842.211-91, residente e domiciliado na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, devidamente assistido por seu advogado constituído FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, OAB/PR 16.615, com endereço profissional na Rua Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, conforme determina o §15 do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, manifesta a sua espontânea vontade de contribuir de forma efetiva e integral com as investigações e com a instrução de processos criminais, mediante a prestação de informações e fornecimento de documentos e outras fontes de prova que permitam: a) a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; b) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

organização criminosa; c) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; d) a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa (art. 4º, I, II, III e IV, da Lei 12.850/2013). Nesse sentido, o declarante colaborador renuncia, na presença de seus defensores, o direito ao silêncio e o direito de não se autoincriminar, bem como firma expressamente o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, passando a prestar as seguintes informações: que sobre as gravações que ora fornece ao Ministério Público, tem a explicar que conheceu MICHEL TEMER há cinco ou seis anos; que a primeira gravação tem ele como interlocutor; que o conheceu por meio de WAGNER ROSSI, Ministro nomeado por ele; que sempre teve relação direta com TEMER, falando com ele por mensagens, em escritório deste em São Paulo; que GEDDEL VIEIRA LIMA o procurou após TEMER se tornar Presidente em razão da agenda deste; que as demandas dele foram através de GEDDEL ao TEMER; que depois que GEDDEL saiu do cargo de Ministro não falou mais com ele; que por isso procurou RODRIGO ROCHA LOURAS, suplente de Deputado do Ministro da Justiça SERRAGLIO; que RODRIGO passou a ser Deputado quando SERRAGLIO se tornou Ministro; que falou com RODRIGO sobre a necessidade de falar com MICHEL TEMER; que RODRIGO chegou a ligar para o depoente informando que MICHEL TEMER tinha lhe telefonado naquela mesma tarde; que no dia seguinte se encontrou com RODRIGO no Hotel FASANO do centro de São Paulo, às 12:15 no lobby do hotel; que apenas pediu para falar com TEMER porque não sabia o que poderia conversar com RODRIGO; que no dia seguinte, uma terça à noite, falou com TEMER no

Handwritten marks on the right margin, including a large stylized signature and a checkmark.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



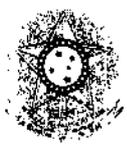
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

JABURU; que nesse dia no encontro com RODRIGO não falou sobre o que seria o assunto do encontro já que não confiava em RODRIGO; que RODRIGO tentou descobrir o assunto; que falou ao telefone 4/3/17, tendo o encontro ocorrido com RODRIGO em 6/3/17 e com TEMER no dia 7/3/17; que RODRIGO disse que depois disso se encontrou com RODRIGO mais duas vezes, dias 13/3 e 16/3; que falou com TEMER sobre FUNARO e CUNHA; que EDUARDO CUNHA, TEMER e outros membros compõem o esquema do PMDB da Câmara; que paga mensalidade para o FUNARO até hoje; que depois que CUNHA foi preso pagou R\$ 5 milhões de "saldo da propina"; que R\$ 20 milhões devia pela tramitação de lei sobre a desoneração tributária do setor de frango; que falou a TEMER sobre o fim do pagamento a CUNHA e que pagava ainda R\$ 400 mil a FUNARO de mensalidade e TEMER disse que era importante continuar; que a propina do FI-FGTS já tinha sido paga a CUNHA através de FUNARO, na chamada planilha do LÚCIO; que continua pagando ao FUNARO R\$ 400 mil para garantir o silêncio dele e de CUNHA; que sempre recebeu sinais claros que era importante manter financeiramente ambos e as famílias, inicialmente por GEDDEL VIEIRA LIMA e depois por MICHEL TEMER para que eles ficassem "calmos" e não falassem em colaboração premiada; que TEMER disse que EDUARDO CUNHA o fustiga, o que o depoente entendeu como recado de que pagasse; que TEMER disse que poderia ajudar CUNHA no Supremo Tribunal Federal com 2, mas que com 11 seria complicado; na segunda parte da conversa perguntou a TEMER quem seria o interlocutor; que após a saída de GEDDEL e TEMER disse que seria RODRIGO ROCHA LOURES, o qual, segundo TEMER, é de sua mais estrita confiança; que o

J

A

[Handwritten signatures]

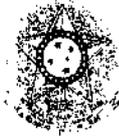


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

depoente adiantou os assuntos que trataria sobre CADE, CVM, BNDES; que sobre o BNDES TEMER intercedeu pessoalmente a favor do grupo do depoente, segundo ele afirmou, tendo falado com a Presidenta, o que foi infrutífero; que no CADE tentou falar sobre a importância de ter um presidente aliado ao governo; que a presidência do CADE está aberta; que TEMER falou que teria uma pessoa com a qual pode ter "conversa franca"; que na CVM também haverá troca de presidente e o depoente disse da importância de ter alguém aliado com o governo; que o depoente também perguntou sobre a Receita Federal e HENRIQUE MEIRELLES; que já teve oportunidade de reivindicar assuntos a HENRIQUE MEIRELLES, que não o atendeu em nada; que disse a TEMER que deveria ter algum modo de HENRIQUE MEIRELLES atender a seu pedido; que TEMER disse que poderia falar com HENRIQUE MEIRELLES e lhe comunicar depois do assunto, que TEMER faria ser atendido o pleito; que basicamente foram esses assuntos; que foi atendido no porão do Palácio do Jaburu, sem precisar dar o nome para registro, tendo apenas falado que era o "RODRIGO"; que gravou essa reunião com TEMER e com RODRIGO, mas não imaginava ter que usar; que se encontrou com RODRIGO dia 13/3, na segunda-feira, em sua residência no Jardim Europa, às 15:00 hs; que começou as tratativas com RODRIGO; que falou a lista de assuntos; que o mais iminente era a questão do CADE; que quis resolver logo essa em razão da pendência de reunião para a nomeação do presidente do CADE; que depois disso esteve com RODRIGO dia 16/3 na casa deste; que os assuntos agora foram mais detalhados, sobre CADE e Receita Federal; que a questão do CADE é do gás boliviano, que a PETROBRAS tem monopólio, o que não é do interesse do depoente por querer usar o combustível

[Handwritten initials]

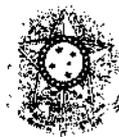
[Handwritten initials]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

em termoelétrica no Mato Grosso; que RODRIGO falou em viva-voz com um conselheiro do CADE salvo engano de nome GILVANDRO; que ficou claro para o depoente que a questão andaria; que essa questão do CADE seria relevante economicamente para o depoente por poder implicar o não-funcionamento da termoelétrica de Cuiabá ou gerar até 3 milhões por dia; que RODRIGO se esforçou e entendeu a questão; que não precisa da PETROBRAS, apenas que esta não comprasse todo o gás boliviano; que já tem até contrato de compra com os bolivianos; que falou para RODRIGO que deveria ter mais negócios para poder pagar a planilha do LÚCIO FUNARO e a planilha do EDUARDO CUNHA, que já tinham pagado; que prometeu pagar 5% do lucro da termoelétrica se o CADE decidisse favoravelmente aos interesses do depoente; que a PETROBRAS revende por vezes o gás a preços exorbitantes; que RODRIGO entendeu que os 5% eram propina e concordou com o pagamento; que também explicou o potencial da planta da termoelétrica; que a planta é de US\$ 1 bilhão, e era de um grupo americano, e ora ficou fechada ora foi arrendada para a PETROBRAS a preço vil; que o projeto é para 25 anos; que em valor presente é negócio de R\$ 3 ou 4 bilhões; que isso foi para explicar a RODRIGO que eles poderiam ganhar bastante dinheiro com isso; que outro problema do depoente é o dos créditos fiscais de PIS e COFINS; que tem acúmulo de créditos para pagar dívidas de INSS, mas isso é por meio de liminar na justiça; que, por isso, pediu algum ato normativo para regulamentar isso; que se tiver restituição em dinheiro o INSS pega, mas o inverso não é verdadeiro, pois o INSS não aceita os créditos; que ultimamente há grande criação de dificuldades para vender facilidades; que RODRIGO já sabia desse assunto e disse que existia algo na Câmara a

[Handwritten signatures and initials]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

respeito; que não sabe se outros interessados cuidam do assunto na Câmara; que também falou a RODRIGO da necessidade de ter um presidente alinhado com os interesse do governo na CVM; que RODRIGO telefonou a um secretário da CVM perante o depoente mas não conseguiu avançar muito, demonstrando não ter a mesma intimidade que com o conselheiro do CADE; que ficou surpreso com a sistemática de RODRIGO de telefonar e usar o viva-voz na frente do depoente; que quando fala em Receita na verdade quis dizer PGFN, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; que RODRIGO também comentou que queriam mudar o Secretário-Geral da Receita, RACHID; que falou com RODRIGO sobre a situação de CUNHA e FUNARO na casa deste; que disse inclusive que FUNARO tinha ficado nervoso em razão do atraso de um pagamento este mês; que também falou sobre CUNHA, o qual disse estar calmo; que não sabe se RODRIGO sabe da importância de manter FUNARO e CUNHA "calmos"; que TEMER e GEDDEL sabem, de modo que a conversa é mais aberta; que tem áudio do primeiro encontro com RODRIGO, no Fasano, mas ainda não o entregou; que dia 13 se encontrou com RODRIGO na casa dele, depoente, e no dia 16 na casa de RODRIGO; que pode dar o endereço de RODRIGO; que é o maior doador de AÉCIO NEVES; que também doou por caixa 2; que mesmo depois da campanha vendeu um imóvel superfaturado por R\$ 17 milhões a pessoa indicada por AÉCIO com o fim de fazer chegar a AÉCIO o dinheiro; que o pagamento desse imóvel foi via bancária, "oficial"; que em 2016 AÉCIO pediu mais R\$ 5 milhões e o depoente não deu; que pediu a um amigo, FLÁVIO CARNEIRO, para parar de dar dinheiro, porque já vinha sendo investigado na Operação Sepsis; que depois disso AÉCIO parou de procurar o depoente; que, apesar disso, em fevereiro de 2017 recebeu



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

telefonema de um amigo em comum pedindo pra receber uma pessoa sábado; que o depoente recebeu em uma escola de projeto social ANDRÉA NEVES, irmã do Senador AÉCIO NEVES, a qual pediu o pagamento de R\$ 2 milhões a um advogado; que disse a ANDRÉA NEVES que isso daria errado mas precisava era mascarar e dar ar de legalidade ao que fizeram em 2014, para a campanha; que não pagou nada e por isso um primo de AÉCIO, FRED, o qual procurou RICARDO para acertar esses contratos fictícios; que nessa conversa RICARDO foi cobrado por FRED novamente sobre o montante destinado ao advogado; que disse a RICARDO que só trataria pessoalmente com AÉCIO sobre esse assunto; que ANDRÉA NEVES telefonou ao depoente e ele disse que falaria pessoalmente com AÉCIO; que se encontrou com AÉCIO dia 24/3/17 no hotel UNIQUE em São Paulo, tendo chegado atrasado, motivo pelo qual mandou mensagens avisando isso a ANDRÉA NEVES; que tinha viagem para Nova Iorque no dia e quando disse isso por telefone a ANDRÉA NEVES essa se mostrou exaltada; que tem mensagens de telefone, as quais fornecerá; que AÉCIO NEVES estava no sétimo andar.; que não se identificou na portaria do hotel; que foi no carro do depoente; que AÉCIO estava exaltado, falando com a imprensa, e comentou que tinha sido delatado pela ODEBRECHT; que AÉCIO queria os R\$ 2 milhões; que AÉCIO falou que tinham que aprovar a lei de anistia ao caixa 2 e a do abuso de autoridade; que AÉCIO disse que já tinha falado com RODRIGO MAIA; que o depoente disse que tinha que dar ar de legalidade aos contratos das doações de campanha de 2014; que falou sobre a questão do FUNARO, que a única coisa que ajudava era o contrato de R\$ 100 milhões com ele para justificar os pagamentos; que disse a AÉCIO que não poderia pagar o advogado porque isso daria mais problema; que sugeriu pagar

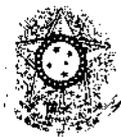
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 2 DE JOESLEY BATISTA ?



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

em espécie, tendo AÉCIO indicado o seu primo FRED para receber o dinheiro; que ocorreriam pagamento de 4 parcelas de R\$ 500 mil; que inicialmente disse a AÉCIO que entregaria pessoalmente se fosse a ele; que RICARDO entregaria o dinheiro; que o acerto foi dia 24/3 e o primeiro pagamento foi feito; que o dinheiro foi de recebimentos em espécie das pessoas jurídicas do grupo e não sabe onde foi pago; que não sabe se os R\$ 2 milhões ficariam com o advogado ou se estes seriam intermediários; que haveria superfaturamento do serviço de advogados que já prestam serviços ao depoente ou a pessoa jurídicas; que depois disso tratou com AÉCIO, na mesma conversa, sobre a Vale do Rio Doce; que na mesma conversa, sobre a lei de anistia do caixa 2 e a do abuso de autoridade, AÉCIO disse que só cuidava dessas questões, da tentativa de aprovar isso, e que já estava articulado com RODRIGO MAIA e MICHEL TEMER; que ANDRÉA NEVES disse também que precisava de R\$ 40 milhões, que seriam para comprar um apartamento da mãe, no Rio de Janeiro; que nesse contexto falou com AÉCIO que soube que ele nomearia o presidente da Vale do Rio Doce; que o depoente disse que queria ALDEMIR BENDINE, o "DIDA", para a Vale; que disse que, com a nomeação de Bendine, resolveria o problema dos R\$ 40 milhões pedidos por ANDRÉA NEVES; que AÉCIO disse que já tinha indicado outra pessoa, cujo nome não podia revelar; que, todavia, AÉCIO disse que o depoente poderia escolher qualquer uma das quatro outras diretorias; que o depoente disse que pensaria a respeito; que AÉCIO disse que esquecesse essa questão dos R\$ 40 milhões porque todos os contatos seriam diretos entre ele e o depoente; que sobre a conversa com AÉCIO em geral foi isso, outros detalhes podem estar no áudio; que o depoente sabe que compõem o esquema do PMDB da Câmara MICHEL

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 2 DE JOESLEY BATISTA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

TEMER, EDUARDO CUNHA e LÚCIO BOLONHA FUNARO; que sabe que TEMER nomeou WAGNER ROSSI e todos os Ministros da Agricultura até antes de KÁTIA ABREU; que por imprensa ou por eles próprios já ouviu que o compõem também ELISEU PADILHA, GEDDEL VIEIRA LIMA e HENRIQUE EDUARDO ALVES; que na semana seguinte ao pedido do FIGTS conheceu LÚCIO BOLONHA FUNARO, apresentado no escritório do depoente por meio de um amigo comum; que FUNARO na ocasião disse que poderia ajudar o depoente na questão porque tinha o FÁBIO CLETO lá dentro; que esse grupo mapeia negócios legítimos para pedir propina após criarem dificuldades como *modus operandi*.

Nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento, iniciado às 15:12 min e encerrado às 16:13 min.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Pedro Jorge Costa

PEDRO JORGE COSTA

Eduardo Pelella

EDUARDO PELELLA

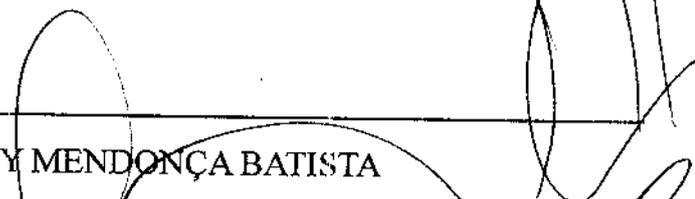
~~*Ronaldo Pinheiro de Queiroz*~~
RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

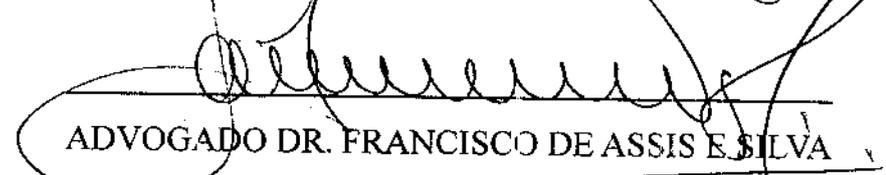
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 2 - LEI JOSÉ LUIZ BATISTA 9



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República


SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES


JOESLEY MENDONÇA BATISTA


ADVOGADO DR. FRANCISCO DE ASSIS E SILVA
OAB/PR 16.615





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1
que presta RICARDO SAUD

Aos 7 dias do mês de abril de 2017, na cidade de Brasília/DF, com vistas a prestar declarações no bojo do acordo de colaboração premiada celebrado entre o declarante e a Procuradoria-Geral da República, presentes o procurador da República Pedro Jorge Costa, os procuradores regionais da República Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Eduardo Pelella e o promotor de justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pelo Procurador-Geral da República através da Portaria PGR/MPU de nº 3, de 19/1/2015 e respectivas atualizações, e o colaborador RICARDO SAUD, brasileiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 2.607.129, CPF nº 446.626.456-20, residente e domiciliado à Marginal do Rio Tietê, nº 500, Bloco 1, 3. andar, São Paulo/SP, devidamente assistido por seu advogado constituído FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, OAB/PR 16.615, com endereço profissional na Rua Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo/SP, conforme determina o §15 do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, manifesta a sua espontânea vontade de contribuir de forma efetiva e integral com as investigações e com a instrução de processos criminais, mediante a prestação de informações e fornecimento de documentos e outras fontes de prova que permitam: a) a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; b) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; c) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da

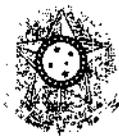
TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1 - DE RICARDO SAUD



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

organização criminosa; d) a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa (art. 4º, I, II, III e IV, da Lei 12.850/2013). Nesse sentido, o declarante colaborador renuncia, na presença de seus defensores, o direito ao silêncio e o direito de não se autoincriminar, bem como firma expressamente o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, passando a prestar as seguintes informações: que trabalha no grupo J&F, desde 11, sendo atualmente diretor de relações institucionais e governo; que faz a interface com o poder público; que é candidato a colaboração premiada; que está apresentando anexos junto com outros empregados do grupo; que o tema do presente depoimento diz respeito a algumas provas apresentadas ao Ministério Público no bojo dessa negociação; que apresentou algumas gravações entre particulares do grupo e agentes públicos; que não é interlocutor de nenhuma dessas gravações; que as gravações tratam de assuntos da campanha de 2014; que estão fazendo um recall de tudo que aconteceu na campanha de 2014, em uma espécie de força-tarefa para mostrar tudo o que houve de ilícito com os políticos; que a maioria das questões foram ilícitas, sendo poucas lícitas; que ouviu e leu todas as gravações; que tem participação mais ativa na gravação do JOESLEY BATISTA com AÉCIO NEVES; que AÉCIO NEVES vinha mostrando dificuldades financeiras e como o grupo foi o maior ou segundo maior doador da campanha de AÉCIO NEVES este pediu mais dinheiro; que JOESLEY sempre “correu” dele; que AÉCIO NEVES prometeu agir em favor do grupo mas nunca fez nada; que AÉCIO NEVES também tem uma expectativa de poder; que se não ajudarem eles não fazem nada em favor do grupo; que o grupo “comprou” dívidas de AÉCIO NEVES com terceiros; que

TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1 - DE RICARDO SAUD



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

doaram em torno de R\$ 80 milhões para a campanha de AÉCIO NEVES mas ele continuou pedindo mais dinheiro após a campanha; que esteve com pessoas de AÉCIO NEVES após o encontro deste com JOESLEY BATISTA; que os advogados que receberia o dinheiro para AÉCIO NEVES eram do grupo de "SANZIO"; que JOESLEY se recusou a pagar o advogado como pedido, mas prometeu pagar semanalmente R\$ 500 mil, dizendo que entregaria pessoalmente ao Senador se fosse este a receber; que combinou com FRED, a pessoa que recebia o dinheiro para AÉCIO NEVES; que FRED esteve com o depoente antes de ontem, quarta-feira, dia 5/4/2017, no escritório da JBS, por volta das 11 da manhã; que o dinheiro seria pago para os advogados TORON e SANZIO, mas apenas o segundo presta serviços ao grupo JBS; que FRED pegou um táxi e voltou para Belo Horizonte; que FRED trabalhou como diretor da CEMIG e em outros do Estado de Minas Gerais, mas não tem cargo público no momento; que FRED esteve na sala do depoente no terceiro andar; que FRED foi de avião de Belo Horizonte para São Paulo e voltou de táxi com um motorista já conhecido; que a mochila de FRED era de cor preta; que nessa mochila ele colocou o dinheiro; que FRED vestia calça jeans; que na próxima quarta-feira, às 11 da manhã, FRED receberá mais R\$ 500 mil; que planejou com FRED entregar às quartas-feiras as demais parcelas; que o prédio fica na marginal direita do Tietê, n. 500; que FRED se registrou na portaria do prédio e pegou crachá; que o depoente pegou o dinheiro com FLORISVALDO, uma pessoa que presta esse tipo de serviço, embora não trabalhe para o grupo; que FRED disse que levaria esse dinheiro ao SANZIO; que os próximos R\$ 500 mil serão entregues ao próximo advogado pelo FRED, segundo este disse; que tem conhecimento que o grupo continua

TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1 - DE RICARDO JESUS

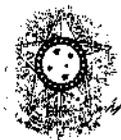


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

pagando a família de LÚCIO FUNARO, o qual o depoente conhece bastante; que doravante o depoente pagará a LÚCIO FUNARO; que havia uma conta-corrente com LÚCIO FUNARO, o qual emitia notas fiscais fictícias pelas pessoas jurídicas VISCAYA e CARIOCA; que já combinou de pagar quinzenalmente a LÚCIO FUNARO, reduzindo o prazo de pagamento, atualmente em base mensal; que antes pagava ao irmão e agora à irmã de LÚCIO FUNARO; que estes se chamam DANTE e ROBERTA; que estes não têm registro na portaria do prédio, mas talvez exista registro do carro deles; que a próxima entrega será na sala do depoente, no bloco 1, terceiro andar, no mesmo lugar da entrega ao FRED; que sabe de pagamentos e EDUARDO CUNHA, mas ele depoente nunca os efetuou; que os pagamentos eram todos feitos a LÚCIO FUNARO, o qual operava para EDUARDO CUNHA; que a pessoa de ALTAIR recebe dinheiro em espécie como pessoa de confiança de EDUARDO CUNHA; que já organizou pagamentos a ALTAIR em São Paulo, mas ele, depoente, nunca os efetuou; que os pagamentos se davam em shoppings muito movimentados e em lugares de muita gente e sempre distintos a cada vez; que para ALTAIR houve entrega no Rio de Janeiro, mas 90% delas foi em São Paulo; que os intermediários de CUNHA eram ALTAIR e LÚCIO FUNARO, ao que o depoente saiba; que o último pagamento a FUNARO foi na semana retrasada, tendo sido quitada a dívida de propina com EDUARDO CUNHA; que o depoente quer fazer o que for mais digno e mais certo doravante, pagando pelos seus erros e está à disposição.

Nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento, iniciado às 16:27 min e encerrado às 16:46 min.

TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1 - DE EDUARDO SÁDIO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PEDRO JORGE COSTA

EDUARDO PELELLA

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

RICARDO SAUD
(DEPOENTE)

ADVOGADO DR. FRANCISCO DE ASSIS E SILVA
OAB/PR 16.615

INQ 4483

57



225/0000



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

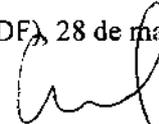
O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio dos membros do Ministério Público da União Sérgio Bruno Cabral Fernandes, integrante do Grupo de Trabalho instituído pela Procurador-Geral da República através da Portaria PGR/MPU nº 3, de 19/01/2015, atualizada pela Portaria PGR/MPU nº 4, de 17/01/2017, e Eduardo Botão Pelella, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República, e o advogado Francisco de Assis e Silva, neste ato representando os interesses de Joesley Mendonça Batista; Wesley Medonça Batista, Valdir Aparecido Boni e Ricardo Saud, resolvem subscrever o presente **termo de confidencialidade**, por meio do qual se comprometem a guardar sigilo sobre todas as informações, escritas e orais, fornecidas durante a negociação, celebração e execução de eventual acordo de colaboração premiada no âmbito da chamada "Operação Lava Jato", devendo o segredo ser mantido até eventual levantamento do sigilo do acordo a ser firmado.

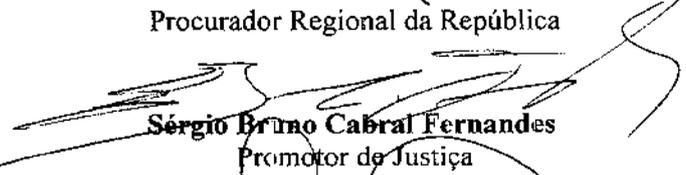
A Procuradoria-Geral da República se compromete a não requerer medidas cautelares em desfavor dos candidatos a colaborador acima nominados pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

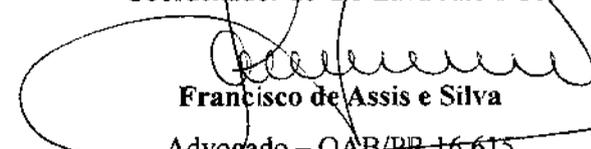
Os candidatos a colaborador se comprometem a apresentar à PGR anexos pormenorizados, descrevendo os fatos ilícitos, acompanhados de documentos e demais meios de prova disponíveis, na primeira reunião entre as partes signatárias a ser marcada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Por fim, as partes também se comprometem a guardar sigilo sobre a existência do presente termo.

Brasília (DF), 28 de março de 2017.

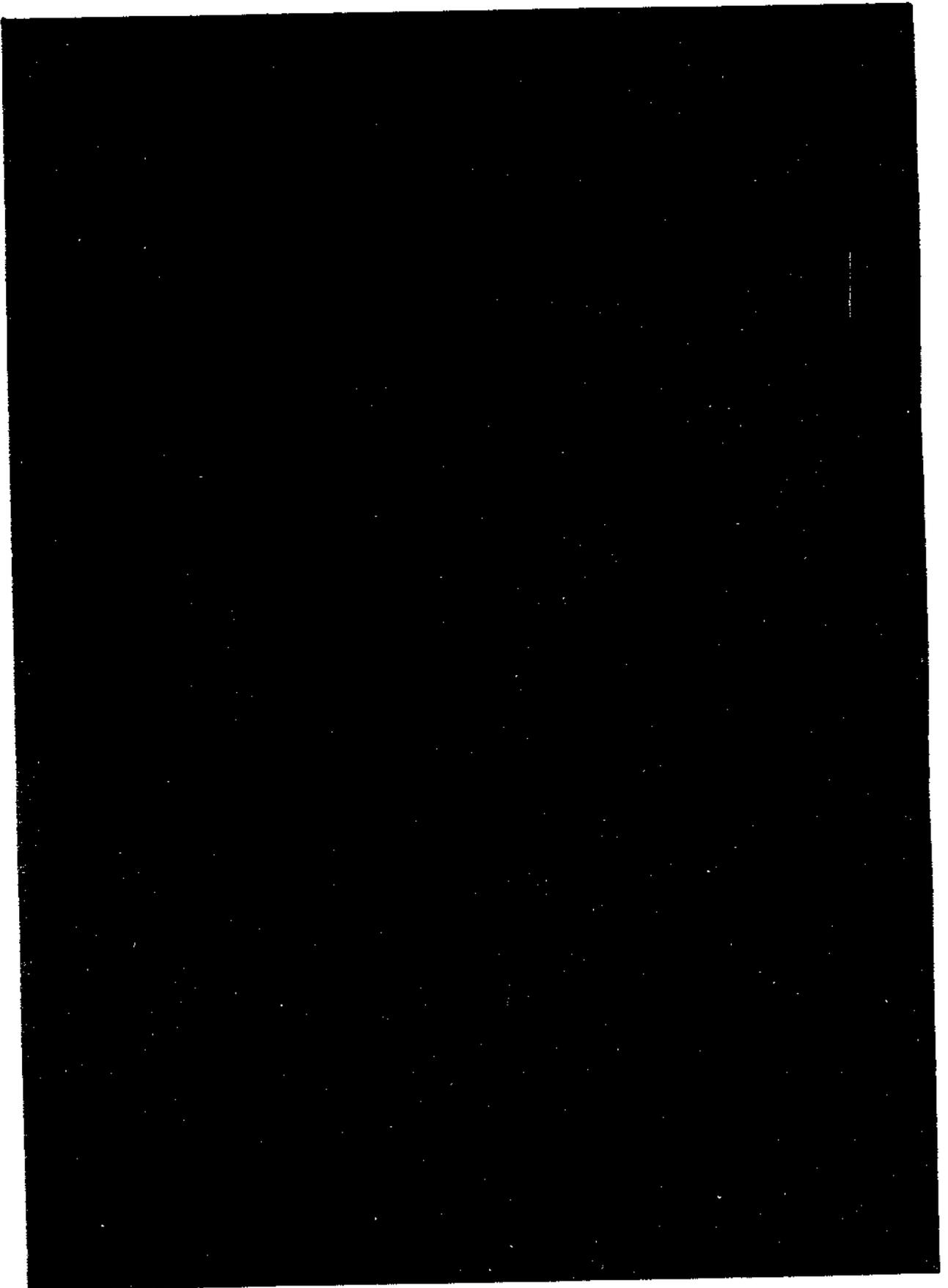

Eduardo Botão Pelella
Procurador Regional da República


Sérgio Bruno Cabral Fernandes
Promotor de Justiça
Coordenador do GT-Lava Jato-PGR


Francisco de Assis e Silva
Advogado - OAB/PR 16.615

100 4483

59



C

L



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PESQUISA E ANÁLISE

SIGILOSO

MEMORANDO nº 142/2017/SPEA/PGR

Brasília, 7 de abril de 2017.

A Sua Excelência, o Senhor
SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Coordenador do Grupo de Trabalho Lava-Jato

Assunto: Encaminha Informações

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, encaminho Informações nº 29 – 32/2017/SPEA/PGR,
de 7 de abril de 2017, que trata da Operação Lava jato no STF.

Atenciosamente,

DANIEL DE RESENDE SALGADO
Procurador da República
Secretário da SPEA/PGR

Informação nº 029/2017 – SPEA/PGR

Ementa: Caso Lava Jato/STF. Verificação de gravação do arquivo de áudio intitulado AEunique.WAV.

Excelentíssimo Senhor Procurador da República e
Secretário de Pesquisa e Análise – SPEA/PGR,
Dr. DANIEL DE RESENDE SALGADO

Cumprimentando-o, em atendimento à solicitação do grupo de trabalho que auxilia o Procurador-Geral da República na Operação Lava Jato em trâmite no Supremo Tribunal Federal, por meio de solicitação verbal, em 06/04/2017, apresentamos a seguir as constatações relacionadas aos arquivos de áudio constantes na pasta *AD* entregues por meio de mídia removível *pen drive*.



ⓔ

1 DESCRIÇÃO DO MATERIAL ENCAMINHADO

Esta Secretaria recebeu para exame uma mídia removível *pen drive* contendo uma (1) pasta e 4 (quatro) arquivos, conforme figura apresentado no *Windows Explorer*.

- 1) AEunique.WAV
- 2) PR1 14032017.WAV
- 3) PR2 16032017.WAV
- 4) PR2 A 13032017.WAV

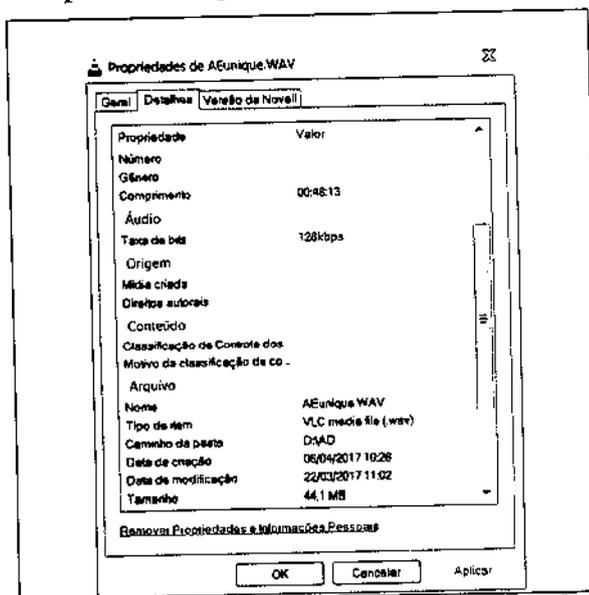
Destaca-se abaixo, na Figura 1, o teor (arquivos de áudio) visualizado pelo *Windows Explorer*:

Figura 1: Arquivos da mídia encaminhada.

Nome	Número	Título	Artistas participan...	Álbum
AEunique.WAV				
PR1 14032017.WAV				
PR2 16032017.WAV				
PR2 A 13032017.WAV				

O arquivo verificado nessa informação é o denominado AEunique.WAV, com extensão .wav, localizado na pasta AD da mídia removível *pen drive* recebida. Possui o comprimento de 48 minutos e 13 segundos e o tamanho de 44,1 MB, com data de modificação em 22/03/2017 às 11h02. Segue na Figura 2, a visualização das propriedades do arquivo.

Figura 2: Propriedades do Arquivo AEunique.WAV



Ⓢ

Para a verificação do arquivo, utilizou-se a ferramenta *Audacity*, software de áudio livre e código aberto com suporte ao formato de áudio .wav.

2 ANÁLISE DE COERÊNCIA PERCEPTIVA

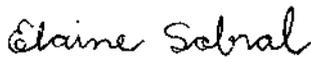
O arquivo apresentado foi analisado de forma preliminar, submetido a oitiva sob a perspectiva exclusiva da percepção humana. Não houve auxílio de equipamentos especializados na avaliação sobre a integridade dos áudios.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi verificar se os diálogos existentes nos áudios estão inteligíveis e, se numa análise meramente perfunctória, os arquivos possuem ou não características iniciais de confiabilidade.

O diálogo constante no Áudio 01 (AEunique.WAV) encontra-se audível, apresentando sequência lógica, mesmo com a existência de algumas interrupções em razão de ruídos detectados em determinados momentos.

É o que trazemos ao conhecimento de Vossa Excelência.

Respeitosamente,


ELAINE SOBRAL
Analista do MPU/Finanças e Controle
SPEA/PGR


EDER GABRIEL
Técnico do MPU/A.T.A./T.I.C
SPEA/PGR

Informação nº 030/2017 – SPEA/PGR

Ementa: Caso Lava Jato/STF. Verificação de gravação do arquivo de áudio intitulado PR1 14032017.WAV.

Excelentíssimo Senhor Procurador da República e
Secretário de Pesquisa e Análise – SPEA/PGR,
Dr. DANIEL DE RESENDE SALGADO

Cumprimentando-o, em atendimento à solicitação do grupo de trabalho que auxilia o Procurador-Geral da República na Operação Lava Jato em trâmite no Supremo Tribunal Federal, por meio de solicitação verbal, em 06/04/2017, apresentamos a seguir as constatações relacionadas aos arquivos de áudio constantes na pasta *AD* entregues por meio de mídia removível *pen drive*.

Ⓢ



1 DESCRIÇÃO DO MATERIAL ENCAMINHADO

Esta Secretaria recebeu para exame uma mídia removível *pen drive* contendo uma (1) pasta e 4 (quatro) arquivos, conforme figura apresentado no *Windows Explorer*.

- 1) AEunique.WAV
- 2) PR1 14032017.WAV
- 3) PR2 16032017.WAV
- 4) PR2 A 13032017.WAV

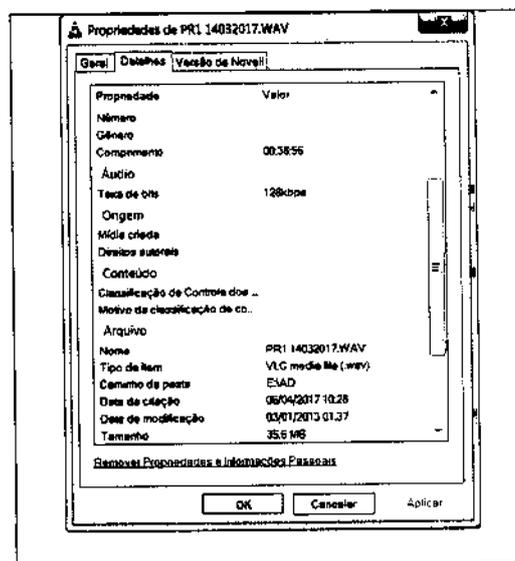
Destaca-se abaixo, na Figura 1, o teor (arquivos de áudio) visualizado pelo *Windows Explorer*:

Figura 1: Arquivos da mídia encaminhada.

Nome	Número	Título	Artistas participan...	Álbum
AEunique.WAV				
PR1 14032017.WAV				
PR2 16032017.WAV				
PR2 A 13032017.WAV				

O arquivo verificado nessa informação é o denominado PR1 14032017.WAV, com extensão .wav, localizado na pasta AD da mídia removível *pen drive* recebida. Possui o comprimento de 38 minutos e 56 segundos e o tamanho de 35,6 MB, com data de modificação em 03/01/2013 às 01h37. Segue na Figura 2, a visualização das propriedades do arquivo.

Figura 2: Propriedades do Arquivo PR1 14032017.WAV



Ⓢ

[Handwritten signature]

Para a verificação do arquivo, utilizou-se a ferramenta *Audacity*, software de áudio livre e código aberto com suporte ao formato de áudio .wav.

2 ANÁLISE DE COERÊNCIA PERCEPTIVA

O arquivo apresentado foi analisado de forma preliminar, submetido a oitiva sob a perspectiva exclusiva da percepção humana. Não houve auxílio de equipamentos especializados na avaliação sobre a integridade dos áudios.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi verificar se os diálogos existentes nos áudios estão inteligíveis e, se numa análise meramente perfunctória, os arquivos possuem ou não características iniciais de confiabilidade.

O diálogo constante no Áudio 02 (PR1 14032017.WAV) encontra-se audível, apresentando sequência lógica. O arquivo possui alguns ruídos e a voz de um dos interlocutores apresenta-se com maior intensidade em relação à voz do segundo interlocutor, e em alguns momentos, tornam-se incompreensíveis sem a utilização de equipamentos especializados.

É o que trazemos ao conhecimento de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Elaine Sobral
ELAINE SOBRAL
Analista do MPU/Finanças e Controle
SPEA/PGR


EDER GABRIEL
Técnico do MPU/A.T.A./T.I.C
SPEA/PGR

Informação nº 031/2017 – SPEA/PGR

Ementa: Caso Lava Jato/STF. Verificação de gravação do arquivo de áudio intitulado PR2 16032017.WAV.

Excelentíssimo Senhor Procurador da República e
Secretário de Pesquisa e Análise – SPEA/PGR,
Dr. DANIEL DE RESENDE SALGADO

Cumprimentando-o, em atendimento à solicitação do grupo de trabalho que auxilia o Procurador-Geral da República na Operação Lava Jato em trâmite no Supremo Tribunal Federal, por meio de solicitação verbal, em 06/04/2017, apresentamos a seguir as constatações relacionadas aos arquivos de áudio constantes na pasta *AD* entregues por meio de mídia removível *pen drive*.

Ⓢ



1 DESCRIÇÃO DO MATERIAL ENCAMINHADO

Esta Secretaria recebeu para exame uma mídia removível *pen drive* contendo uma (1) pasta e 4 (quatro) arquivos, conforme figura apresentado no *Windows Explorer*.

- 1) AEunique.WAV
- 2) PR1 14032017.WAV
- 3) PR2 16032017.WAV
- 4) PR2 A 13032017.WAV

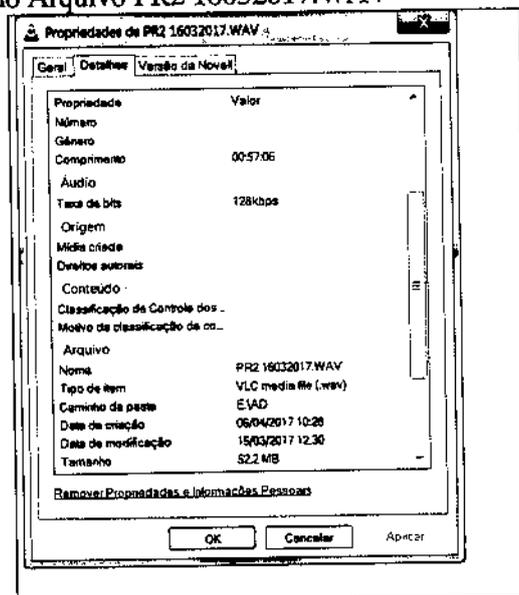
Destaca-se abaixo, na Figura 1, o teor (arquivos de áudio) visualizado pelo *Windows Explorer*:

Figura 1: Arquivos da mídia encaminhada.

Nome	Número	Título	Artistas participan...	Álbum
AEunique.WAV				
PR1 14032017.WAV				
PR2 16032017.WAV				
PR2 A 13032017.WAV				

O arquivo verificado nessa informação é o denominado PR2 16032017.WAV, com extensão .wav, localizado na pasta AD da mídia removível *pen drive* recebida. Possui o comprimento de 57 minutos e 06 segundos e o tamanho de 52,2 MB, com data de modificação em 15/03/2017 às 12h30. Segue na Figura 2, a visualização das propriedades do arquivo.

Figura 2: Propriedades do Arquivo PR2 16032017.WAV



Ⓢ

Handwritten signature

Para a verificação do arquivo, utilizou-se a ferramenta *Audacity*, software de áudio livre e código aberto com suporte ao formato de áudio .wav.

2 ANÁLISE DE COERÊNCIA PERCEPTIVA

O arquivo apresentado foi analisado de forma preliminar, submetido a oitiva sob a perspectiva exclusiva da percepção humana. Não houve auxílio de equipamentos especializados na avaliação sobre a integridade dos áudios.

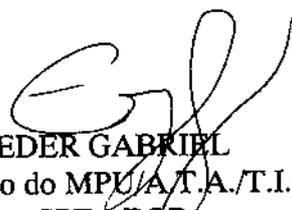
Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi verificar se os diálogos existentes nos áudios estão inteligíveis e, se numa análise meramente perfunctória, os arquivos possuem ou não características iniciais de confiabilidade.

O diálogo constante no áudio 03 (PR2 16032017.WAV) encontra-se com clareza, sendo possível identificar sequência lógica e compreender os diálogos travados na maior parte da gravação.

É o que trazemos ao conhecimento de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Elaine Sobral
ELAINE SOBRAL
Analista do MPU/Finanças e Controle
SPEA/PGR


EDER GABRIEL
Técnico do MPU/A.T.A./T.I.C
SPEA/PGR

Informação nº 032/2017 – SPEA/PGR

Ementa: Caso Lava Jato/STF. Verificação de gravação do arquivo de áudio intitulado PR2 A 13032017.WAV.

Excelentíssimo Senhor Procurador da República e
Secretário de Pesquisa e Análise – SPEA/PGR,
Dr. DANIEL DE RESENDE SALGADO

Cumprimentando-o, em atendimento à solicitação do grupo de trabalho que auxilia o Procurador-Geral da República na Operação Lava Jato em trâmite no Supremo Tribunal Federal, por meio de solicitação verbal, em 06/04/2017, apresentamos a seguir as constatações relacionadas aos arquivos de áudio constantes na pasta *AD* entregues por meio de mídia removível *pen drive*. 



1 DESCRIÇÃO DO MATERIAL ENCAMINHADO

Esta Secretaria recebeu para exame uma mídia removível *pen drive* contendo uma (1) pasta e 4 (quatro) arquivos, conforme figura apresentado no *Windows Explorer*.

- 1) AEunique.WAV
- 2) PR1 14032017.WAV
- 3) PR2 16032017.WAV
- 4) PR2 A 13032017.WAV

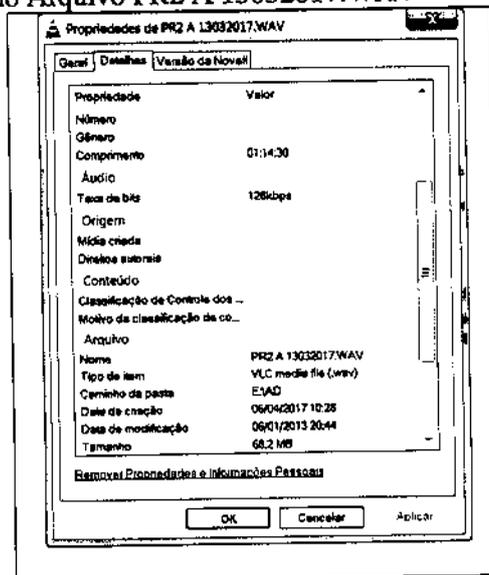
Destaca-se abaixo, na Figura 1, o teor (arquivos de áudio) visualizado pelo *Windows Explorer*:

Figura 1: Arquivos da mídia encaminhada.

Nome	Número	Título	Artistas participan...	Album
AEunique.WAV				
PR1 14032017.WAV				
PR2 16032017.WAV				
PR2 A 13032017.WAV				

O arquivo verificado nessa informação é o denominado PR2 A 13032017.WAV, com extensão .wav, localizado na pasta AD da mídia removível *pen drive* recebida. Possui o comprimento de 01 hora 14 minutos e 30 segundos e o tamanho de 68,2 MB, com data de modificação em 06/01/2013 às 20h44. Segue na Figura 2, a visualização das propriedades do arquivo.

Figura 2: Propriedades do Arquivo PR2 A 13032017.WAV



2

Para a verificação do arquivo, utilizou-se a ferramenta *Audacity*, software de áudio livre e código aberto com suporte ao formato de áudio .wav.

2 ANÁLISE DE COERÊNCIA PERCEPTIVA

O arquivo apresentado foi analisado de forma preliminar, submetido a oitiva sob a perspectiva exclusiva da percepção humana. Não houve auxílio de equipamentos especializados na avaliação sobre a integridade dos áudios.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi verificar se os diálogos existentes nos áudios estão inteligíveis e, se numa análise meramente perfunctória, os arquivos possuem ou não características iniciais de confiabilidade.

O diálogo constante no áudio 04 (PR2 A 13032017.WAV) encontra-se com clareza, sendo possível identificar sequência lógica e compreender os diálogos travados na maior parte da gravação.

É o que trazemos ao conhecimento de Vossa Excelência.

Respeitosamente,


ELAINE SOBRAL
Analista do MPU/Finanças e Controle
SPEA/PGR


EDER GABRIEL
Técnico do MPU/A.T.A./T.I.C
SPEA/PGR



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Nº 166.754/2016 - GTLJ/PGR
Protocolado n. 24.885 (Inquérito n. 4207)
Relator: Ministro TEORI ZAVASCKI

SIGILOSO

PROCESSO PENAL. CASO LAVA JATO. AUTOS SIGILOSOS QUE NOTICIARAM A PRÁTICA DE CONDUTAS CRIMINOSAS. ENVOLVIMENTO DE MEMBRO DO CONGRESSO NACIONAL. CONEXÃO COM AS INVESTIGAÇÕES EMPREENDIDAS NO CASO LAVA JATO. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA, NO CASO CONCRETO, ABRANGER A ANÁLISE DE PESSOAS SEM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO EM RELAÇÃO A PARTE DOS FATOS. NECESSIDADE DE DECLÍNIO DE OUTRA PARTE, NOS TERMOS DE MANIFESTAÇÃO PROTOCOLADA NO INQUÉRITO 4.266.

1. Autos em tramitação no Supremo Tribunal Federal que noticiaram a prática de condutas criminosas, com envolvimento de Deputado Federal, ex-Ministro de Estado e empresários, estes últimos sem foro por prerrogativa de função.
2. Recebimento de vantagem indevida por parlamentar e Ministro, concomitante ao seu pagamento pelo empresário, com o sucessivo cometimento de lavagem de dinheiro.
3. Prática dos crimes previstos nos arts. 317 e 333, do Código Penal, e no art. 1º, da Lei nº 9.613/1998.
4. **Conexão com as investigações em curso no assim denominado Caso Lava Jato.**
5. Condutas de tal modo imbricadas que a cisão da investigação implicará prejuízo ao esclarecimento dos fatos. Competência do Supremo Tribunal Federal, no caso concreto, para a análise conjunta da participação de cada envolvido. Exceção autorizada pelo julgamento proferido no Inq. 3515 – AgR.
6. Requerimento de manutenção da competência do Relator, com declínio apenas de parte dos fatos nos termos da manifestação concomitante no bojo do Inquérito 4.266.

O Procurador-Geral da República vem se manifestar sobre a petição apresentada pelo investigado EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, encartada no protocolado n. 24.885/2016.

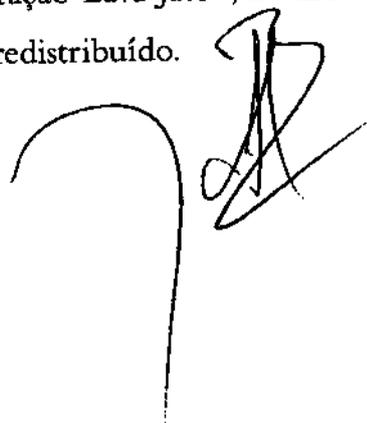
1. Fatos

O Procurador-Geral da República requereu a instauração de inquérito para apurar a conduta do Deputado EDUARDO CUNHA consistente em solicitar e receber vantagem indevida da empreiteira Carioca no âmbito do projeto Porto Maravilha.

Explicitou-se a conexão com as investigações em curso na Operação Lava Jato e a competência do Supremo Tribunal Federal.

Distribuído o feito por prevenção, que foi devidamente acolhido pelo e. Relator, foi instaurado o inquérito e determinado o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Federal.

O investigado alega, em síntese, ausência de conexão entre os fatos em tela e a "Operação Lava Jato", de modo que o inquérito deveria ser livremente redistribuído.



2. Necessidade de decretação de sigilo

Para a correta compreensão dos fatos, é indispensável a menção a elementos do Inq. n. 4231, o qual se encontra sob sigilo. Consequentemente, é necessária a decretação de sigilo do protocolado em epígrafe, como forma de não violar, indiretamente, o sigilo já existente.

3. Fundamentos: conexão com as investigações em curso no caso Lava Jato e fixação da competência do STF com Relatoria do Ministro Teori Zavascki

Com base no mencionado Inquérito n. 4207, o Ministério Público Federal já ofereceu denúncia.

Sinteticamente, as imputações foram as seguintes:

“EDUARDO CUNHA, LÚCIO BOLONHA FUNARO, ALEXANDRE MARGOTTO e FÁBIO CLETO, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, repetidamente, de abril de 2011 a dezembro de 2015, solicitaram ou receberam, para si ou para outrem, a depender do caso, direta e indiretamente, do exercício da função do primeiro de parlamentar e do último como Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, vantagem indevida. Ademais, induzido por EDUARDO CUNHA e LÚCIO BOLONHA FUNARO, no esquema do qual também participou ALEXANDRE MARGOTTO, FÁBIO CLETO, com vontade livre e consciente, de 2011 a 2015, revelou aos dois primeiros fatos de que tinha ciência em razão do cargo e que deviam permanecer em segredo.

Por fim, FÁBIO CLETO, induzido por EDUARDO CUNHA, no esquema do qual também participaram ALE-



XANDRE MARGOTTO e LÚCIO BOLONHA FUNARO, com vontade livre e consciente, por uma vez, retardou indevidamente ato de ofício para satisfazer o interesse no relacionamento com EDUARDO CUNHA.

EDUARDO CUNHA, LÚCIO BOLONHA FUNARO, ALEXANDRE MARGOTTO e FÁBIO CLETO também, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, no Brasil e na Suíça, ocultaram e dissimularam a origem, a localização, a disposição, a movimentação e a propriedade de valores provenientes diretamente de diversos crimes de corrupção.

Em 2011, valendo-se desse mesmo esquema delitivo, HENRIQUE EDUARDO ALVES recebeu para si vantagem indevida, paga a pedido de EDUARDO CUNHA.

HENRIQUE EDUARDO ALVES e EDUARDO CUNHA, outrossim, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, no Brasil e na Suíça, ocultaram e dissimularam a origem, a localização, a disposição, a movimentação e a propriedade de valores provenientes diretamente de diversos crimes de corrupção.

HENRIQUE EDUARDO ALVES, além disso, com vontade livre e consciente, omitiu esses valores na declaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral como exigência de candidatura.”

Com a vênua devida aos argumentos da defesa, verifica-se a **evidente conexão (por inúmeros fundamentos legais) dos fatos ora em apuração com o esquema desvendado no Caso Lava Jato**, havendo diversos pontos de contato e pessoas em comum com o mencionado esquema.

De uma série de elementos se extrai, **inicialmente**, que o relacionamento espúrio estabelecido entre empreiteiras e **EDUARDO CUNHA** se desenvolveu no bojo de contratações firmadas com a PETROBRAS. A dizer: o *modus operandi* dos

procedimentos ilícitos foram praticamente os mesmos, interligados entre sim, embora direcionados – em momentos posteriores – a fraudes em instituições diversas.

Nesse sentido, merecem destaque as mensagens obtidas a partir do celular de **LÉO PINHEIRO**, da OAS, apontam que havia relacionamento simbiótico entre políticos e empreiteiros.

De fato, os empreiteiros auxiliavam os políticos em campanhas eleitorais, precipuamente a partir de doações políticas, como contraprestação por diversos serviços prestados para ser mantido esquema ilícito na PETROBRAS.

No caso do Inq. 4231, advieram graves e consistentes indícios de que **EDUARDO CUNHA** prestava diversos serviços ilícitos em prol de empreiteiras, atuando como verdadeiro *longa manus* e defensor de interesses ilícitos dos administradores das empresas.

Do mesmo modo, a atuação na Caixa, por meio de **FÁBIO CLETO**, deu-se em favor de algumas dessas empreiteiras relacionadas à PETROBRAS, a exemplo da ODEBRECHT e da OAS.

Pode-se afirmar, assim, que a investigação desenvolvida no Inquérito 4.207 tinha como objetivo preponderante o perfeito conhecimento dos fatos elencados e a correspondente obtenção de provas que estão relacionadas a uma das células que integra uma grande organização criminosa.

Dita célula tem como um dos líderes o então Presidente da Câmara dos Deputados, **EDUARDO CUNHA**, do PMDB do Rio de Janeiro.

É de conhecimento geral a complexidade dessa organização criminosa que operou durante muitos anos e por meio de variados esquemas estabelecidos dentro da PETROBRAS, BR Distribuidora, TRANSPETRO e Caixa Econômica Federal, entre outras empresas e órgãos públicos. **Ainda que esses “esquemas” tenham alguma variação entre si, é certo que eles coexistem e funcionam dentro de um concerto maior.** Este dado é fundamental como premissa para compreender, na devida extensão, a realidade dos fatos, sobre os quais recaem então as regras legais de conexão (art. 76, CPP).

Prova disso é, num primeiro aspecto, a repetição dos personagens supostamente envolvidos. De um lado, tem-se o Deputado Federal **EDUARDO CUNHA** e, de outro, a OAS e outras empreiteiras, diretamente investigadas no Caso Lava Jato e com diversos contratos com a PETROBRAS, as quais efetivamente pagavam pelos “serviços” prestados por **EDUARDO CUNHA**.

Para melhor delinear a conexão dos fatos denunciados em decorrência das apurações desenvolvidas no Inquérito 4.207, mister analisá-los de maneira conglobante com os demais esquemas já denunciados ou sob apuração no contexto da Operação Lava Jato.

No caso específico do Inquérito 4.231, as condutas do Deputado Federal **EDUARDO CUNHA**, aparentemente, seriam lícitas *se analisadas isoladamente* (os fatos aqui corroboram e precisam exatamente a análise conjunta de todos os demais, a demonstrar o modo de ação dos delinquentes), assim como as doações solicitadas.



Apurou-se que, além do verdadeiro “comércio” de Medidas Provisórias no interesse das empreiteiras, - **objeto de pedido de instauração do inquérito autônomo - EDUARDO CUNHA** recebeu diversos valores indevidos (travestidos de “doações oficiais”) das empreiteiras, em razão de sua atuação em prol dos interesses daquelas empresas.

Havia, inclusive, doações rotineiras – a demonstrar a estabilidade da relação espúria - e doações extraordinárias. Da mesma forma, verificou-se a participação de HENRIQUE EDUARDO ALVES nesses favores, como também o recebimento de parcela das vantagens indevidas, igualmente disfarçada de “doações oficiais”.

De fato, a partir de mensagens extraídas do celular do Presidente da OAS, **LÉO PINHEIRO**, foi possível verificar que **EDUARDO CUNHA** e as empreiteiras estabeleceram relação de simbiose, isto é, verdadeira “troca” de benefícios ilícitos, em que um atendia aos interesses do outro, mediante retribuições financeiras.

Nesse sentido, o Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 01/2015, constante do Inquérito n. 4.231, dá conta de centenas de mensagens trocadas entre **LÉO PINHEIRO** e **EDUARDO CUNHA**, apreendidas no celular daquele, o que demonstra, nitidamente, a relação espúria entre o empreiteiro e o atual Presidente da Câmara dos Deputados. Além da elaboração de diversos projetos de lei e medidas provisórias de interesse das empreiteiras – o

que será objeto de inquérito próprio -, **EDUARDO CUNHA** também defendeu o interesse do grupo OAS no tema da CPI:

+5511983561978 Cesar Mata Pires Filho, +5511981491952	30/09/2013	15:28:00	Sr.s Falei hoje com EC assunto CPI. Abç
---	------------	----------	---

Outra mensagem tratando do tema foi enviada:

De: +556181633553	23/10/2013	18:14:24	Leo Vacarreira informa que:irá a CPI na próxima reunião junto com EC e que ficasse tranquilo,se der errado comece a tomar calmante. Abç
----------------------	------------	----------	---

As trocas de “favores” entre **LÉO PINHEIRO** e **EDUARDO CUNHA** deflui também de outras mensagens. Na abaixo transcrita, travada em agosto de 2012, **LÉO PINHEIRO** pediu para conversar sobre “TRF – Recife”, enquanto **CUNHA** afirmou que precisava falar sobre Recife, sobre FAT e sobre as eleições de Natal e Rio de Janeiro:

To: +552199852929 E. Cunha	01/08/2012	14:02:48	Semana que vem.Tenho um tema que gostaria de conversar com vcs(TRF-Recife).
From+552199852929 E. Cunha	01/08/2012	14:03:57	Eu preciso falar com vc sobre recife sobre fat e sobre a eleicao la de natal e rio
From: 552199852929 E. Cunha	01/08/2012	14:04:01	Hj nao tem mesmo como?
To: +552199852929 E. Cunha	01/08/2012	14:04:35	Amanhã vai estar no Rio?
From: 552199852929	01/08/2012	14:04:37	Porque ele ta aqui e agora



E. Cunha				levo ele aonde vc quiser
From: 552199852929	01/08/2012	14:05:07		Eu nao sei se vou primeiro
E. Cunha				a são paulo vc fica amanha
				no rio?
From: 552199852929	01/08/2012	14:05:26		Porque vou com miche a
E. Cunha				sao primeiro
To: +552199852929	01/08/2012	14:05:42		Vou chegar em sp à noite.
E. Cunha				
From: 552199852929	01/08/2012	14:06:04		Vc ta indo agora para rio?
E. Cunha				
To: +552199852929	01/08/2012	14:06:28		As 15:30
E. Cunha				
From: +552199852929	01/08/2012	14:06:49		Quier falart aqui mnao essa
E. Cunha				hort?
From: +552199852929	01/08/2012	14:06:57		Perto
E. Cunha				
From: +557188266736	01/08/2012	14:10:06		Acabei de pousar agora Mas
Geddel				q tem problema Toca a vida
				qdo tiver mais tranquilo me
				avisa que te encontro
				obrigado e abs
From: +552199852929	01/08/2012	14:12:32		Preferia perder quinze
E. Cunha				minutos hj e matar logo
				isso
From: +552199852929	01/08/2012	14:20:53		???
E. Cunha				

A referência à eleição em Natal/RN, pelo que apurado até aqui, indica com certo grau de certeza de que dizia respeito a **HENRIQUE EDUARDO ALVES**, conforme será verificado a seguir, também denunciado em razão da apuração no Inquérito 4.207.

EDUARDO CUNHA também atuou em favor da “rolagem” da dívida pública de São Paulo, a pedido de **LÉO PINHEIRO**. Referida “rolagem” ocorreria em favor do Prefeito de São Paulo, **FERNANDO HADDAD**.

O tema foi tratado no Projeto de Lei Complementar 238/13, sendo **EDUARDO CUNHA** designado como relator perante a Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Veja-se:



To: +5521998529 29 E. Cunha	07/08/2013	19:51:09	Vamos votar a Rolagem?
From: +5521998529 29 E. Cunha	07/08/2013	20:17:51	Sim

Dias depois, **LÉO PINHEIRO** disse que enviaria a **EDUARDO CUNHA** o “texto que combinamos” e pediu para que **CUNHA** endereçasse a “minuta do Fernando”; questionado sobre quem seria Fernando, **LÉO PINHEIRO** apontou: “HADDAD”.

To: +552199852929 E. Cunha	12/08/2013	20:00:50	Ainda hoje te mando o texto que combinamos. A minuta do Fernando vc me manda.
From: +552199852929 E. Cunha	12/08/2013	20:01:21	Qual do fernando?
To: +552199852929 E. Cunha	12/08/2013	20:01:38	Haddad

Dias depois, **LÉO PINHEIRO** perguntou se a questão da rolagem da dívida iria para outra Medida Provisória, oportunidade em que **CUNHA** respondeu que sim e disse que **HADDAD** teria que falar com **GUIDO MANTEGA**:

To: +552199852929 E. Cunha	28/08/2013	19:26:47	Vai para outra MP?
From: +552199852929 E. Cunha	28/08/2013	19:32:03	Vai
From: +552199852929	28/08/2013	19:32:08	Agora tem de por haddad para falar



E. Cunha			mantega
----------	--	--	---------

Já em setembro de 2013, **LÉO PINHEIRO** perguntou sobre o que dizer a **HADDAD. CUNHA** respondeu, então, que a pauta estava trancada e que a previsão seria que a situação se modificasse a partir da segunda semana de outubro:

To: +552199852929 E. Cunha	18/09/2013	13:27:27	Segunda quem está indo para NY sou eu. Que digo a Haddad?
From: +552199852929 E. Cunha	18/09/2013	13:28:30	Diga que pauta ainda trancada por 5 urgencias constitucionais, a expectativa disso e que so segunda semana outubro

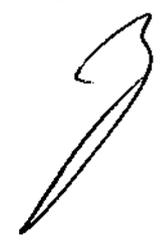
LÉO PINHEIRO ainda perguntou, dez dias depois, sobre o mesmo tema:

To: +552199852929 E. Cunha	28/09/2013	17:59:52	Está por onde? Haddad como está?
-------------------------------	------------	----------	----------------------------------

No dia 4 de outubro de 2013, o assunto foi novamente levado à discussão, constando informação de que a "rolagem" da dívida de São Paulo foi autorizada por GM (provavelmente, **GUIDO MANTEGA**):

04/10/2013	22:17:26	Situação da Rolagem da dívida de SP autorizada por GM. EC informou a Haddad. Seria bom CH capitalizar.
------------	----------	--

No dia 14 de outubro de 2013, **EDUARDO CUNHA** perguntou se **LÉO PINHEIRO** lera o *Jornal Folha de S. Paulo* na-



quele dia, oportunidade em que **LÉO PINHEIRO** afirmou que sim, rindo em seguida:

From: +552199852929 E. Cunha	14/10/2013	15:39:14	Viu a folha hj?
To: +552199852929 E. Cunha	14/10/2013	23:44:52	Vi. Rsrstsrst!

Naquele dia, houve editorial do referido periódico, sob o título “*Finança sem barganha*”, criticando a barganha de validar incentivos fiscais em troca da mudança do indexador da dívida¹.

No dia 23 de outubro de 2013, **EDUARDO CUNHA** afirmou que aprovaram a renegociação das dívidas dos Estados. **LÉO PINHEIRO** disse, em seguida, que a aprovação aconteceu graças a **CUNHA**, além de acrescentar: “*Tê devo mais esta!*”

To: +552199852929 E. Cunha	23/10/2013	20:56:51	Isso mesmo? 23/10/2013 - 14h37 Plenário aprova mudança na correção das dívidas de estados, municípios e DF O Plenário aprovou, por 344 votos a 9, a emenda substitutiva do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ao Projeto de Lei Complementar 238/13, do Executivo, que muda o índice de correção das dívidas de estados, Distrito Federal e municípios junto à União para diminuir o acumulado. O recálculo valerá a partir de 1º de janeiro de 2013. Cunha é relator da matéria pela Comissão de Finanças e Tributação. Uma das principais mudanças em relação ao substitutivo anterior é a inclusão de dívidas assumidas pela União que bancos estaduais privatizados detinham em relação aos governos
-------------------------------	------------	----------	---

¹ <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/10/14/2/>



From: +552199852929 E. Cunha	23/10/2013	20:57:00	a eles vinculados. Os deputados devem analisar agora os destaques ao texto. O primeiro deles, do PSDB, pretende aprovar emenda do líder Carlos Sampaio (SP) para limitar a indexação das dívidas refinanciadas com base na Lei 8.727/93 à taxa Selic. Sim
From: +552199852929 E. Cunha	23/10/2013	22:57:39	Aprovamos
To: +552199852929 E. Cunha	24/10/2013	12:20:14	Gracias a vc. Te devo mais esta! Abs.

Em consulta ao sítio eletrônico da Câmara dos Deputados sobre a tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 238/2013, verifica-se que realmente **EDUARDO CUNHA** apresentou, no dia 22 de outubro de 2013, Subemenda Substitutiva Global à Emenda de Plenário nº 9, como Relator.

Os executivos da OAS trataram, ainda, sobre o tema da regulamentação:



De: +5511981491952	21/11/2013	0:07:09	Precisáramos ter o consenso do nosso Setor.Vou conversar com o Robson Andrade para sentir qual a estratégia do Setor Empresarial.Vou estar com EC para tratar sobre Regulamentação e essa MP
-----------------------	------------	---------	--

Em fevereiro, CESAR MATA PIRES FILHO, proprietário da OAS, enviou mensagem falando que, assim que **EDUARDO CUNHA** tivesse o relatório dele pronto, enviaria:

To: +5511983561978 Cesar Mata Pires Filho	13/02/2014	18:05:43	EC me falou ontem e assim que o relatório dele estiver pronto me manda. Ele deve ler o relatório na 4ªfeira. Tem uma mudança na PF. Que segundo Barreto não é problema. Informe-me ontem para ele. Bjs
--	------------	----------	--

Em contrapartida aos diversos “serviços” prestados por **EDUARDO CUNHA**, houve o pagamento de vantagens indevidas milionárias para o próprio parlamentar ou para pessoas a ele ligadas, a título de doações de campanha (verdadeira “propina disfarçada de doações eleitorais”).

Nos contatos entre **EDUARDO CUNHA** e **LÉO PINHEIRO**, há frequente cobrança de valores por parte do parla-



mentar, em especial “doações de campanha”, não apenas para ele, mas também para outros correligionários. Verifica-se, pelas mensagens, que há “doações” regulares e ordinárias – chamadas de “rotineiras” e outras extraordinárias.

No diálogo abaixo, **EDUARDO CUNHA** mencionou que chegaram duas doações, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ao Diretório Nacional. **EDUARDO CUNHA**, então, questionou se seria para “a gente” ou se haveria outra destinação:

16/08/2012	20:21:41	From: +552199852929 E. Cunha	LP	Duas chegaram hj. são 1 para na nacional e para usar isso para a gente ou vc tem outra destinação que nao avisaram?
16/08/2012	20:22:03	From: +552199852929 E. Cunha	LP	Tres Nao consegui ainda estar com Otavio tem noticias disso?

Em seguida, **LÉO PINHEIRO** afirmou que o valor seria endereçado a Eduardo Paes.

Em outro diálogo entre **EDUARDO CUNHA** e **LÉO PINHEIRO**, aquele fala em Rogério Vargas e sobre o valor de “900”; a seguir, **LÉO PINHEIRO** afirma a um funcionário que o tesoureiro do PSC, Rogério Vargas, iria lhe procurar, certamente para tratar de “doação” no valor de R\$ 900 mil:

03/03/2013	17:41:24	From: +552199852929 E. Cunha	LP	O tesoureiro Rogério vargas
03/03/2013	17:42:47	LP	To: +552199852929 E. Cunha	900
03/03/2013	17:49:27	De: +5511981491952 - LÉO	NÃO IDENTIFICADO	Vai te procurar o tesoureiro do PSC Rogério



PINHEIRO -
LÉO PINHEIRO

Vargas Amanhã
me liga para lhe
explicar.

Em outra mensagem, **EDUARDO CUNHA** pediu doação para "HENRIQUE" – referindo-se a **HENRIQUE EDUARDO ALVES** - e solicitou que fosse feita para o Comitê Estadual do PMDB:

24/07/2014	22:40:55	De:	LP	O do henrique?
4		5521999852929@s.whatsapp.net		Se puder estadual melhor
		E. Cunha		
24/07/2014	22:41:20	NÃO IDENTIFICADO	NÃO IDENTIFICADO	Então no Estadual.
4				

No dia seguinte, 25 de julho de 2014, houve doação de R\$500.000.00 (quinhentos mil reais), feita pela CONSTRUTORA OAS, para a campanha de **HENRIQUE EDUARDO ALVES** ao governo do Rio Grande do Norte.²

Da mesma forma, o diálogo abaixo trata de doações para **EDUARDO CUNHA** e **HENRIQUE EDUARDO ALVES**. **LÉO PINHEIRO** repassou a mensagem a **MATEUS COUTINHO**:



² Disponível em http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta_receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action



From +552199852929 11/09/2014 13:44:34 Na programação sua Henrique e minha estaria ontem completando 500 que não foi feito, mudou algo?
E. Cunha

To: +552199852929 11/09/2014 13:53:04 Não.
E. Cunha

From: +552199852929 11/09/2014 14:00:31 Não entrou e era programado para ontem
E. Cunha

To: +5511987685151 11/09/2014 15:04:36 De: EC Na programação sua Henrique e minha estaria ontem completando 500 que não foi feito, mudou algo?
Mateus Coutinho

No mesmo dia, MATEUS COUTINHO – responsável pelo pagamento das propinas – respondeu que foram enviadas duas doações de R\$ 500.000,00 e que já as confirmara junto ao Diretório Nacional do PMDB:

11/09/2014 17:44:32 De: LP Dr.Leo,
+5511987685151 Estava em vôo ,cheguei
Mateus agora.Henrique já foi as duas
Coutinho de 500 e já confirmei com o
diretório nacional do PMDB.

No mesmo dia, a OAS SA transferiu R\$ 500.000,00, para a campanha de HENRIQUE EDUARDO ALVES.³

Dias depois, LÉO PINHEIRO perguntou para MATEUS COUTINHO se fora feita doação de R\$ 500.000,00 para o PMDB Nacional, após o 1º turno:

16/10/2014 11:11:19 LP To: Fizemos 500 para o
+5511987685151 PMDB Nacional após
Mateus 1ºturno?
Coutinho Henrique Alves/Natal.

³ Disponível em <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>

Na mensagem abaixo, verifica-se outro *modus operandi*: como a empresa CARIOCA – uma das envolvidas no esquema e no cartel e apontada na última denúncia decorrente do Inquérito 4.207– havia alcançado o limite de doações, **EDUARDO CUNHA** perguntou se a OAS poderia fazer a doação dos valores da CARIOCA e depois “compensar os valores entre ambas”. **LÉO PINHEIRO** afirmou que não poderia atender o pedido:

From:+552199852929 E. Cunha	26/09/2014	20:39:58	Você tem limite para fazer doação pela carioca e ela se acertar com você?
From:+552199852929 E. Cunha	26/09/2014	20:40:15	Ela ta estourada
From:+552199852929 E. Cunha	26/09/2014	20:40:18	De limite
To: +552199852929 E. Cunha	26/09/2014	20:41:17	Tb estou,mas por outro motivo.
From:+552199852929 E. Cunha	26/09/2014	20:41:41	Ok
To: +552199852929 E. Cunha	26/09/2014	20:44:43	Nosso de Oleo e Gás está indo bem.Precisamos colocar o tema na reunião do Conselho de Novembro. Assunto Tadeu resolvido. Abs.

Nas mensagens abaixo, **EDUARDO CUNHA** cobrou **LÉO PINHEIRO** sobre a antecipação das “doações rotineiras”. No dia 2 de outubro de 2012, LEO PINHEIRO mandou mensagem a **EDUARDO CUNHA** afirmando que REGINALDO ASSUNÇÃO – que ocupava o cargo de Diretor Superintendente Leste da CONSTRUTORA OAS S/A – não sabia do que se tratava.

Em resposta, **EDUARDO CUNHA** esclareceu tratar-se do “rotineiro”, provavelmente as “doações” – vantagens indevidas, em verdade – ordinárias. **LÉO PINHEIRO**, então, enviou mensagem



para REGINALDO ASSUNÇÃO, que afirmou que entendeu agora. Nos dois dias seguintes, **LÉO PINHEIRO** foi cobrado por **EDUARDO CUNHA**, sobre **JOSÉ RICARDO**.

Calha dizer, aqui, que, ao ser ouvido, o colaborador ALBERTO YOUSSEF afirmou que conversava e tratava de temas relacionados à contabilidade paralela (caixa dois) da empresa OAS com pessoa de nome JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI. Na denúncia ofertada em primeira instância, JOSÉ RICARDO é apontado "como agente da OAS que tinha contato direto com YOUSSEF, sendo responsável sobretudo pela coordenação e efetivação das entregas físicas de vantagens indevidas decorrentes de contratos celebrados com a PETROBRAS"⁴.

De volta ao conteúdo dos diálogos, na sequência, **LÉO PINHEIRO** afirmou para REGINALDO ASSUNÇÃO que estava sendo cobrado com insistência e que fugir seria pior. Solicitou, então que ligasse para **EDUARDO CUNHA** ("*Reginaldo, Não sei do que se trata? Mas está ficando muito chato. Estou sendo cobrado com insistência, por um assunto que??? Liga para o EC. Fugir é o pior*"):

To: +552199852929	02/10/201	20:39:28	Reginaldo não sabia do que se trata. Ficou de te ligar.
E. Cunha	4		
From: +552199852929	02/10/201	20:39:51	E o rotineiro
E. Cunha	4		
De: +5511981491952	02/10/201	20:42:49	De EC Para Vc E o rotineiro.

⁴ Ademais, a movimentação de valores entre a OAS, por intermédio de JOSÉ RICARDO, e o núcleo criminoso comandado por ALBERTO YOUSSEF, é confirmada pela planilha intitulada "Trans careca", apreendida na sede do escritório de contabilidade ARBOR. "Careca" e o apelido de JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO, emissário que trabalhava para ALBERTO YOUSSEF. Tal documento contabiliza diversos valores para a pessoa "J.Ricardo", no mês de abril de 2013, num total de R\$ 1.532.000,00.

4
 De: +552182690121 02/10/201 21:13:36 Entendi agora Vou tentar
 antecipar.
 4
 From: +552182690121 02/10/201 21:18:26 Entendi agora Vou tentar
 antecipar.
 Reginaldo Assunção 4
 De: +552182690121 02/10/201 23:02:24 O assunto do EC está difícil para
 esta semana, pois o britador está
 quebrado, avisaram-me agora.
 4 Quer que eu fale com ele.
 From: +552199852929 03/10/201 15:16:04 O problema e que o jose ricardo
 E. Cunha 4 que normalmente atende dia 3
 marcou para encontrar dia 15,ve
 o que pode fazer
 From: +552199852929 04/10/201 10:47:36 Conseguiu ver para mim o jose
 E. Cunha 4 ricardo?
 De: +5511981491952 04/10/201 11:26:01 De:EC "Conseguiu ver para mim
 4 o jose ricardo?" Reginaldo, Não
 sei do que se trata. Mas esta
 ficando muito chato. Estou sendo
 cobrado com insistencia por um
 assunto que?? Liga para
 o EC. Fugir é o pior.
 To: +552182690121 04/10/201 11:26:20 De:EC "O problema e que o jose
 Reginaldo Assunção 4 ricardo que normalmente atende
 dia 3 marcou para encontrar dia
 15,ve o que pode fazer"
 De: +552182690121 04/10/201 12:22:24 Falei com o corretor dele.
 4 Realmente, o J. Ricardo teve
 dificuldade e adiou a reunião. Sei
 que o Alemão também adiou, e
 esta na mesma situação. E isto
 apertou o EC. Estamos tentando
 recuperar o prazo.

Próximo às eleições, **EDUARDO CUNHA** passou a cobrar insistentemente a realização de doações para **HENRIQUE EDUARDO ALVES**, que estava no segundo turno das eleições:

5521999852929@s.whatsapp.net	10/10/201	13:23:20	Vê Henrique seg
E. Cunha	4		turno
	10/10/201	13:29:32	Vou ver.
	4		



Poucos dias depois, no dia 13 de outubro, reiterou o pedido:

5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	13/10/2014	10:16:52	Amigo a eleicao e semana que vem, preciso que veja urgente isso (T.....). E@N1413 137764- 260Abs55119819357 60@s.whatsapp.net
--	------------	----------	---

Já no dia 15, **EDUARDO CUNHA** perguntou mais uma vez sobre a doação para **HENRIQUE EDUARDO ALVES**, oportunidade em que **LÉO PINHEIRO** afirmou que estava complicado. **EDUARDO CUNHA** afirmou que deveriam encontrar uma solução, pois “senão todo esforço será em vão”:

5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	15/10/2014	13:25:23	Henrique amigo?
	15/10/2014	13:28:45	Está muito complicado.
5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	15/10/2014	15:14:07	Mas amigo tem de encontrar uma solução senão todo esforço será em vão

No dia 16 de outubro de 2014, o próprio **HENRIQUE EDUARDO ALVES** cobrou os valores:

5511981491952@s.whatsapp.net LP, 556181789547@s.whatsapp.net Henrique Alves	16/10/2014	10:22:38	Amigo como Cunha falou na expectativa aqui Abs é obrigadoll
--	------------	----------	---



A cobrança seguiu no dia seguinte:

5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	17/10/201 4	15:15:56	Amigo qual a saída para Henrique?
	17/10/201 4	15:19:29	Infelizmente não tenho.

Por fim, no dia 21 de outubro, **EDUARDO CUNHA** afirmou que pediu para **BENEDICTO BARBOSA SILVA JUNIOR** – da Construtora **NORBERTO ODEBRECHT** –, identificado na mensagem como **JÚNIOR** –, para doar e depois “acertar” com **LÉO PINHEIRO**. **EDUARDO CUNHA**, ainda, afirmou que a “conta” de **LÉO PINHEIRO** precisava de emergência:

5511981491952@s.whatsapp.net LP, 5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	21/10/201 4	14:51:17	Deixa falar tive com junior pedi a ele para doar por vc ao henrique acho que ele fará algo
5511981491952@s.whatsapp.net LP, 5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	21/10/201 4	14:51:17	Tudo bem?
5511981491952@s.whatsapp.net LP, 5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	21/10/201 4	14:52:36	Ok
5511981491952@s.whatsapp.net LP, 5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	21/10/201 4	16:40:33	??
5511981491952@s.whatsapp.net LP, 5521999852929@s.whatsapp.net E. Cunha	21/10/201 4	22:55:02	Preciso que de um reforço ao junior ao menos 1 dele da Sua conta precisava de emergência



Em 23 de outubro de 2014, **EDUARDO CUNHA** ainda disse: “Ok bom tocando com junior aqui na pressão ele vai resolver e se entende com vc”.

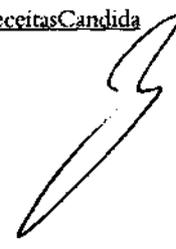
Analisando-se a prestação de contas de **HENRIQUE EDUARDO ALVES**, verifica-se que, entre 23 e 27 de outubro de 2014, houve quatro doações da ODEBRECHT para a sua campanha a Governador, num total de **R\$ 4.000.000,00⁵**:

Direção Estadual/Distrital	CONSTRUTOR A NOBERTO ODEBRECHT SA	23/10/14	2.000.000,00 Cheque	HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES
Direção Estadual/Distrital	Direção Estadual/Distrital	24/10/14	500.000,00 Cheque	HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES
Direção Estadual/Distrital	Direção Estadual/Distrital	24/10/14	1.000.000,00 Cheque	HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES
Direção Estadual/Distrital	Direção Estadual/Distrital	27/10/14	500.000,00	HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES

Assim, entre 10/10/2014 e 21/10/2014, nos contatos entre **EDUARDO CUNHA** e **LÉO PINHEIRO** há, ao menos, 8 solicitações somente relacionadas a “HENRIQUE”, referindo-se a **HENRIQUE EDUARDO ALVES**, a saber:

- (1) 10/10/2014: “Vê Henrique seg turno”;
- (2) 13/10/2014: “Amigo a eleição e semana que vem preciso que veja urgente...”;
- (3) 13/10/2014: “9”;
- (4) 15/10/2014: “Henrique amigo?”;

5 Disponível em <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>



- (5) 15/10/2014: "Mas amigo tem de encontrar uma solução senão todo esforço será em vão";
- (6) 17/10/2014: "Amigo qual a saída para Henrique?";
- (7) 21/10/2014: "Deixa falar tive com Junior pedi a ele para doar por vc ao henrique acho que ele fará algo";
- (8) 21/10/2014: "Preciso que de um reforço ao Junior ao menos 1 dele da. Sua conta precisava de emergência"

A relação entre **HENRIQUE EDUARDO ALVES** e **EDUARDO CUNHA** é mais bem visualizada em diálogo ocorrido entre **LÉO PINHEIRO** e **BRUNO BRASIL** – Diretor Jurídico institucional da OAS –, no dia 12/11/2014.

BRUNO BRASIL pediu uma reunião na casa de **HENRIQUE ALVES** com a presença de **EDUARDO CUNHA**, mencionado como "Carioca (*"Poderia repetir aquela reunião que fizemos na casa do HA com a presença do Carioca? Tem novidades. Abs"*).

No dia seguinte, **BRUNO BRASIL** disse que a reunião poderia ser somente com **HENRIQUE EDUARDO ALVES**, sendo importante mesmo sem a presença de **EDUARDO CUNHA** (*"Pode ser só com o HA. Era importante fazer mesmo sem o carioca. Se ele pudesse me receber em algum horário?"*).

LÉO PINHEIRO respondeu que achava difícil, pois **EDUARDO CUNHA** era o "grande articulador de **HENRIQUE EDUARDO ALVES**" (*"Sem EC acho difícil. O EC é o Gde articulador do outro. O personagem que tem a ligação com o interlocutor é EC. Ele pode 6ª a noite ou sabado, ficou de confirmar"*).

Em seguida, já em 13/11/2014, às 12h11min, **LÉO PINHEIRO** mandou mensagem para **HENRIQUE EDUARDO**



Destaque-se que o Estádio Arena das Dunas, na cidade de Natal, foi construído pela OAS e é gerenciado por esta mesma empresa.

Em 22/06/2013, às 20h28min10, **HENRIQUE EDUARDO ALVES** enviou mensagem para **LÉO PINHEIRO**, dizendo que poderia marcar com o Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, irmão de **GARIBALDI ALVES FILHO**, para discutir algum problema envolvendo a OAS: (*"Tenho sim. E resolvo. Sou como vc...! Charles poderia me procurar seg cedo em casa?Ja marcaria com Pres TC, irmão do Garibaldi. Discutiríamos problema. Se ele puder, 8 e 30!Ok"*). O irmão de **GARIBALDI ALVES FILHO**, **PAULO ROBERTO CHAVES ALVES**, realmente foi presidente daquela Corte de Contas entre 2012 e 2014, lapso no qual ocorreu a referida conversa.⁶

Em 14 julho de 2013, **HENRIQUE EDUARDO ALVES** ainda mandou a seguinte mensagem para **LÉO PINHEIRO**: *"Seg, em BSB, vou pra cima do TCU. Darei notícias!"*

EDUARDO CUNHA também atuou em favor de empreiteiras em relação à concessão dos aeroportos de Galeão (RJ) e Confins (MG), especialmente para intermediar contatos com o então Ministro da Aviação Civil **MOREIRA FRANCO**.

No dia 10/3/2013, **LÉO PINHEIRO** conversou com **ANTONIO CARLOS MATA PIRES** e com **CESAR MATA PIRES**. Na ocasião, afirmou (16h06min26) que **EDUARDO CUNHA** fora a São Paulo para tratar do tema do **MOREIRA**

⁶ <http://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/2795>.



ALVES, para saber sobre a possibilidade de encontro “com seu conterrâneo” (“*Querido Presidente, Haveria possibilidade de um encontro com o seu conterrâneo (aquele que estivemos juntos na parte da noite), ainda hoje. O nosso EC não poderia estar presente, pois está indo para sp. É importante. Abs Léo*”).

Nas trocas de mensagens é possível, ainda, verificar diversas outras menções (acontecidas em tempo e contexto diversos) a **HENRIQUE EDUARDO ALVES**, ou em reuniões na casa deste ou, ainda, para tratar de temas de interesse da OAS.

Veja-se, então, que, no dia 31/7/2012 (18h02min02), **EDUARDO CUNHA** mandou mensagem para **LÉO PINHEIRO** solicitando informações sobre reunião em Brasília com **HENRIQUE ALVES** (“*Confirmado Brasília hj ou amanhã com Henrique junto???*”). No dia 13/8/2012 (10h51min10), **LÉO PINHEIRO** enviou mensagem para **HENRIQUE EDUARDO ALVES** com o seguinte teor: “*A documentação será encaminhada hoje. Abs*”.

No dia 26/3/2013, às 17h47min:48, **LÉO PINHEIRO** enviou mensagem para **ANTONIO CARLOS MATA PIRES** tratando de conversa que teve com **HENRIQUE EDUARDO ALVES** sobre negociação de cadeiras com o América de Natal. É mencionado, inclusive, o aumento do “valor mensal” de **50 mil para 100 mil reais**. Veja-se: “*Henrique Alves me ligou x nossa negociação com o América de Natal. Falo-me do nº de cadeiras: 1650 para 2000 E do valor mensal: 50mil para 100mil. Vc vê com Cadu? Bjs*”.



FRANCO (*"EC veio ontem para SP tratar do tema Moreira. Me ligou hoje cedo. Abs.*). Em seguida (16h27min37), disse que **EDUARDO CUNHA** queria montar encontro com MOREIRA FRANCO, pois existiam "algumas arestas 'vermelhas', provavelmente referindo-se a problemas no âmbito do PT (*"Bom para os Alemães e Mineiros. EC quer montar um encontro comigo e MF, pois existem algumas arestas "vermelhas". Bjs*).

Minutos depois, no mesmo dia 10/3/2013 (16h40min52), **LÉO PINHEIRO** perguntou a **EDUARDO CUNHA** se seria bom conversar com MOREIRA FRANCO (*"Ok. Seria bom uma conversa minha com MF?"*), oportunidade em que **EDUARDO CUNHA** afirmou que chamaria MOREIRA FRANCO e que esta era, inclusive, a sua ideia (*"Chamo ele. Eu que sou padrinho Da ideia"*). Em seguida, **LÉO PINHEIRO** disse que MOREIRA FRANCO não atendia e pediu para **EDUARDO CUNHA** ligar (*"Tô ligando mas nao atende. Ligue pf"*). **EDUARDO CUNHA** asseverou, então, que iria ligar na terça-feira (*"Na Terça"*).

No dia 10/04/2013, **LÉO PINHEIRO** tratou do tema com GEDDEL VIEIRA e este enviou mensagem dizendo que já esteve com **EDUARDO CUNHA** e que iria jantar provavelmente com MOREIRA FRANCO (*"Sem problema Ja estou no circuito tive com EC tratando tema e janto agora com MF Falamos abs*).

Em 05 de julho de 2013 (20h27min48), **LÉO PINHEIRO** mandou mensagem para **EDUARDO CUNHA** falando que MOREIRA FRANCO estava atuando contra os interesses da empresa. Verifica-se, no ponto, que o então Ministro da Aviação

Civil MOREIRA FRANCO – identificado como MF na mensagem abaixo – estaria impondo restrições a empresas que venceram outros leilões, que não poderiam disputar a próxima licitação, o que prejudicaria os interesses da OAS.

To: +552199852929 E. Cunha	05/07/2013	20:27:48	Se der dou um pulo no Rio. E o MF jogando contra!!! Vou lhe passar um torpedo.
----------------------------------	------------	----------	--

Em seguida, **LÉO PINHEIRO** afirmou que enviou mensagem a **EDUARDO CUNHA** questionando as restrições impostas por MOREIRA FRANCO. **LÉO PINHEIRO** afirmou, ainda, que o “*direcionamento está ficando uma coisa vergonhosa*”.

Para: +5511981064444 Antonio Carlos Mata Pires Para: +5511983561978 Cesar Mata Pires Filho	17/07/201 3	13:35:27	Vejam o PS que mandei para GDVL e EC. Notícia de 17/07/2013 O Globo - RJ - Jornal Ministro defende competição no Galeão O ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Moreira Franco, rebateu ontem as críticas feitas por empresas do setor aos editais de licitação dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG). Entre as regras propostas está a de que empresas que venceram outros leilões não poderão disputar a próxima licitação, prevista para outubro. Moreira defendeu a competição e afirmou que o governo não quer o monopólio nos aeroportos brasileiros. - É uma questão de princípio. Nós não queremos o monopólio, nem o monopólio privado, nem o monopólio público. Ele não é conveniente para o cidadão. Mas, se surgir algum tipo de sugestão que não arranhe o princípio da concorrência, nós estamos abertos. Nós não vamos abrir mão é de acabar com o monopólio - disse o ministro, em visita as obras do Galeão. Moreira Franco
---	----------------	----------	--

		<p>também defendeu a regra prevista nos dois editais de que apenas operadores aeroportuários com experiência em terminais com fluxo de mais de 35 milhões de passageiros por ano poderão participar dos leilões, outra das principais críticas de empresas do setor às regras do leilão. Nos editais anteriores, esse pré-requisito era de cinco milhões passageiros por ano. Hoje, há 33 operadores no mundo que se encaixam na nova exigência, mas a maioria é de capital público e atua apenas em seu país de origem.³⁷ Até o fim deste mês, a SAC vai encaminhar ao Tribunal de Contas da União (TCU) um relatório com a proposta final do edital. O TCU terá um mês para analisar antes de sua publicação. (Danielle Nogueira)</p> <p>PS: Nosso amigo era muito convicto que esta coisa empreitada, a Sociedade Brasileira não aceita estas coisas. O direcionamento, esta ficando uma coisa vergonhosa. Isso não se sustenta em uma sociedade moderna(?) e que mostrou o que quer. As sugestões já foram entregues, tanto pessoalmente como através das Consultas Públicas. Inclusive pelas tiveram mais de 300 questionamentos. Já vi muitas coisas acontecerem iguais a estas nunca. Ele (M) está segurando esse tal "vizinho" pois a maioria do Governo e da Agência já desembarcaram dessa tese. Será que o recado das ruas não valeu????? Vamos para justiça se isso continuar. Abs.</p>
--	--	--

A reclamação do empreiteiro dizia respeito às exigências que foram impostas pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), que fez restrições à concorrência das concessões dos aeroportos do Galeão e de Confins. A primeira restrição seria a necessidade de um operador estrangeiro, com experiência na movimentação de um aeroporto com, pelo menos, 35 milhões de passageiros por



ano. Outra restrição era no sentido de que os acionistas dos outros três aeroportos já privatizados tivessem participação nos editais; esta última regra, especialmente, já prejudicava a OAS que, por intermédio da INVEPAR, administra o Aeroporto de Guarulhos. A mesma INVEPAR aparece entre as beneficiárias de projetos no âmbito do FI-FGTS.

EDUARDO CUNHA respondeu a **LÉO PINHEIRO**: “*Estamos com você e vamos ajudar*”. **LÉO PINHEIRO** afirmou que marcou uma reunião com “êles (3)” - provavelmente três pessoas - e concluiu: “*vamos apertar o cerco*”.

Para:+5511981064444 Antonio Carlos Mata Pires Para:+5511983561978 Cesar Mata Pires Filho	17/07/201 3	22:30:04	Resposta de EC ao meu torpedão da manhã: "Estou com você vamos ajudar". Marquei com eles (3) uma conversa qdo voltar. Vamos apertar de segunda apertar o cerco. Ds.
---	----------------	----------	---

A questão dos aeroportos chegou ao Tribunal de Contas da União. **LÉO PINHEIRO**, em 1/8/2013, informou a **EDUARDO CUNHA** que o Edital da licitação dos aeroportos já estava no TCU: “*Edital no TCU. So 15% dos 100%*”.

A referida menção ao percentual é porque o governo, que inicialmente havia vetado participação dos sócios das concessões nos editais, alterou o edital e encaminhou previsão de que estas empresas poderiam entrar, mas com o limite de até 15% das fatias privadas dos consórcios em Galeão e de Confins.

Em seguida, **LÉO PINHEIRO** informou a **ANTONIO CARLOS MATA PIRES** e **GUSTAVO ROCHA** – este último responsável pela **INVEPAR** – que a relatora seria **ANA ARRAES** (“*Relatora será Ana Arraes, segundo nosso amigo aqui*”).

O Acórdão TCU nº 2466/2013, de 11/09/2013, enfrentou a questão do edital de leilão de concessão dos aeroportos do Galeão e Confins, ocasião em que entendeu que as restrições não eram razoáveis. Igualmente, para liberar a publicação dos editais definitivos de concessão, o TCU impôs que o Conselho Nacional de Desestatização/CND apresentasse “fundamentos técnicos e legais” para justificar a exigência de um operador estrangeiro com experiência na movimentação de um aeroporto com, pelo menos, 35 milhões de passageiros por ano (porque seria superior à movimentação dos dois aeroportos), assim como a proibição de que os acionistas dos outros três aeroportos já privatizados tivessem ter participação acima de 15% nos consórcios privados.

Ainda segundo **EDUARDO CUNHA, LÉO PINHEIRO** teria adiado compromissos com a “turma”, que incluiria **HENRIQUE EDUARDO ALVES** e **GEDDEL VIEIRA**, entre outros.

EDUARDO CUNHA também questionou **LÉO PINHEIRO** porque, quando **MOREIRA FRANCO** prejudicou a OAS (conforme mensagens acima, em que **MOREIRA FRANCO** estaria impondo restrições aos leilões e prejudicando a OAS) –, foram **EDUARDO CUNHA** “e sua turma” que defenderam os interesses de **LÉO PINHEIRO** (“*os amigos que brigaram com ele por vc*”).

LÉO PINHEIRO, então, pediu para EDUARDO CUNHA ter cuidado com a análise, pois poderia mostrar a quantidade de pagamentos “dos amigos”:

29/08/2014	13:32:29	De: <u>5521999852929@s.whatsapp.net</u> E. Cunha	LP	E yester frito 5 paus para MICHEL. direito de uma vez antes todos souberam e da barbido sem resolver os amigos
29/08/2014	13:39:59	De: <u>5521999852929@s.whatsapp.net</u> E. Cunha	LP	Ate porque Moreira tem mais rapidez depois de prejudicar vs do que os amigos que brigaram com ele por vc entende a logica da firma? Ar incluir henrique geddel, etc ????????
29/08/2014	13:42:05	NÃO IDENTIFICADO	NÃO IDENTIFICADO	
29/08/2014	13:43:05	NÃO IDENTIFICADO	NÃO IDENTIFICADO	Cuidado com sua análise. lhe mostro pessoalmente a que dos amigos!!!!!!
29/08/2014	13:43:16	De: <u>5521999852929@s.whatsapp.net</u> E. Cunha	LP	Eles não chateados porque Moreira conseguiu de vc para Michel 5 paus e vc ja depositou inteiro e eles que brigaram com moreira vc adia e isso
29/08/2014	13:43:31	De: <u>5521999852929@s.whatsapp.net</u>	LP	Vc dar ninguém tem nada com isso e so a preferencia
29/08/2014	14:43:15			Te explico pessoalmente. O assunto foi GRU.

O teor da conversa indica que a razão da “doação”, pela OAS, foi “GRU”, certamente referindo-se à concessão do Aeroporto de Guarulhos. É sabido que a INVEPAR, juntamente com a



ACSA (Airpot Company South Africa), assumiu a concessão daquele aeródromo em novembro de 2012, por vinte anos.

A INVEPAR reúne os investimentos da OAS em concessões de infraestrutura de transportes, com foco em rodovias, metrô, vias urbanas e aeroportos. Além da OAS, são acionistas a PREVI, PETROS e FUNCEF⁷

Destaque relevante, após essa contextualização necessária, é que **FÁBIO CLETO, imputado na denúncia decorrente do Inquérito 4.207, explicou em sede de colaboração a relação com CUNHA e LÉO PINHEIRO da OAS:**

QUE indagado acerca dos fatos referentes ao PORTO MARAVILHA, relatou que, quando entrou na CEF, em abril de 2011, a operação do PORTO MARAVILHA já havia sido aprovada pela gestão anterior; QUE o PORTO MARAVILHA é um investimento chamado de "operação urbana consorciada", que significa uma intervenção feita em mobilidade urbana, saneamento, e reurbanização para fim de revitalizar uma área degradada, como era a região portuária do Rio de Janeiro; (...) QUE a Carteira Administrada Habitação na época podia fazer investimentos em operações urbanas consorciadas e foi nesta Carteira que ocorreu a Operação; QUE como se trata de uma Carteira Administrada, conforme já explicou, o procedimento de aprovação é o seguinte: a VITER analisa a viabilidade, estrutura a operação, emite um voto, que é submetido ao Conselho da VITER; QUE em seguida a VIFUG elabora um voto, que é submetido ao Conselho da VIFUG; QUE é o Vice-Presidente da VIFUG o responsável por elaborar o voto; QUE, portanto, se trata de uma aprovação interna da CEF, não sendo uma operação que passa pelo Comitê de Investimentos do FI-FGTS, conforme distinção que o depoente fez em outro termo; QUE não se recorda com precisão se, quando tomou posse, apenas os votos da VIFUG e VI-

⁷ <http://www.oas.com.br/oas-com/oas-investimentos/invepar/>

TER já estavam prontos ou se já havia sido deliberado nos conselhos respectivos; QUE de qualquer forma a operação já estava em estágio bastante avançado; QUE, porém, o voto teve que ser refeito – e aí sim já na gestão do depoente – em razão de modificações nos termos do acordo; QUE questionado ao depoente se era comum a modificação nos termos do acordo, respondeu que, depois de um voto pronto, não; QUE neste caso, no entanto, acabou acontecendo; QUE questionado ao depoente o motivo da necessidade de alteração das condições e do voto, respondeu que a condição prevista inicialmente era de um aporte fracionado e que havia necessidade de um aporte total, logo no início da constituição do Fundo; QUE questionado por qual motivo foi necessário tal aporte logo no início, respondeu que os custos com a PPP (Parceria Público Privada) seriam mais intensos nos meses iniciais; QUE, em outras palavras, os custos maiores das obras de infraestrutura aconteceriam nos primeiros meses e seria inviável levar o projeto adiante se houvesse aportes fracionados; QUE no voto inicial houve, na prática, um planejamento equivocando na estruturação da operação, o que levou à necessidade de elaboração de um novo voto que contemplasse estas novas condições; QUE não houve mudança do valor do aporte feito pelo FGTS, modificando-se apenas o cronograma e a forma de aporte; QUE foi necessário, então, que o depoente elaborasse um novo voto para contemplar as modificações e as novas condições; QUE quando há alteração das condições do acordo, é necessária a aprovação, novamente, pelos Conselhos da VIFUG e VITER; QUE, como o depoente era o Vice-Presidente da VIFUG, foi o responsável por elaborar tal voto; QUE o depoente comunicou EDUARDO CUNHA, antes de elaborar o voto, em um das reuniões semanais que tinha com tal parlamentar no apartamento funcional dele; QUE EDUARDO CUNHA solicitou ao depoente que esperasse para proferir o referido voto; QUE questionado o motivo, infere que a finalidade de EDUARDO CUNHA era obter um tempo para poder solicitar propina das empresas neste íterim; QUE neste intervalo houve uma reunião, em que o depoente foi chamado no Hotel Mofarrej, na Alameda Santos, em São Paulo, na qual havia participantes das três construtoras envolvidas no PORTO MARAVILHA (ODEBRECHT, CARIOCA e OAS) e na qual se recorda de estar presente LEO PINHEIRO; QUE mostrada a foto de BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, em anexo afirmou não se recordar de ele estar presente na referida reunião; QUE o depoente foi chamado para tal reunião por EDUARDO CUNHA; QUE EDUARDO CUNHA disse ao depoente, provavelmente por mensagem, para se encontrar com ele, em determinada data, em um quarto do Hotel refe-

rido; QUE questionado sobre a data, respondeu que isto foi entre abril e maio de 2011; QUE EDUARDO CUNHA não deu maiores detalhes sobre o objetivo da reunião; QUE EDUARDO CUNHA deu o número do quarto ao depoente previamente e, quando o depoente lá chegou, acredita que sequer se apresentou na recepção, subindo diretamente para o quarto indicado; QUE melhor refletindo, não se recorda se se apresentou na recepção ou não; QUE se tratava de um quarto com antessala, com uma mesa com seis lugares; QUE se tratava de um quarto grande; QUE na reunião, além de EDUARDO CUNHA e LEO PINHEIRO, estavam mais três pessoas, sendo dito ao depoente que se tratavam de representantes das construtoras; QUE não se recorda de detalhes destas três pessoas; QUE o depoente ficou pouco tempo na reunião, cerca de apenas dez minutos; QUE quando o depoente chegou a reunião estava instalada e quem abriu a porta foi LEO PINHEIRO, razão pela qual se recorda mais dele; QUE na época não conhecia LEO PINHEIRO, mas foi apresentado a ele no dia; QUE o depoente, ao chegar ao local, ainda não sabia do que se tratava; QUE, no local, EDUARDO CUNHA apresentou o depoente aos demais, informando que se tratavam de representantes das três empresas mencionadas, responsáveis pelo PORTO MARAVILHA, e EDUARDO CUNHA pediu ao depoente para que apresentasse aos referidos representantes os detalhes da operação e a situação em que se encontrava no âmbito da CEF, mais especificamente no FGTS; QUE o depoente explicou e expôs a situação e já saiu em seguida, não tendo ocorrido propriamente um debate, mas mais uma exposição por parte do depoente; QUE foi uma reunião em que apresentou praticamente apenas as questões técnicas sobre o estágio em que se encontrava as aprovações internas; QUE acredita que esta reunião tenha sido uma oportunidade para EDUARDO CUNHA demonstrar sua influência e poder no FGTS, especialmente para demonstrar que o depoente estava trabalhando junto com ele; QUE esta reunião no hotel ocorreu exatamente no período em que EDUARDO CUNHA pediu ao depoente que "segurasse" o voto; QUE após fazer a apresentação solicitada, o depoente saiu do quarto e a reunião aparentemente continuou; QUE após a aprovação do voto, foi informado ao depoente por EDUARDO CUNHA que teria sido cobrada uma propina de 1,5% do valor total da operação, valor total este de R\$ 3,5 bilhões de reais; QUE o percentual de 1,5% correspondia a aproximadamente R\$ 52,5 milhões de reais de propina; QUE referido valor seria pago em 36 parcelas mensais; QUE se recorda que EDUARDO CUNHA afirmou ao depoente que tinha sido uma "negociação difícil" com as empreiteiras, por estas alegarem que já



tinham feito pagamento de propina anteriormente neste mesmo projeto, dado que a operação já tinha sido aprovada; QUE EDUARDO CUNHA fez tal menção para justificar o parcelamento mais dilatado neste caso; (...) QUE este foi o maior percentual que o depoente soube de solicitação de propina; QUE em cima deste valor total da propina, o depoente teria direito ao 4%, conforme já era previamente estabelecido; QUE, conforme já esclareceu em outro termo, na prática, do valor da propina informada, a divisão era a seguinte: 80% para EDUARDO CUNHA, 12% para LÚCIO BOLONHA FUNARO, 4% para o depoente e 4% para ALEXANDRE MARGOTTO; QUE, à luz deste percentual, o depoente recebeu a quantia de R\$ 2,1 milhões de reais, referentes à propina deste empreendimento do PORTO MARAVILHA; QUE a propina correspondente a EDUARDO CUNHA, à luz deste percentual, era de R\$ 42 milhões de reais; QUE, no entanto, conforme já explicou, não tem detalhes sobre como, quando e se estes pagamentos foram realizados integralmente ao deputado EDUARDO CUNHA; QUE o depoente, porém, recebeu integralmente a parte que lhe era cabível de propina neste empreendimento; QUE é provável, por isto, que EDUARDO CUNHA e LÚCIO BOLONHA FUNARO tenham recebido seus respectivos percentuais; QUE ALEXANDRE MARGOTTO deveria receber a parte dele de FUNARO, mas MARGOTTO, que é amigo do depoente, afirmou que FUNARO não lhe repassou a parte devida; QUE nesta época, quem fazia a contabilidade dos valores a receber de propina do depoente era LÚCIO BOLONHA FUNARO; QUE conforme cópia do documento que ora apresenta, LÚCIO BOLONHA FUNARO foi inserindo na contabilidade tais valores à medida que foram sendo pagos; QUE na planilha, a expressão "porto" faz referência à propina da operação do PORTO MARAVILHA; QUE a anotação à mão é de LÚCIO BOLONHA FUNARO; QUE nesta planilha constam sete parcelas de R\$ 280.000,00 cada, referentes aos meses de agosto de 2011, setembro de 2011, outubro de 2011, novembro de 2011, dezembro de 2011, janeiro de 2012 e fevereiro de 2012; QUE em janeiro de 2012, houve uma discussão com FUNARO e toda a contabilidade passou a ser feita não mais com este, mas sim diretamente com EDUARDO CUNHA; QUE EDUARDO CUNHA passou a se responsabilizar pelo pagamento da parte devida do depoente de propina; QUE, inclusive, conforme já esclareceu em outro termo, EDUARDO CUNHA assumiu também as dívidas que FUNARO possuía com o depoente; QUE a partir de então, o depoente "planilhava", ou seja, lançava em uma planilha todas as operações onde houve o pagamento de propina para manter controle e cobrar EDU-

ARDO CUNHA do valor que o depoente tinha a receber; QUE apresenta cópia desta planilha no presente ato, planilha esta de excel, colorida, que se inicia com a frase "dívidas com maluco", fazendo referência a LÚCIO BOLONHA FUNARO, que possuía referido apelido; QUE nesta planilha constam blocos com os seguintes temas: no primeiro, "dívidas com maluco", no segundo "FI-FGTS", no terceiro "Carteiras Administradas" e no quarto "depósitos já realizados"; QUE no caso, como o PORTO MARAVILHA está no âmbito das Carteiras Administradas do FGTS, a referência à propina se encontra na primeira linha do terceiro bloco, datado de 24/05/2011; QUE consta nesta linha o valor total da operação (3,5 bilhões de reais) e o valor devido ao depoente de propina (que é de R\$ 2,1 milhões); QUE os pagamentos do depoente foram feitos diretamente pela construtora CARIOCA, nas contas da offshore LASTAL, inicialmente no Banco JULIUS BAER e depois no Banco HERITAGE, ambas na Suíça; QUE a conta no Banco HERITAGE foi aberta provavelmente no primeiro semestre de 2014; QUE o depoente na verdade recebeu da CARIOCA mais do que R\$ 2,1 milhões nestas contas do depoente na Suíça; QUE EDUARDO CUNHA não pagava operação por operação, mas sim pagava após um tempo, de acordo com a contabilidade apresentada pelo depoente; QUE em verdade, o depoente recebeu todos os valores de propina devidos no âmbito do FGTS apenas da empresa CARIOCA na Suíça; QUE ao invés de o depoente receber os 4% de propina de cada uma das empresas que operaram no FGTS em que houve pagamento de propina, EDUARDO CUNHA determinou que a CARIOCA pagasse todo o valor devido de propina ao depoente (não apenas do PORTO MARAVILHA); QUE não sabe se a CARIOCA sabia que as contas eram do depoente; QUE o depoente anotava as contas em um papel e passava a EDUARDO CUNHA, acreditando que este tenha repassado para a CARIOCA; QUE questionado o motivo, acredita que tenha sido para facilitar a transferência dos valores por parte de EDUARDO CUNHA (pois ele tinha créditos e débitos diversos e era mais fácil somar o total devido ao depoente e passar apenas para uma empresa e não para as dez empresas que pagaram propina) e, ainda, para evitar que houvesse uma vinculação direta entre as diversas empresas pagadoras e o depoente; QUE o depoente leu a colaboração da empresa CARIOCA, em razão dos documentos constantes na busca e apreensão que o depoente sofreu, e verificou que a CARIOCA indicou as duas contas da LASTAL, que são realmente do depoente, e outras contas que não sabe quem são os responsáveis; QUE não sabe se são contas de LÚCIO BOLONHA FUNARO ou mesmo de EDUARDO CUNHA;



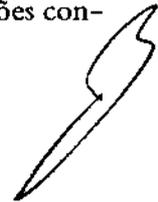
QUE, conforme dito, EDUARDO CUNHA era muito comedido em comentar com o depoente detalhes, não tendo afirmado ao depoente quem mais recebeu valores; QUE nas reuniões semanais que teve com CUNHA, ao longo do tempo, não viu nenhum político se reunir com ele neste mesmo horário, talvez pelo fato de ser muito cedo; QUE estas reuniões semanais eram apenas entre o depoente e EDUARDO CUNHA; QUE, em relação ao PORTO MARAVILHA, trata-se de um Fundo Imobiliário (nominado Fundo Imobiliário PORTO MARAVILHA) onde a Prefeitura aportou CEPAC's e terrenos na região portuária, sendo que a Carteira Administrada do FGTS (especificamente Carteira Administrada Habitação) aportou R\$ 3,5 bilhões (valor correspondente ao número de CEPACs multiplicado pelo preço mínimo dos CEPAC's no leilão); QUE a Prefeitura aportou diversos terrenos de sua propriedade na região, dentre eles o imóvel do Gasômetro, o maior imóvel dentre eles; QUE além disso, a prefeitura do Rio emitiu os CEPACs e os aportou no Fundo PORTO MARAVILHA; QUE, em outras palavras, a parte da Prefeitura no empreendimento foi integralizada com os imóveis da região mais os CEPAC's emitidos e integralizados ao Fundo; QUE questionado o que seria um CEPAC, respondeu que se trata de um título mobiliário; QUE, por exemplo, se o zoneamento da cidade diz que em uma área não se pode construir além de determinado potencial construtivo, para se construir acima deste, ou se modifica a lei de zoneamento, ou se emite CEPAC, para permitir que se construa além do potencial construtivo, em determinado imóvel; QUE no caso da região do PORTO MARAVILHA não se modificou a lei de zoneamento, razão pela qual se optou por emitir os CEPACs; QUE a PPP tem um custo de R\$ 8 bilhões ao longo dos 15 anos; QUE este valor deveria ser pago pelo FUNDO PORTO MARAVILHA, que, além dos R\$ 3,5 bilhões aportados em dinheiro pelo FGTS, poderia negociar os imóveis e os CEPAC's com o mercado; QUE o Fundo é o responsável pelo pagamento das obras da PPP (Parceria Público Privada), ou seja, o Fundo pagava o Consórcio das três construtoras; QUE sabe que a CEDURP, empresa municipal, gerenciava o projeto do PORTO MARAVILHA; QUE os CEPACs têm um preço de mercado, estabelecido com base no preço médio dos imóveis da região e também à luz da rentabilidade; QUE no leilão dos CEPACs havia um preço mínimo, algo em torno de R\$ 400 reais por cada CEPAC, que resultou no valor de R\$ 3,5 bilhões a ser investido pelo FGTS; QUE após a aprovação da operação, a VITER passou a ser a responsável pela negociação dos CEPAC's e dos terrenos com o mercado em geral; QUE entre 2011 e 2012, a VITER adotou uma estratégia de permuta destes ativos (CEPACs e terrenos) por

participações nos empreendimentos imobiliários, seguindo uma lógica de se aproveitar eventual valorização imobiliária da região; QUE, no entanto, este lucro nos empreendimentos somente iria se materializar quando da venda dos imóveis e, ainda, contando com a valorização dos imóveis; QUE, no entanto, esta valorização não ocorreu e, pelo contrário, o mercado imobiliário no Rio de Janeiro e em todo o Brasil começou a se desvalorizar com a crise econômica; QUE isto causou ao Fundo um problema de liquidez, pois não se logrou vender as participações permutadas; QUE esta decisão de permutar os ativos, que se mostrou equivocada, foi da VITER, cujo responsável era MARCOS VASCONCELOS; QUE por isto foi necessário um novo aporte no Fundo PORTO MARAVILHA, para continuar custeando as obras de infraestrutura; QUE, assim, em 2014 foi necessário um novo aporte no valor de R\$ 1,5 bilhão; QUE, porém, por conta do regramento da Carteira Administrada Habitação, que foi alterado pelo Conselho Curador do FGTS, não seria mais possível novo aporte desta carteira, sendo necessário um aporte de uma linha específica de operação urbana consorciada, que havia sido criada no Orçamento do FGTS; QUE esta linha específica ainda não tinha sido regulamentada pelo Ministério das Cidades, como seria necessário; QUE o Conselho Curador do FGTS pode criar uma nova linha, mas quem regulamenta seria o Ministério das Cidades, por ser o gestor do orçamento do FGTS; QUE na época destes fatos, o Ministro das Cidades era GILBERTO OCCHI e depois foi GILBERTO KASSAB; QUE se comentava que, antes de KASSAB, CIRO NOGUEIRA e o PP tinham poder dentro do Ministério das Cidades; QUE acredita o PP tenha perdido poder com a entrada de KASSAB; QUE EDUARDO PAES, Prefeito do Rio de Janeiro, e EDUARDO CUNHA cobraram do depoente para agilizar este novo aporte no Fundo PORTO MARAVILHA; QUE a cobrança de EDUARDO CUNHA foi nas reuniões semanais que sempre tinham; QUE EDUARDO PAES ligou ou mandou mensagem de texto para o depoente, solicitando apoio na resolução dos problemas relativos a este aporte; QUE provavelmente foi EDUARDO CUNHA quem repassou a EDUARDO PAES o telefone do depoente; QUE o depoente tinha encontrado EDUARDO PAES anteriormente, no leilão das CEPACs e esta foi a única vez em que falaram pelo telefone; QUE na época houve um parecer da área técnica da VIFUG, área em que o depoente chefiava, afirmando que este novo aporte no Fundo PORTO MARAVILHA não era possível, em razão da falta de normatização do Ministério das Cidades, o que poderia levar, posteriormente, a questionamentos pela CGU e TCU; QUE o depoente deu o "de acordo" a este parecer; QUE mostrado ao depoente

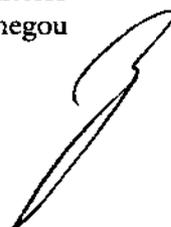


trocas de mensagens apreendidas no celular de LEO PINHEIRO, datada de 06/11/2014, em que se afirma "Vou estar com o SC hoje. Está havendo algum problema na Área do FC contra o novo aporte no Porto? Vc checa? Tenho um café com EC as 8hs amanhã. Abs", respondeu que o problema na "área do FC contra o novo aporte" se referia a este posicionamento da área da VIFUG, contrário ao aporte sem regulamentação do Ministério das Cidades; QUE questionado sobre as mensagens entre EDUARDO CUNHA e LEO PINHEIRO no dia 06/11/2014, entre 13:56:46 e 19:45:44 ("Problema é área de cidades. Porque? Ele usou din do programa e transferiu para outra area Estão encontrando solucao. Podem aprovar condicionando a liberação ao Recurso do próximo orçamento. Soube que a Area tecnica do FC deu pau nessa sugestão da Área do MV. Nosso EP esta apavorado, pois não tem mais \$. Ao contrário. Vou pegar os detalhes com ele e tte passo. Ok."), respondeu que a menção à "sugestão da Área do MV", respondeu que MV é MARCOS VASCONCELOS e a sugestão da área dele, ou seja, a VITER, era da possibilidade de alocação dos recursos mesmo sem regulamentação do Ministério das Cidades, apenas contando com o parecer jurídico do Banco; QUE, conforme dito, o parecer da área do depoente foi contrário, pela ausência da normativa necessária; QUE, além do problema da falta de instrução normativa do Ministério das Cidades, este Ministério, dentro de sua prerrogativa natural, no final do ano de 2014, realocou, em razão da não utilização, a linha de orçamento de operação urbana consorciada para outro programa do FGTS; QUE isto significava que o dinheiro que estava disponível para operação urbana consorciada e que seria passível de aporte no Fundo PORTO MARAVILHA acabou sendo realocado para outro destino; QUE esta realocação acabou sendo em razão da falta de regulamentação e, por consequência, de utilização da verba; QUE, portanto, surgiu um segundo problema, pois, além da falta de regulamentação, em razão desta realocação, havia também falta de verbas para alocar no PORTO MARAVILHA; QUE sobre a frase "Nosso EP esta apavorado, pois não tem mais \$", acredita que se trate de EDUARDO PAES, que, como Prefeito, tinha todo interesse que as obras para as Olimpíadas ficassem prontas; QUE questionado sobre a mensagem "Se ele pudesse ligar para o Marcos V seria bom", o depoente respondeu que tratou deste tema várias vezes com MARCOS VASCONCELOS, pois a solução deste problema envolvia as duas áreas (VIFUG e VITER); QUE inclusive houve várias conversas do depoente com MARCOS VASCONCELOS para tentar uma solução para este problema; QUE o responsável pela área imobiliária da VITER e que trabalhava com MARCOS VASCONCELOS era VITOR HUGO; QUE mostrou a foto de VITOR HUGO DOS SANTOS PINTO, gerente

nacional GMOB-VITER, cópia em anexo, respondeu ser o referido VITOR HUGO; QUE o depoente tratava deste assunto do PORTO MARAVILHA direto com MARCOS VASCONCELOS, pois VITOR era subordinado deste último; QUE sobre a mensagem de LEO PINHEIRO para EDUARDO CUNHA, no dia 07/11/2014, às 22:26:14 (*"Consultei o orçamento do FGTS pra 2015 e na rubrica operações urbanas constam apenas 800 milhões"*) respondeu que se tratava de informação verídica; QUE sobre a resposta de EDUARDO CUNHA (*"Isso não é problema porque tem a reaplicação dos retornos"*), trata-se realmente de uma hipótese que foi aventada, de reaplicar os retornos; QUE os retornos são os pagamentos do principal e dos juros de determinada aplicação que vão retornando para o Fundo e que podem eventualmente ser reaplicadas; QUE acredita que não tenha sido esta a solução ao final, mas não se recorda com precisão qual foi a solução dada; QUE questionado sobre o diálogo no dia 10/11/2014, 23:37:13, em que LEO PINHEIRO questiona se EDUARDO CUNHA falou com o depoente (*"Conseguiu falar com FC?"*), cuja resposta (23:37:41) de EDUARDO CUNHA foi que teriam um café da manhã no dia seguinte (*"Amanhã cedo café com ele as 730"*), responde que, conforme dito, toda terça-feira, às 7h30, tinha um café da manhã com EDUARDO CUNHA e realmente o dia 10 de novembro de 2014 se tratava de uma segunda feira, sendo certo que no dia seguinte haveria a reunião semanal com CUNHA; QUE em relação à frase *"O documento da Área dele é muito ruim"*, refere-se ao parecer da área técnica da VIFUG; QUE em relação às mensagens entre LEO PINHEIRO e EDUARDO CUNHA trocadas no dia seguinte (11/11/2014 9:42:26), logo depois do café da manhã deste último com o depoente (*"A caçada e é continua sendo Cidades ou eles param de sacanagem ou isso não saíra. O parecer que Cc fala e porque cidades alterou instrução normativa da carteira Habitação proibindo utilização em operação urbana"*), trata-se da explicação que o depoente deu para EDUARDO CUNHA sobre os questionamentos, explicação esta que CUNHA estava repassando para LEO PINHEIRO; QUE "Cc" faz referência ao Conselho Curador do FGTS; QUE questionado sobre as mensagens entre LEO PINHEIRO e a pessoa identificada como ARRAES, acredita que se refira a pessoa da CDURP; QUE o depoente já tinha se encontrado anteriormente com ARRAES para tratar do PORTO MARAVILHA; QUE mostrada a foto de JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES, presidente da CDURP, reconheceu como sendo a pessoa de ARRAES mencionada; QUE sobre a mensagem do dia 11/11/2014, 10:01:48, *"FC já pediu 4 vezes reunião conjunta com cidades MV e não consegue"*, o depoente respondeu que realmente tentou diversas vezes marcar reuniões con-



juntas entre a VIFUG, VITER (área de MARCOS VASCONCELOS mencionado na mensagem) e o Ministério das Cidades; QUE, no entanto, não estava tendo sucesso; QUE inclusive chegou a tratar com GILBERTO OCCHI, então Ministro das Cidades, com quem o depoente já tinha tido contato pois fora Vice-Presidente da CEF; QUE em relação à conversa do dia 11/11/2014 10:04:48 (*"Acabou agora a reunião com EC e FC. O resumo é esse. Vamos atras do Ciro. Seria bom o EP falar com EC. Abs"*), respondeu que não se reuniu com ARRAES e nem com LEO PINHEIRO nesta ocasião; QUE estão se referindo à reunião semanal entre EDUARDO CUNHA e o depoente, na qual o depoente informou que se deveria procurar solução no Ministério das Cidades; QUE o depoente sabia que CIRO NOGUEIRA era vinculado ao Ministério das Cidades, mas não mencionou o nome dele para EDUARDO CUNHA; QUE talvez tenha sido um diagnóstico do próprio EDUARDO CUNHA, para enfrentar o problema; QUE GILBERTO OCCHI era indicação de CIRO NOGUEIRA e ligado a este último; QUE sobre diálogos entre LEO PINHEIRO e EDUARDO CUNHA entre 11/11/2014 11:20:24 e 14:16:44 (*Obvio que a operação passada tem risco superior ao aporte. Tem mais 5 bi de risco. Isso eu supero e resolvo. Me passa o parecer hj pedi a ele para me trazer tudo amanhã cedo para eu analisar. Negativo. O fdp MV está empurrando para a gente problema qyue não é nosso. Lá a gente resolve mas cidades tem 6 meses e Nrolaam Enrolam Lá eu mudo isso tudo fácil mas cidades não. Ok*), acredita que o risco da operação mencionada na mensagem (*Obvio que a operação passada tem risco superior ao aporte*) queria dizer que o não aporte dos 1,5 bilhão adicional poderia comprometer todo o projeto, inclusive todo o aporte inicial, pois haveria paralisação das obras, por falta de recursos para pagar o consórcio; QUE sobre a frase *"O fdp MV está empurrando para a gente problema qyue não é nosso"*, acredita que estejam se referindo a que o problema foi causado pela estratégia adotada pela área de MARCOS VASCONCELOS (VITER), de permutar os ativos com participação futura nos empreendimentos, o que levou à situação de iliquidez mencionada, e que a solução proposta por MARCOS VASCONCELOS (de novo aporte mesmo sem regulamentação, baseando-se apenas em parecer jurídico da CEF) era frágil e apenas visava "jogar a responsabilidade" para a área do depoente; QUE tem certeza de que a questão foi solucionada e houve um novo aporte de R\$ 1,5 bilhão para o Fundo PORTO MARAVILHA pelo FGTS; QUE tal valor saiu, de uma parte do orçamento predefinido (R\$ 800 milhões), somado de uma suplementação de R\$ 700 milhões, não se recordando ao certo os detalhes; QUE a regulamentação do Ministério das Cidades foi feita; QUE a equipe técnica do depoente chegou



a conversar com a equipe do Ministério das Cidades para acordar o texto da regulamentação; QUE faz um parêntesis para dizer que não se encontrava pessoalmente com EDUARDO CUNHA aos finais de semana, mas trocava mensagens com ele, mesmos aos finais de semana, além de se reunir com ele semanalmente em Brasília; QUE neste segundo aporte não houve menção a novo pagamento de propina, ao menos não para o depoente; QUE não sabe se houve solicitação por parte de EDUARDO CUNHA, sem conhecimento do depoente; QUE acredita que nesta época, em 2015, os pagamentos inicialmente acordados de propina já tinham sido pagos, pois o prazo de 36 meses já tinha se esgotado; QUE o depoente não teve mais qualquer atuação neste tema do Fundo PORTO MARAVILHA.

Posto isso, apesar de numa primeira análise constatar-se que a pretensão acusatória veiculada com base nos elementos probatórios colhidos no Inquérito 4.207 cinge-se às irregularidades em contratos envolvendo financiamento na Caixa Econômica Federal, **a análise conglobante dos aludidos fatos com as demais apurações desenvolvidas em face de irregularidades em contratações com a Petrobras, demonstram o mesmo *modus operandi* (fundamental serem processados conjuntamente exatamente para não prejudicar a prova essencial deste modo de agir) exercido com os mesmos atores da complexa Organização Criminosa, cuja atuação vem sendo descortinada no decorrer da Operação Lava Jato.**

Outrossim, é possível antever que outro elemento comum entre o Inquérito 4.207 e o “Caso Lava Jato” é LÚCIO BOLO-NHA FUNARO.

Conforme narrado no pedido de prisão preventiva de FUNARO, acolhido por essa Egrégia Corte, um dos grandes opera-

dores da organização criminosa investigada na Operação Lava Jato é LUCIO BOLONHA FUNARO.

Trata-se de operador com larga experiência em negócios ilícitos envolvendo fundos de pensão e entes públicos. FUNARO esteve envolvido em vários escândalos de âmbito nacional e foi beneficiado com o benefício da Colaboração Premiada no caso do Mensalão (STF -AP 470).

As investigações demonstram que FUNARO tem estreita relação com o Deputado EDUARDO CUNHA, já denunciado ao Supremo Tribunal Federal pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro (INQ 3983/DF). Esses pagamentos ilícitos estão relacionados à aquisição de navios-sondas da SAMSUNG pela PETROBRAS.

Feita essa digressão, e ante a conexão entre os fatos, justifica-se sua inserção no âmbito do "Caso Lava Jato".

EDUARDO CUNHA também foi denunciado com base no Inquérito 4.146 em razão de ser o verdadeiro proprietário de contas não declaradas na Suíça, as quais receberam depósitos de um outro operador da Lava Jato, JOÃO AUGUSTO REZENDE HENRIQUES. Essa propina era devida em razão de negócios feitos pela PETROBRAS em Benin, na África.

Consoante foi informado no pedido de segregação cautelar, LÚCIO BOLONHA FUNARO tem longa e íntima relação com EDUARDO CUNHA, havendo fortes evidências no sentido de que o parlamentar utilize os serviços de FUNARO para lavar e



ocultar valores ilícitos provenientes do esquema em tela, especialmente no que concerne a EDUARDO CUNHA.

Narraram-se, no início dessa peça, trechos da denúncia lastreada no Inquérito 4.207 na qual imputou-se a LÚCIO BOLO-NHA FUNARO o papel de intermediador na cobrança das vantagens indevidas em favor do Deputado Federal EDUARDO CUNHA nos projetos cujo financiamento foi gerido de maneira indevida por FÁBIO CLETO, na qualidade de Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias (VIFUG) da CAIXA.

A proximidade entre EDUARDO CUNHA e FUNARO é antiga e muito maior do que ambos afirmam publicamente. Embora digam que apenas se conhecem, verificou-se um estreito e pernicioso relacionamento.

Em seu portal, EDUARDO CUNHA afirmou, em 2010, referindo-se a FUNARO, que “não conheço os seus assuntos” e “e, com relação a situação descrita, já foi objeto de várias citações em matérias jornalísticas, todas respondidas por mim, nas quais provo jamais ter mantido qualquer relação com ele, que não seja a locação por um período, que se encerrou em 2005, de um flat em Brasília, onde eu pagava aluguel e despesas, diretamente a quem havia me locado o imóvel e, certamente, esse dinheiro era ou deveria ter sido repassado a ele que, obviamente, pagava as taxas de condomínio e IPTU, como qualquer locação em que o administrador lhe cobra e paga. Jamais morei de graça ou tive qualquer despesa paga pelo sr. Lucio Funaro”⁸.

⁸ Extraída de <http://www.portaleduardocunha.com.br/nota-de-esclarecimento-respeito-das-inverdades-publicadas-em-o-globo> (DOC. 1)



Porém tais afirmativas não correspondem à verdade.

Apurou-se que FUNARO pagava despesas com moradia no Hotel Blue Tree, no ano de 2005, que EDUARDO CUNHA utilizava em Brasília, um dos flats mais caros da cidade.⁹

Desde 2005, já havia notícia de envolvimento entre ambos. Hoje esta ligação é inconteste e, a medida que a investigação avança, a relação entre FUNARO e CUNHA ganha novos elementos.

Recentemente a empresa AUTOMIAMI apresentou informações que comprovam que FUNARO pagou veículos de EDUARDO CUNHA¹⁰. Os veículos foram comprados para as empresas C3, de CUNHA, por meio de cheques e transferências da CINGULAR FOMENTO MERCANTIL e da ROYS-TER SERVIÇOS SA.

Não há dúvidas de que as empresas CINGULAR e ROYS-TER estão vinculadas diretamente a FUNARO. Tanto assim que abaixo no nome da empresa CINGULAR consta o nome do usu-

9 Segundo a reportagem, "Funaro, doleiro muito conhecido no mercado financeiro, firmou em abril de 2003 um contrato com o proprietário do apartamento 4.091, do bloco B, em que se compromete a pagar R\$ 1.755 por mês de aluguel (hoje são R\$ 2.200), mais o condomínio de R\$ 645 (R\$ 838 hoje) e despesas de até R\$ 600 semanais com gastos extras do flat, como lavanderia, bar e telefone". A matéria explica ainda que o pagamento é creditado na conta de Fernando Abritta, pai do proprietário do imóvel, Alessandro Abritta. **Fernando confirma que o apartamento está alugado para Funaro. "Mas eu não sei quem está morando lá", disse Fernando Abritta à reportagem. Segundo a reportagem, o deputado Eduardo Cunha respondeu à reportagem, reconhecendo que mora exatamente no apartamento alugado por Funaro. Negou, porém, que a despesa seja bancada pelo doleiro e conta uma história diferente. "Quem alugou meu apartamento foi minha chefe de gabinete. Se Funaro é o dono do imóvel ou sublocou para ela, eu não sei. Quem cuida disso é minha secretária", explicou. A reportagem acrescenta que o deputado enviou "uma cópia de contrato de aluguel que teria sido feito entre Funaro e sua chefe de gabinete, Denise Assumpção. O documento, no entanto, não tem os carimbos de reconhecimento de firma em cartório, como é usual".** <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR72179-6009,00.html>.

10 Cópia do referido ofício consta do DOC. 2.

ário como sendo "LÚCIO BOLONHA FUNARO". Os próprios cheques fazem menção a FUNARO.

Tais elementos demonstram que LÚCIO BOLONHA FUNARO, direta ou indiretamente, pagou, pelo menos, veículos no valor de R\$180.000,00 em favor da empresa de EDUARDO CUNHA, a C3. Não há fim lícito que justifique a referida transferência, pois EDUARDO CUNHA e FUNARO negam relação comercial.

Ademais, o vínculo entre EDUARDO CUNHA e FUNARO também transparece em razão da apuração desenvolvida pela CVM no Processo Administrativo Sancionador (PAS) CVM – 006/20124 instaurado para apurar fraudes no Fundo de Previdência PRECE, entidade fechada de Previdência Complementar criada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE. EDUARDO CUNHA possui grande ingerência nesta Companhia da qual inicialmente foi Presidente e posteriormente indicou diversas pessoas para ocupar cargos na empresa.

Entre as pessoas indicadas por EDUARDO CUNHA, consta LUTERO DE CASTRO CARDOSO, presidente da CEDAE que ocupou o cargo de 2005 a 2007¹¹, inclusive na época em que houve a captação dos recursos pela CEBEL para a obra da Pequena Central Hidrelétrica de Apertadinho, conforme visto acima.

Posteriormente, em 2008, LUTERO aparece na composição societária da GALLWAY, empresa que pertencia de fato a LÚCIO BOLONHA FUNARO e é a *holding* do grupo SERRA DA CA-

¹¹ O próprio EDUARDO CUNHA, em nota à imprensa do ano de 2010 (DOC. 1), já confirmava que conhece LUTERO de longa data e que realmente o indicou.

RIOCA. A partir de 2003 a companhia foi presidida por ALOÍSIO MEYER, indicado para o cargo por EDUARDO CUNHA. Da mesma forma, o Diretor-Presidente da PRECE entre março de 2003 e janeiro de 2007 foi UBIRATAN DE GUSMÃO CAMPELO LIMA, que, segundo fontes abertas, também foi indicado ao cargo por EDUARDO CUNHA.

No Procedimento Administrativo Sancionador (PAS) da Companhia de Valores Mobiliários – CVM (PAS CVM 6), questionado se possuía relacionamento com dirigentes da CEDAE, no período de 2003 a 2006, EDUARDO CUNHA afirmou que “pela posição de Deputado Federal no Estado do Rio de Janeiro, obviamente me relacionava com todos os dirigentes de empresas e Secretário, sem exceção. Aliás, os Diretores atuais são os mesmos dessa época, menos o diretor Presidente, que à época era Secretário de Estado”.¹²

O relatório final da CPMI dos Correios, por sua vez, apontou a grande influência política existente no referido Fundo de Previdência. O Fundo perdeu cerca de R\$ 300.000.000,00 na Bolsa de Valores, consoante Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios.

Ainda segundo referido relatório, a PRECE foi o fundo de pensão que apresentou maior volume de perdas em operações com títulos públicos, totalizando R\$ 35,4 milhões. O relatório da CPMI dos Correios constatou a frequente mudança política na direção do PRECE e que este acumulou, entre 2001 e 2005, perdas

¹² DOC. 3.

de até R\$ 300.000.000,00 em operações na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), por conta de opções de investimento arriscadas. Entre as beneficiadas com as operações estavam a Quality Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S/A e a ERSTE BANKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. A ERSTE pertence a FUNARO.

Da mesma forma, o relatório da CVM no PAS 006/2012 comprova a relação entre EDUARDO CUNHA e LÚCIO BOLONHA FUNARO, apontando que ambos foram diretamente beneficiados no esquema de fraudes envolvendo o Fundo de Pensão da PRECE entre 2003 e 2006. Os lucros obtidos por EDUARDO CUNHA fraudulentamente foram por meio de empresas e pessoas ligadas diretamente a LÚCIO BOLONHA FUNARO.

Em verdade, o PAS CVM n. 6 trata da continuidade de fatos e fraudes que já foram inicialmente apuradas no PAS CVM n. 13/2005. Neste último PAS CVM 13/2005, que se focou nas condutas praticadas entre outubro de 2002 e outubro de 2003, já havia se apurado um prejuízo de R\$ 17.000.000,00 ao Fundo PRECE, com intermediação, dentre outros, das corretoras NOVINVEST e LAETA. Aparece como beneficiário de diversos negócios que ocorreram entre maio e outubro de 2003 com a corretora NOVAÇÃO DTVM LTDA o irmão de LÚCIO BOLONHA FUNARO, JOSÉ ROBERTO FUNARO e a ERSTE LTDA. (sucrida pela STOCKOLOS), de propriedade de FUNARO, que auferiu R\$ 885.000,00.



Ademais, no mesmo PAS 13/2005 da CVM, a ERSTE apareceu como beneficiária da LAETA DTVM, tendo ganho R\$1.800.000,00 em contratos de IBOVESPA e R\$1.200.000,00 no contrato de câmbio. JOSÉ CARLOS BATISTA (para quem FUNARO supostamente vendeu a Corretora GUARANHUNS, envolvida no esquema do Mensalão - AP 470, mas que em verdade figurava como seu "laranja")¹³ também foi beneficiário de operações intermediadas pela LAETA em R\$ 242.000,00 de contratos do Ibovespa e R\$ 739.000,00 de dólar futuro. A ALLEGRO CV – formalmente de SÉRGIO GUARAIABA MARTINS REINAS, mas na verdade de propriedade de FUNARO¹⁴ – se beneficiou com R\$ 710.000,00 em contratos de Ibovespa e R\$ 643.000,00 em dólar futuro.

No procedimento PAS 13/2005 da CVM, foi indicada a responsabilidade, entre outros, da NOVINVEST CVM LTDA, de JOSÉ OSVALDO MORALES, da NOVAÇÃO DTVM, LAETA

13 O Relatório Final da CPMI dos Correios apontou que JOSÉ CARLOS BATISTA era, em verdade, "laranja" de FUNARO. Veja: "De acordo com suas declarações, a relação do Sr. Lúcio Bolonha Funaro com o Sr. Batista seria de amizade, todavia, alguns indícios apontam para uma relação de patrão-empregado. Destaque-se, nesse sentido, que o Sr. Lúcio Bolonha Funaro realizou pagamentos periódicos de R\$ 4 mil para o Sr. Batista, pagou-lhe uma viagem para o Rio de Janeiro, continuou realizando o pagamento de despesas da Guaranhuns, mesmo após a "venda" para o Sr. Batista e, por fim, que o Sr. Batista reside em apartamento que encontra-se registrado em nome do Sr. Renato Luciano Galli, sócio do Sr. Lúcio Bolonha Funaro. Contraditando essas evidências, que apontam o Sr. Batista como seu empregado ou "laranja", o Sr. Lúcio Bolonha Funaro declarou que se tratam apenas de "coincidências" (...) Assim, não restam dúvidas que a venda da empresa Guaranhuns do Sr. Lúcio Bolonha Funaro para o Sr. Batista não passa de uma simulação, e que este é um "laranja" do Sr. Lúcio Bolonha Funaro, o que permite supor o quadro abaixo como hipótese de trabalho." (Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios Volume III - Pág. 1513/1514, DOC. 4)

14 Tanto assim que na ficha de cadastro da ALLEGRO CV na FAIR, constava o e-mail de FUNARO: "lfunaro@fairecv.com.br" (fl. 3635 do PAS CVM 6)

DTVM, da STOCKOLOS AVENDIS (sucessora da ERSTE BANKING), de FUNARO e de SÉRGIO GUARACIABA.

É importante destacar que, no PAS 13/2005-CVM, apurou-se que no período de outubro de 2002 a 9 de janeiro de 2003 o gerente de investimentos da PRECE era CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS, sendo ele, de fato, o responsável pela tomada de decisões de investimentos dos fundos exclusivos. LEMOS, conforme notícias na imprensa, foi preso na Operação Miquéias e possuía vínculos com o doleiro FAYED TRABOULSI.

Por sua vez, no PAS CVM n. 6, apurou-se que sete fundos de investimentos exclusivos da PRECE continuaram a perder, entre novembro de 2003 e março de 2006, com o mesmo modus operandi já existente anteriormente, R\$ 39.000.000,00 em “ajustes do dia”, realizados por diversos intermediários.

Entre as pessoas que tiveram ganhos frequentes no período estava EDUARDO CUNHA, que obteve lucro bruto de R\$917.390,00 no período, intermediados pela LAETA DTVM. A CVM concluiu que tal lucro decorreu do uso de práticas não equitativas no mercado de valores mobiliários. Destaque-se que foi por intermédio da LAETA que os fundos exclusivos da PRECE sofreram as maiores perdas nos “ajustes do dia”, sendo que o operador desta distribuidora LAETA era SÉRGIO GUARACIABA, muito próximo de LÚCIO BOLONHA FUNARO

As perdas apuradas pelo PRECE chegaram ao valor de R\$39.000.000,00, em mercado futuro em razão da atuação de diversos intermediários, entre eles novamente as empresas NOVIN-

VEST e LAETA. Ademais, a própria carteira da PRECE incorreu em perdas de R\$ 2.590.000,00 em ajustes do dia.

A apuração verificou constantes “ajustes do dia” negativos sofridos pelos sete fundos exclusivos do PRECE, em verdade decorrente de um esquema preordenado e preparado dentro de cada uma das corretoras e distribuidoras intermediárias envolvidas. O esquema - chamado pela CVM de “operações com seguro” - era, resumidamente, o seguinte: após tomar conhecimento prévio do resultado que as operações de *day trade* gerariam, os operadores deixavam para os fundos todos os negócios com preços desfavoráveis, compras com cotações maiores e vendas com cotações menores, resultando em “ajustes do dia” negativos, enquanto alguns clientes determinados das corretoras realizavam compras e vendas do mesmo contrato futuro que, invariavelmente, resultavam em “ajustes do dia” positivos.

Em outras palavras, todos os prejuízos ficavam para os Fundos e todos os lucros para determinados clientes das corretoras, entre eles EDUARDO CUNHA, LÚCIO BOLONHA FUNARO e diversos outros personagens ligados a este último.

É importante mencionar que, ao realizar negócios de compra e venda ao longo do pregão, qualquer participante teria ganhos e perdas, conforme tendência estatística normal. Porém, no caso das fraudes envolvendo EDUARDO CUNHA e FUNARO, não foi o que ocorreu e a esmagadora maioria das operações gerou “ajustes do dia” negativos aos fundos e positivos para as pessoas físicas, com taxas de sucesso altíssimas.



No caso de EDUARDO CUNHA, verificou-se que entre abril de 2004 e fevereiro de 2005, obteve R\$ 917.390,00 do PRECE, em *modus operandi* semelhante ao já descrito. A taxa de sucesso de EDUARDO CUNHA foi de 83% em relação ao mercado IND e 100% em relação ao mercado de dólares.

A conclusão da CVM foi no mesmo sentido, imputando responsabilidade, entre outros, para EDUARDO CUNHA.

Todas as operações de EDUARDO CUNHA foram por intermédio da LAETA. Embora FUNARO tenha negado, vários elementos demonstram a proximidade entre ele e a LAETA. No relatório da CVM constou tal relação.

Ademais, uma das empresas beneficiadas pela fraude foi a GLOBAL TREND, de um suposto investidor estrangeiro situado em Dalaware, nos EUA, cujo representante, à época dos fatos, era o também denunciado **ALEXANDRE ROSA MARGOTTO** e com procuração para **SÉRGIO GUARACIABA** operar na bolsa de valores. A GLOBAL se beneficiou em quase R\$20.000.000,00. Em verdade, ao que tudo indica, a empresa era de FUNARO.

Também foram beneficiados pelas fraudes praticadas pela LAETA o próprio FUNARO, **SÉRGIO GUARACIABA** e **JOSÉ CARLOS BATISTA**¹⁵.

15 Segundo a CVM, "Deve-se destacar, que todo o esquema de atribuição de "ajustes do dia" positivos a determinados clientes e "ajustes do dia" negativos para os Fundos exclusivos da Prece e para a Teletrust foi montado dentro da Laeta, com a determinante participação de Sérgio Guaraciaba, operador desta Distribuidora, e de Lúcio Funaro, cujos vínculos com a Laeta iam além da relação cliente/distribuidora, conforme demonstrado no parágrafo 282. (fls. 3656 do PAS CVM 6)."

Outra intermediária utilizada para as fraudes do PRECE foi a NOVINVEST. Segundo constou no PAS CVM 6, a GLOBAL TREND obteve R\$ 6.180.735,00 com o esquema acima transcrito por meio da NOVINVEST. SÉRGIO GUARACIABA era operador da NOVINVEST no período. Entre abril de 2005 e março de 2006, o Diretor da NOVINVEST já era JOSÉ OSWALDO MORALES JÚNIOR, que foi responsabilizado por ter agido com falta de diligência ao permitir a existência de ambiente propício para referidas práticas.

Também a intermediária ATIVA SA DTVM permitiu que a ERSTE BANKING obtivesse lucros no valor R\$ 103.950,00, com taxa de sucesso de 64%. A ERSTE atualmente se chama STOCKOLOS e é de responsabilidade de FUNARO.

Tudo absolutamente concatenado para, de forma dissimulada, gerar o pagamento das vantagens ilícitas.

Essa narrativa demonstra a associação ilícita entre FUNARO e EDUARDO CUNHA, o que inclusive foi reconhecido na recente decisão de afastamento do parlamentar proferida na Ação Cautelar n. 4070/DF do Supremo Tribunal Federal.

Não fosse o suficiente a relação entre FUNARO E CUNHA acima delineada, identificou-se uma relação entre o ex-Senador DELCÍDIO DO AMARAL e FUNARO.

De fato, foram encontrados documentos e anotações no gabinete do Senador nos quais se lê, em mais de uma passagem, o nome FUNARO relacionado a valores monetários.



Consta, efetivamente, de um dos documentos, intitulado “ELEIÇÃO – 2012”, a seguinte anotação: R\$ 500.000,00 seguido do nome “Lúcio Funaro”. Na mesma lista, há nomes de outros investigados: João Vaccari, Ricardo Pessoa e “Júlio” (provavelmente Julio Camargo), Atilano (relacionado à empresa IESA) e empresa Engevix (cujos sócios encontram-se presos em Curitiba) – (*doc. 25 – parte do item 41 do auto de apreensão referente à ação cautelar 4037 – STF, Equipe DF-02*).

Em outro documento, também apreendido no gabinete de Delcídio do Amaral, o nome de LÚCIO FUNARO está associado ao valor de R\$ 100.000,00 (*doc. 26 – parte do item 41 do auto de apreensão referente à ação cautelar 4037 – STF, Equipe DF-02*).

Como se nota, além da íntima relação com EDUARDO CUNHA, as recentes medidas revelaram que FUNARO também possui relação (pelo menos) com o Senador DELCÍDIO DO AMARAL, que foi preso por tentar embaraçar investigação no âmbito da Lava Jato.

Há fortes evidências de que a relação de FUNARO não se limita ao Deputado EDUARDO CUNHA, mas se espalha para diversos integrantes de organização criminosa, entre os quais o Senador DELCÍDIO DO AMARAL.

Esses personagens, inclusive o próprio EDUARDO CUNHA, HENRIQUE EDUARDO ALVES, LÚCIO BOLONHA FUNARO e LÉO PINHEIRO, **são investigados no Inquérito 3.989, em curso no Supremo Tribunal Federal e sob a Re-**

latoria do Ministro Teori Zavascki, que apura a organização criminosa no âmbito do “Caso Lava Jato”.

Assim, a análise dos fatos apurados no Inquérito 4.207 encontram-se inseridos no âmbito da atuação da organização criminosa com alto poder econômico e político, cuja dimensão vem sendo descortinada na Operação Lava Jato. Entre seus integrantes estão os maiores empresários do país e políticos com grande influência dentro do Estado. LÚCIO FUNARO é peça chave nessa organização.

4. Fundamentos jurídicos a complementar a demonstração da necessidade de manutenção da competência como já estipulada e aceita pelo Relator, Ministro Teori Zavascki

O relato acima comprova que a denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal com base nas apurações desenvolvidas no âmbito do Inquérito 4.207/DF **guardam vinculação estreita e direta com o contexto da Operação Lava Jato**, atraindo-se a competência por conexão à luz do art. 76, I e III, do Código de Processo Penal.

De fato, visualiza-se, inicialmente, hipótese de **conexão intersubjetiva em razão da prática de crimes realizadas em concurso de agentes**, embora diversos o tempo e o lugar.

A identidade de agentes (EDUARDO CUNHA, LÚCIO FUNARO, DELÍCIO DO AMARAL etc) e a adoção de *modus*

operandi idêntico ao que vem sendo descortinado no âmbito da Operação Lava Jato aponta a unidade de desígnios e a necessidade da persecução relativa ao Inquérito 4.207 estar submetida às mesmas regras de competência dos Inquéritos vinculados à Operação Lava Jato.

Colhe-se em doutrina¹⁶, dentre outros, que:

[...] A conexão se faz presente entre situações da realidade abrangidas por um ou mais elementos comuns. Em matéria penal, **conexo será o fato que, na sua ocorrência, ostente algum ponto de identidade ou afinidade com outro fato.**

[...] Os pontos de identidade, de afinidade, ou pontos em comum, enfim, entre dois ou mais fatos, podem estar relacionados com o *tempo*, com o *lugar*, com os *motivos do crime*, **com as pessoas envolvidas, e até mesmo com outras circunstâncias não especificadas em Lei**, desde que possam favorecer a realização da instrução criminal. A conexão *intersubjetiva*, como intuitivo, ocorre entre sujeitos, exigindo, portanto, pluralidade de pessoas, **ligadas por quaisquer dos pontos de afinidade a que nos referimos.**

[...] 76.2. *Habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. Recebimento de denúncia. Nulidade. Competência. Conexão.* Se ambas as denúncias reconhecem que os crimes de concussão visavam integrar o objetivo final de arrecadar determinada quantia mensal de dinheiro para ser utilizada em campanha eleitoral, admitindo o liame entre as condutas, bem como o ajuste prévio entre os acusados, é de ser reconhecida a conexão intersubjetiva, *ex vi* do art. 76, I, do CPP. Na determinação da competência por conexão, concorrendo jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a competência daquela que conhecer em primeiro lugar da causa. Inteligência do art. 78, II, c, do CPP. Ordem concedida para declarar a competência do Juízo da 19ª Vara Cri-

16 PACELLI, Eugênio. FISCHER, Douglas. *Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência*. 8 ed, 2016. São Paulo: Atlas, p. 188-189



minal de São Paulo (*Habeas Corpus n° 18.247-SP, STJ, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, julgado em 10.9.2002, publicado no DJ em 14.10.2002*).

Além disso, e não por mera utilidade, mas por **essencialidade de prova**, há se destacar a **conexão instrumental ou probatória** ocorrente em razão do conjunto de elementos produzidos no âmbito da Operação Lava Jato influir diretamente nas provas reunidas no Inquérito 4.207. Uma análise separada poderá **prejudicar a compreensão e sobretudo a demonstração sistêmica dos crimes cometidos**, malgrado com prejuízos a instituições diversas (elemento que se mostra irrelevante para fins da conexão probatória ou instrumental).

Por fim, há se referir que a **unicidade de juízo (pela conexão) não implica necessariamente unicidade física (mesmos autos ou todos apensados fisicamente)**.

Os fatos em apuração em feitos diversos **revelam conexão entre eles, todos vinculados** ao mesmo Relator, **Ministro Teori Zavascki**, malgrado haja uma **separação processual eminentemente física** (exatamente pelo desenvolvimento encadeado das provas em *sucessivas e conexas* investigações).

Separação física não implica a ausência de conexão.

Ou seja, a **eventual separação dos processos (especialmente pela conveniência da instrução – art. 80, CPP) mantém a unicidade de foro, mas não de processo**.



Na linha de doutrina como de Espínola Filho, (também) haveria conexão quando **“os delitos proveem de uma causa comum (relação de dependência de causa idêntica), ou quando proveem um do outro (relação de causa e efeito), subdividindo-se cada uma dessas formas, segundo a causa, de que nasce a relação dos delitos, é imediata e direta, ou é ocasional, indireta, para oferecer, finalmente, este esquema”**, circunstância também presente no caso em voga.

Portanto, como dito, a **separação dos processos (malgrado ausência de identidade física dos autos) implica que se mantenha também este feito sob a Relatoria do Ministro Teori Zavascki.**

Já foi reconhecido pelo STF que a competência por conexão tem previsão legal específica (art. 76, I a III, do Código de Processo Penal) e visa a reunir em um só os processos conexos, de modo a racionalizar a apuração dos fatos, **evitar decisões contraditórias em situações correlatas, permitir a análise do processo com maior amplitude e, principalmente, facilitar a colheita do exame da prova.**

Mister insistir e repisar (por ser fundamental premissa) que a **unicidade de juízo (pela conexão) não implica necessariamente unicidade física (mesmos autos ou todos apensados fisicamente).** A eventual separação dos processos (especialmente pela conveniência da instrução – art. 80, CPP) mantém a unicidade de juízo, mas não de processo (físico). E com mais razão ainda quando, na sequência encadeada



dos fatos investigados, há demonstração de liame lógico entre tudo que apurado.

Neste sentido, inclusive, já decidiu o Plenário do STF, conforme ementa a seguir transcrita:

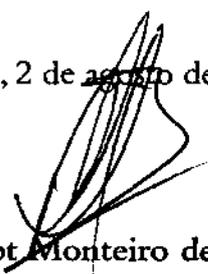
PREVENÇÃO. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. SÚMULA/STF 394. CANCELAMENTO. CONEXÃO ENTRE TRÊS AÇÕES PENAIS. ALEGAÇÃO DE OBRIGATORIEDADE DE REUNIÃO DE PROCESSOS AFASTADA. CPP, ART. 80. 1. Alegação de nulidade do julgamento de habeas corpus pelo TRF-3ª Região rejeitada, por não configurar a falta de sustentação oral violação ao princípio da ampla defesa, ante seu caráter facultativo. Ademais, encontrava-se presente à sessão outra advogada, igualmente constituída nos autos, com os mesmos poderes outorgados ao patrono ausente. 2. Prevento é o juízo da 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo, por ter, antes de qualquer outro, despachado, determinando a quebra do sigilo bancário de co-réus em processo conexo anterior, o que impede a livre distribuição de denúncias posteriores. Excluída a competência originária do STJ para proceder à perquirição, em razão da prerrogativa de função do réu, ante o cancelamento da Súmula/STF 394. 3. **Desde que submetidos ao mesmo juízo, pode o magistrado utilizar-se da faculdade de não reunir processos conexos, por força do que dispõe o art. 80 do CPP.** (HC 80717, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 13/06/2001, DJ 05-03-2004 PP-00015 EMENT VOL-02142-05 PP-00707)

Assim, os elementos de informação contidos no Inquérito 4.207 acima indicados e objeto de denúncia apontam crimes conexos ao objeto da investigação primária desenvolvida no âmbito da Operação Lava Jato, afetos ao Ministro Teori Zavascki.

5. Requerimentos

Pelo exposto, em relação aos nominados e aos fatos ora destacados na presente manifestação - *e sem prejuízo do que requerido no Inquérito 4.266 (manifestação n. 166502-2016), desmembramento parcial com remessa para a 13ª Vara Federal em Curitiba/PR* - o Procurador-Geral da República requer o indeferimento do pleito de declínio da competência do Inquérito 4.207 nos termos em que formulado.

Brasília (DF), 2 de agosto de 2016.



Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

INQUÉRITO

RELATOR: MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO

O Procurador-Geral da República requer a abertura de inquérito para investigar fatos relacionados a Michel Miguel Elias Temer Lulia, Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures.

Segundo narra, o Ministério Público Federal foi procurado por pessoas vinculadas à empresa J & F, alvo de diversas investigações, para entabular acordo de colaboração premiada.

Dentre eles, destacou-se, como possível colaborador, Joesley Mendonça Batista, presidente da J&F Investimentos S.A., que teria narrado em reunião preliminar, realizada em 07 de abril de 2017, a prática de fatos supostamente criminosos que teriam sido praticados pelo Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, pelo Senador da República Aécio Neves da Cunha e pelo Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures.

Ainda segundo o Procurador-Geral da República, Joesley Mendonça Batista, nessa reunião preliminar, entregou elementos de prova que dariam suporte às declarações prestadas, dentre eles, 4 (quatro) gravações em áudio por ele próprio efetuadas, contendo: (i) um diálogo mantido entre ele e o Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, provavelmente em 7 de março de 2017, por volta das 22h40min, no Palácio do Jaburu; (ii) um diálogo mantido entre ele e o Senador da República Aécio Neves da Cunha, provavelmente em 24 de

Supremo Tribunal Federal

março de 2017, no Hotel Unique, em São Paulo; (iii) dois diálogos mantidos entre ele e o Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures, o primeiro deles provavelmente em 13 de março de 2017 na residência de Joesley, em São Paulo, e o segundo provavelmente em 16 de março de 2017, na residência do referido deputado, em Brasília.

Além dos referidos indícios probatórios a embasar as declarações prestadas, segundo narrado na inicial, foram entregues à Procuradoria-Geral da República possíveis anexos da colaboração premiada pretendida, acompanhados de documentos de corroboração.

A despeito da fase preliminar de negociação do acordo de colaboração premiada, sustenta o Ministério Público Federal que a peculiaridade do caso em tela exige imediata instauração de investigação, pois ao contrário do que usualmente ocorre quando se está em fase preliminar de negociação, os fatos até o momento narrados dão conta de práticas supostamente criminosas cuja execução e exaurimento estão em curso ou estão prestes a ocorrer, o que torna obrigatória a pronta intervenção do Estado dirigida a cessar as condutas e investigá-las de forma eficaz.

Relata, na sequência, os fatos que entende configuradores de possíveis crimes praticados, nos seguintes termos:

II – Dos possíveis crimes praticados por autoridades com prerrogativa de foro

(...)

Conforme se depreende da gravação entregue e depoimento prestado pelo candidato a colaborador, o presidente MICHEL TEMER recebeu JOESLEY BATISTA no dia 07/03/2017, por volta das 22h40min, no Palácio do Jaburu, residência oficial do Vice-Presidente da República. Ao todo, conversaram por cerca de 30 minutos.

Pelo próprio áudio, é possível perceber que JOESLEY passa pela portaria sem se identificar e se dirige diretamente à garagem do Palácio. MICHEL TEMER e JOESLEY demonstram que já se conheciam anteriormente, com o registro de que a última vez que tinham se encontrado pessoalmente foi há mais de 10 meses, portanto antes de MICHEL TEMER assumir a Presidência da República (vide 04min50s – 07min18s).

D

Supremo Tribunal Federal

JOESLEY informa o motivo do encontro, a partir dos 8min15s. Diz ao presidente MICHEL TEMER que, antes, estava conversando com 'GEDDEL' (GEDDEL VIEIRA LIMA) e com 'PADILHA' (ELISEU LEMOS PADILHA) para tratar de assuntos do seu interesse e do grupo J&F. Em razão das investigações decorrentes da Lava Jato, gostaria de saber com quem deveria falar, quem seria o interlocutor do presidente.

Nesse contexto, é importante registrar que MICHEL TEMER, a partir dos 10min50s, quando JOESLEY fala que perdeu contato com GEDDEL em razão das investigações, demonstra preocupação, afirmando que 'é, tem que tomar cuidado. É complicado'. Logo em seguida, a partir dos 11min30s, os interlocutores tratam do ex-deputado EDUARDO CUNHA. JOESLEY afirma que tem procurado manter boa relação com o ex-deputado, mesmo após sua prisão. TEMER confirma a necessidade dessa boa relação: 'tem que manter isso, viu'. JOESLEY fala de propina paga 'todo mês, também' ao EDUARDO CUNHA, acerca da qual há a anuência do presidente.

A partir dos 16min, verifica-se que TEMER indica o deputado federal RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, a quem ele chama de RODRIGO, como pessoa de sua extrema confiança para tratar dos temas de interesse do JOESLEY. E ainda combinam manter, quando houver necessidade, a prática de encontros noturnos no Palácio do Jaburu, sem registros oficiais. TEMER afirma: 'fazemos como hoje (...) funcionou super bem'. JOESLEY responde: "verdade, verdade, venho umas dez e meia, conversamos um minutinho, uma meia horinha e vou embora".

(...)

No dia 13/03/2017, JOESLEY BATISTA recebeu RODRIGO LOURES na residência do primeiro no bairro Jardim Europa em São Paulo-SP.

Essa reunião tratou basicamente dos principais interesses políticos e comerciais de JOESLEY BATISTA perante o Governo Federal, cujos pontos foram aprofundados numa reunião seguinte com os mesmos interlocutores, bem como foram tratados assuntos relacionados a crimes que JOESLEY vem praticando para garantir a combinação de versões com alguns réus da Operação Lava Jato, bem como a compra do silêncio deles, por intermédio de pagamentos mensais.

Depois, a partir de 10min, JOESLEY menciona que tem algumas 'posições-chave' no CADE, na CVM, na Receita Federal, no Banco Central e na PFN, que precisam de pessoas que sejam capazes de resolver seus problemas, iniciando uma abordagem sobre sua agenda econômica que necessita, direta ou indiretamente, desses órgãos para resolver pendências ou auxiliar no destravamento de negócios de seu grupo econômico, como uma questão jurídica que se encontra no CADE que foi melhor detalhada na reunião seguinte na casa de RODRIGO,

Supremo Tribunal Federal

relacionada a sua EPE (Empresa Produtora de Energia) de Cuiabá, cuja decisão liminar deste órgão de controle da concorrência pode representar um ganho diário para JOESLEY de um milhão de reais e um ganho anual de R\$ 300 milhões de reais, cujo negócio, se fosse bem sucedido, poderia garantir uma propina de 5%.

Sobre as indicações para esses órgãos, RODRIGO LOURES, no minuto 16, oferta a JOESLEY BATISTA a possibilidade de levar algum nome indicado por ele para o conhecimento do Presidente da República. No contexto dessa conversa, pode-se extrair a real intenção sobre as preocupações nos nomes (15min30s):

JOESLEY - Eu só preciso é resolver meus problemas, se resolver, eu nem, só pra não confundir, as vezes, não é que eu, a eu gostaria que fosse João ou Pedro, João ou Pedro...

RODRIGO - O importante é que resolva.

JOESLEY - Resolve o problema, ae resolve, então pronto, é que eu tenho algumas questões a ser resolvida, e de repente já vamos chamar a ele e testar, falar ôô, ôô Fulano...

Durante todo o diálogo relacionado a agenda econômica do Grupo J&F, RODRIGO LOURES se mostra interessado e disponível para defender os interesses da empresa, inclusive apresentando nomes de pessoas com quem podia contar e estratégias de atuação. Mais que isso, conforme se verifica no Áudio 3, RODRIGO LOURES faz ligações telefônicas, na presença de JOESLEY, atuando diretamente com esses outros interlocutores para 'resolver' os problemas do grupo econômico.

Um ponto de destaque no Áudio 2, a partir de 36min20s, que neste momento é objeto da cominação de ação controlada e postulação de técnicas especiais de investigação, reside no fato de que JOESLEY comunica a RODRIGO LOURES uma preocupação com o levantamento do sigilo das colaborações premiadas dos executivos do Grupo Odebrecht, quando se trava um diálogo falando sobre a combinações de versões para defesa dos crimes revelados e, o que é mais grave, JOESLEY relata que vem pagando pela combinação de versões ou silêncio de LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA, ambos atualmente presos preventivamente. Ao final, falam sobre a anistia do Caixa 2 para resolver definitivamente esse problema:

RODRIGO - Como é que o ... não deixar rastros, né, você sabe disso e quanto esta temporada, enquanto não for levantada estas delações nós vamos ficar num campo complicado.

JOESLEY - Quando você acha que levanta?

RODRIGO - Agora.

JOESLEY - Agora o que? Uma semana, um mês ou três mês?



Supremo Tribunal Federal

RODRIGO – Eu acho que esta semana ainda não, muitos jornais estão dando que já é essa semana. Eu não acho, eu acho que essa que vem. A maior parte do levantamento do sigilo e...e agora é isso, fazer o que você está fazendo. Se você acha que tem uma porteira lá da fazenda que ficou aberta em algum lugar que precisa fechar, fecha.

JOESLEY – É o que estou fazendo.

RODRIGO – Se você tem uma cerca lá na mangueira que, que tá, se você botar uma pressão ela arrebenta, reforça.

JOESLEY – É o que eu tô fazendo.

RODRIGO – Mesmo que não precisa.

JOESLEY - Mesmo que não precisa. É isso que eu tô fazendo, que eu tô dando um double check em tudo por isso que eu chamei RICARDO de volta e disse: 'RICARDO, você vai pegar todo o processo eleitoral nosso, ver tudo o que você fez, que nós fizemos, do que é da tua parte, tal, tal, que nós temos que ir vendo'. Depois é o seguinte, ó, nós temos que dar uma explicação rápida a alguém, uma explicação rápida pra dar, nós não podemos pestanejar, dizer, ah, não sei, ou nós falar uma coisa e o outro falar outra. Exatamente isso.

RODRIGO – É, e aquilo que está documentado, está formalizado.

JOESLEY – E as partes falando a mesma..

RODRIGO – Mesma linguagem.

JOESLEY – Mesma língua e pronto. É o caso do Lúcio, Lúcio Funaro tá preso, já fui, já deu reportagem na Folha, no Estadão, o promotor me chama, a Polícia Federal me chama, não sei o que, eu tenho uma estória, tu conta, eu vou, pá, e pá, e pronto.

RODRIGO – E ele está alinhado?!

JOESLEY - E ele do outro lado também.

RODRIGO – Como é que está a cabeça dele neste momento? Como está a cabeça dele?

JOESLEY – Rodrigo...

RODRIGO – Eu não o conheço pessoalmente.

JOESLEY – Não? Então...ééé, isso eu vou falar o que eu acho, tá, porque também o cara tá lá, né? [preso] Nunca mais vi o cara na vida. Eu disse pra Michel, desde quando Eduardo foi preso e ele [Funaro], quem está segurando as pontas sou eu. Eu tô...

RODRIGO LOURES - Cuidando deles lá.

JOESLEY - Dos dois, tanto da família de um, quanto da família do outro. Isso aparentemente está...

RODRIGO LOURES – Estabilizou.

JOESLEY - Trazendo uma certa...De um lado é isso. Agora o que eu até comentei com Michel que o problema é o seguinte, ô, Rodrigo, a gente tem que pensar que essa situação não dá para o ficar o resto da vida. Um mês vai, dois mês, três meses, seis meses, mas vai chegando uma hora, que assim você vai indo, cê vai indo. Eu, por exemplo, estou tomando umas pancadas aí, mas eu estou me segurando. Eu acho que eu me blindei ali no primeiro

Supremo Tribunal Federal

estágio ali. Por enquanto, eu tô, enfim, mas é o tipo da situação que se não parar de bater, né? Vai batendo, vai batendo...

RODRIGO LOURES - Tem uma hora que machuca.

JOESLEY - Uma hora porra! Um hora, né, até essa parede aqui, se eu ficar batendo nela, batendo, dá uma hora eu derrubo ela, né? Então...quando estava o Geddel, tava aquela agenda do Caixa 2, do negócio da autoridade, tinha pelo menos uma luz, né. Agora, e aí nós estamos esperando o que agora? O Caixa 2 eu acho que não adianta mais nada, né, porque se o Caixa 1 é crime, o 2 vira 1, ficou inócua, né, essa medida, né? Quer dizer, é, ah o Caixa 2 não é 2, é 1! Não, mas o 1 é crime, então...

R - É mais ainda não consolidou.

JOESLEY - Isso, é.

R - Foram três ministros do pleno que julgaram dos onze. Ainda vai para...ainda não houve a...a confirmação dessa decisão, desse entendimento, é...mas o fato é que lá no Congresso depois esse episódio do [Valdir] Raulp aí, está todo mundo preparado...eu imagino que foi para aparecer rapidamente um texto, basicamente dizendo o seguinte: Olha aqui, o limite de velocidade até ontem era 80 km/h e agora hoje passou para 70, se ele mandar multa para todo mundo nós vamos rever isso até agora.

Como se vê, LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA continuam cometendo crimes, mesmo presos, para a manutenção dos interesses da Organização Criminosa, cuja principal intenção é a obstrução da Justiça.

(...)

Segundo se verifica na gravação entregue e no depoimento colhido, JOESLEY BATISTA se encontrou com RODRIGO LOURES na residência deste em Brasília, no dia 16/03/2017. A partir dos 05 min35s, JOESLEY explica que existe um 'inquérito administrativo' no CADE de seu interesse e, para tratar do tema, o advogado do caso teria uma reunião com o superintendente adjunto da autarquia, KENYS MENEZES MACHADO, em 20/03/2017. Nesse momento, menciona que foi formulado um pedido de medida preventiva à Superintendência-Geral do CADE.

Em síntese, a partir de 08min30s, JOESLEY explica que o Grupo J&F controla a EPE (Empresa Produtora de Energia) de Cuiabá, indústria termoeétrica, e que, em razão de uma possível prática anticompetitiva da PETROBRAS, relacionada à aquisição de gás natural na Bolívia, estaria tendo prejuízos. A PETROBRAS adquiriria todo o gás disponível na Bolívia para vender à EPE por um suposto preço abusivo.

O interesse de JOESLEY é no sentido de que a PETROBRAS ou não compre o gás (deixando que a EPE adquira diretamente dos fornecedores bolivianos) ou realize a venda para a EPE pelo mesmo preço de aquisição. Aos 11min50s, JOESLEY estima que estaria perdendo 1 milhão por dia em razão dessa possível conduta anticompetitiva da PETROBRAS. JOESLEY chega a fazer um cálculo rápido e estimar cerca de 300 milhões por ano de faturamento. Para resolver o problema, pede ajuda de RODRIGO LOURES.

Supremo Tribunal Federal

De imediato, RODRIGO LOURES se disponibiliza a ligar ou para o Superintendente-Geral do CADE, EDUARDO FRADE, ou para o presidente do CADE em exercício, GILVANDRO ARAÚJO. Inicialmente tenta falar com FRADE, que não pôde lhe atender naquele momento. Depois, pede para a secretária ligar para GILVANDRO.

Após o término da ligação, quando retorna a conversar apenas com JOESLEY, por volta dos 29min., RODRIGO afirma que GILVANDRO teria entendido o recado. Em seguida, JOESLEY oferece a RODRIGO, para a solução dessa questão, o montante de 5%, que é imediatamente aceito pelo deputado federal, que responde: 'Tudo bem, tudo bem'. Os interlocutores conversam, ainda, sobre outros temas antes de se despedirem.

(...)

Segundo se verifica na gravação entregue e no depoimento colhido, JOESLEY BATISTA encontrou-se com o Senador AÉCIO NEVES em 24/03/2017, por volta das 19h, no Hotel Unique.

Inicialmente, JOESLEY e AÉCIO tratam da operação deflagrada pela Polícia Federal 'Carne Fraca' e da votação no Superior Tribunal Eleitoral da cassação da chapa Dilma-Temer, proposta pelo PSDB. Em ambos os casos, AÉCIO menciona conversas com o presidente MICHEL TEMER sobre os temas, o que revela a proximidade entre o atual chefe do Poder Executivo e o Senador.

Sobre a 'Carne Fraca', AÉCIO comenta, aproximadamente aos 15min: 'confusão fila da puta. Eu estava falando com o TRABUCO hoje de manhã, fomos apertar o MICHEL agora, a Polícia Federal tinha que fazer uma meia culpa pública e pedir desculpa'. Sobre a ação eleitoral, também menciona conversa com o presidente MICHEL TEMER, relatando a JOESLEY: 'A Dilma caiu, a ação continuou, e ele quer que eu retire a ação, cara, só que se eu retirar, e não estou nem ai, eu não vou perder nada, o JANOT assume, o Ministério Público assume essa merda'.

Ao ser questionado pelo JOESLEY sobre a necessidade de parar com as investigações perpetradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, AÉCIO esclarece, a partir dos 17min50s, que a estratégia é 'cortar tudo pra trás'. Explica o senador a forma de operacionalizar isso: 'Tudo, acabar com todos esses crimes, de falsidade ideológica (...) o negócio grande não dá para assinar na surdina, tem que ser o seguinte, todo mundo assina, o PSDB vai assinar, o PT vai assinar, o PMDB vai assinar, estamos montando. A ideia é votar... porque o RODRIGO [MAIA]devolveu aquela tal das dez medidas, a gente vai votar naquelas dez medidas, naquela merda daquelas dez medidas, então essa porra. O que estou sentindo, estou trabalhando nisso igual um louco'.

Mais especificamente sobre a Lava Jato, o senador teria tentado organizar uma forma de impedir que as investigações avançassem, por meio da escolha dos delegados que conduziriam os inquéritos, direcionando as distribuições, mas isso não teria sido finalizado entre ele, o MICHEL TEMER e o ex-Ministro da Justiça e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, ALEXANDRE DE MORAES. A partir de 29min40s, AÉCIO comenta: '(...) O que vai

Supremo Tribunal Federal

acontecer agora, vai vir inquerito sobre uma porrada de gente, caralho, eles aqui são tão bunda mole, que eles não notaram o cara que vai distribuir os inqueritos para os delegados, você tem lá, sei lá, tem dois mil delegados na polícia federal, ai tem que escolher dez caras. O do MOREIRA, o que interessa a ele, sei lá, vai pro João, o do AÉCIO vai pro Zé. O outro filho da puta vai pro, foda-se, vai para o Marculino, nem isso conseguiram terminar, eu, o ALEXANDRE e o MICHEL'.

A partir de 33min10s, AÉCIO combina com JOESLEY uma forma de receber propina. JOESLEY menciona que esteve com a irmã do AÉCIO, ANDREA NEVES DA CUNHA, e ela teria pedido para JOESLEY pagar R\$ 2 milhões de reais, em favor de AÉCIO, a determinado advogado, que já trabalharia para o grupo empresarial de JOESLEY.

JOESLEY, entretanto, combina de pagar o valor de outra forma, em prestações de R\$ 500.000,00. Depois, AÉCIO discute com JOESLEY uma forma de pegar o dinheiro. AÉCIO sugere enviar FRED para receber o dinheiro. JOESLEY comenta: 'Se for o FRED, eu ponho um menino meu, se for você, sou eu. Eu só faço desse jeito, entre dois, só dá pra ser entre dois, não da pra ser...'. AÉCIO, apesar de concordar com a forma, demonstra preocupação e afirma: 'tem que ser um que a gente mate ele antes de fazer delação'.

(...)"

Ao fim, classifica o contexto fático como passível de subsunção provisória aos tipos de corrupção ativa por Joesley Batista (art. 333 do CP), corrupção passiva por Rodrigo Rocha Loures, Aécio Neves e Andrea Neves (art. 317 do CP).

Aduz, ainda, que:

"Os elementos de prova revelam também que alguns políticos continuam a utilizar a estrutura partidária e o cargo para cometerem crimes em prejuízo do Estado e da sociedade. Com o estabelecimento de tarefas definidas, o núcleo político promove interações diversas com agentes econômicos, com o objetivo de obter vantagens ilícitas, por meio da prática de crimes, sobretudo a corrupção.

Há, pois, também o indicativo da prática do delito de organização criminosa, previsto na Lei 12.850/2013

(...)

Existem, ainda, elementos que apontam para diversos atos realizados com o intuito de impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação dos crimes praticados. Depreende-se do material colhido que o pagamento de propinas ao ex-deputado federal EDUARDO CUNHA e ao doleiro LÚCIO FUNARO, mesmo depois dos mesmos estarem presos, tem, se não como motivação única, mas certamente principal, garantir o silêncio deles ou, ao menos, a combinação de versões.



Supremo Tribunal Federal

EDUARDO CUNHA, ex-deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados, era do mesmo partido do presidente da República, PMDB, e se tornou pública a tentativa de CUNHA arrolar o presidente da República como uma de suas testemunhas, fato reconhecido pelo próprio presidente como uma tentativa de constrangê-lo. Depreende-se dos elementos colhidos o interesse de TEMER em manter CUNHA controlado.

LÚCIO FUNARO é conhecido operador ligado ao PMDB da Câmara, especialmente ao ex-presidente Eduardo Cunha e, como já demonstrado à exaustão, dispõe de longa ficha criminal e intimidade com os esquemas ilícitos que gravitam em torno do poder político.

Além disso, verifica-se que AÉCIO NEVES, em articulação, dentre outros, com o presidente MICHEL TEMER, tem buscado impedir que as investigações da Lava Jato avancem, seja por meio de medidas legislativas, seja por meio do controle de indicação de delegados de polícia que conduzirão os inquéritos.

Dessa forma, vislumbra-se também a possível prática do crime de obstrução à Justiça previsto no §1º do art 2º da Lei 12.850/2013 (...)

Diante disso, requer:

(i) a distribuição do presente feito por conexão à PET 6122 e ao Inquérito 4326.

(ii) a instauração de inquérito sigiloso, com prazo inicial de 30 (trinta) dias, para investigação dos fatos acima descritos, com a subsequente e imediata remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República;

(iii) a juntada dos documentos que acompanham a presente petição.

(iv) em razão da sensibilidade do presente feito, requer seja determinada a restrição de acesso ao presente inquérito ao Delegado de Polícia Federal Joselio Azevedo de Sousa, que coordena as investigações relacionadas à Lava Jato que tramitam no STF, bem como aos policiais por ele indicados, sendo vedado o compartilhamento de qualquer informação relacionada à presente investigação a outras pessoas, ainda que se tratem de superiores hierárquicos.

Como sabido, apresentado o pedido de instauração de inquérito pelo Procurador-Geral da República, incumbe ao Relator deferir-lo, nos termos do art. 21, XV, do RISTF, não lhe competindo qualquer aprofundamento sobre o mérito das suspeitas indicadas, exceto se, a toda

Supremo Tribunal Federal

evidência, revelarem-se inteiramente infundadas, conforme as exceções elencadas nas letras "a" a "e", da norma regimental, as quais, registro, não se fazem presentes no caso.

Convém registrar, ainda e por pertinência, que a Corte Suprema, no âmbito de Repercussão Geral, deliberou que "*é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro*" (RE 583.937 QO-RG, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 18.12.2009). Desse modo, não há ilegalidade na consideração das 4 (quatro) gravações em áudios efetuadas pelo possível colaborador Joesley Mendonça Batista, as quais foram ratificadas e elucidadas em depoimento prestado perante o Ministério Público (em vídeo e por escrito), quando o referido interessado se fez, inclusive, acompanhado de seu defensor.

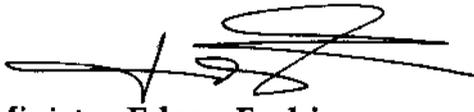
Sendo assim, desde logo **defiro em parte o pedido de instauração do inquérito** formulado em face dos apontados na inicial, exceto, por ora, no que diz respeito a Michel Miguel Elias Temer Lulia, Presidente da República.

Isso porque, diante da regra do art. 84, § 4º, da CR/88, o "*Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções*".

Compreendo que, apesar da narrativa fática apresentada, deve o Procurador-Geral da República, expressamente, manifestar-se sobre a não incidência da regra imunizante acima mencionada.

Dê-se ciência ao Procurador-Geral da República da presente decisão e aguarde-se a manifestação respectiva. Após deliberarei sobre os demais pedidos não deferidos expressamente na presente decisão.

Brasília, 10 de abril de 2017.


Ministro **Edson Fachin**
Relator



Supremo Tribunal Federal

144

SIGILOSO

MANDADO DE INTIMAÇÃO

INQUÉRITO
REQUERENTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

(Seção de Processos Originários Criminais)

O Ministro **EDSON FACHIN**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe,

MANDA

que o Oficial de Justiça, em cumprimento ao presente, **INTIME** o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador-Geral da República, ou a quem suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão de cópia em anexo.

Dado e passado no Supremo Tribunal Federal, em 10 de abril de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator



Supremo Tribunal Federal

SIGILOSO

MANDADO DE INTIMAÇÃO

INQUÉRITO
REQUERENTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Recebido em 10/4/17

(Seção de Processos Originários Criminais)

anf

O Ministro **EDSON FACHIN**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe,

MANDA

que o Oficial de Justiça, em cumprimento ao presente, **INTIME** o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador-Geral da República, ou a quem suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão de cópia em anexo.

Dado e passado no Supremo Tribunal Federal, em 10 de abril de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator

*Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária
Coordenadoria de Processamento Inicial*

Termo de recebimento e autuação

Estes autos foram recebidos e autuados nas datas e com as observações abaixo:

Inq nº 4483

PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM. : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
NÚMERO DO PROCESSO NA ORIGEM : 4483
AUTOR(A/S)(ES): SOB SIGILO
PROC.(A/S)(ES): SOB SIGILO

QTD.FOLHAS: 100 QTD.VOLUME: 1 QTD.APENSOS: 0

ASSUNTO:

DATA DE AUTUAÇÃO: 24/04/2017 - 17:21:33

Certidão de distribuição

Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos ao Senhor MIN. EDSON FACHIN, com a adoção dos seguintes parâmetros:

- Característica da distribuição:PREVENÇÃO DO RELATOR/SUCCESSOR
- Processo que Justifica a prevenção Relator/Sucessor: INQUÉRITO nº 4326
- Justificativa: RISTF, art. 69, caput

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 24/04/2017 - 17:28:00

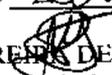
Brasília, 24 de Abril de 2017.

**Coordenadoria de Processamento Inicial
(documento eletrônico)**

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao (à) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ministro(a) Relator (a).

Brasília, 24 de abril de 2017.


PATRICIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Matrícula 1775

Certidão gerada em 24/04/2017 às 17:28:14.

Esta certidão pode ser validada em <https://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> com o seguinte código: COXXZ2NGW8G.

PATRICIAP, em 24/04/2017 às 17:52.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Nº 95054/2017 – GTLJ/PGR
Relator: Ministro Edson Fachin

Supremo Tribunal Federal

25/04/2017 14:24 0019873



SIGILOSO

PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGILOSO. PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO EM FACE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. FATOS PRATICADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO E RELACIONADOS À FUNÇÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE.

1. Requerimento de instauração de inquérito em face de pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função.
2. Prática, em tese, dos delitos de Corrupção Passiva (art. 317 CP), Constituição e Participação em Organização Criminosa (art. 2º Lei 12850/13) e Obstrução à investigação de Organização Criminosa (art. 2º, § 1º da Lei 12850/13).
3. Atos praticados, em tese, também pelo atual detentor do mandato de Presidente da República no exercício do mandato e em razão dele.
4. Não incidência da regra excepcional do § 4º do art. 86 da Constituição Federal.
5. Pela necessidade de instauração de inquérito em face do Presidente da República.

O Procurador-Geral da República vem, perante V. Exa., em resposta ao despacho de fls., manifestar-se nos seguintes termos.

Foi requerida em 07/04/2017 a instauração de inquérito sigiloso em face de autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função, pela possível prática dos crimes de corrupção passiva (art. 317 CP), constituição e participação em organização criminosa (art. 2º Lei 12850/13) e obstrução à investigação de organização criminosa (art. 2º, § 1º da Lei 12850/13).

Vossa Excelência, em despacho datado de 10/04/2017, verificando a menção à possível prática de atos delituosos pelo Presidente da República, solicitou manifestação expressa da Procuradoria-Geral da República acerca da incidência, ou não, do § 4º do art. 86 da Constituição Federal ao caso em apreço.

Com efeito, a regra base insculpida no citado art. 86 é a de que o Presidente da República, como qualquer outro cidadão ou autoridade, não está indene à sindicabilidade de seus atos pelos órgãos de persecução penal e do Poder Judiciário, observados os limites formais estabelecidos na própria Constituição.

Entretanto, o §4º do art. 86, estabelece regra excepcional, *verbis*: “*o presidente da República, na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções*”.

Sobre o dispositivo supratranscrito, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou da seguinte maneira, em caso da relatoria do eminente ministro Celso de Mello:

O art. 86, § 4º, da Constituição, ao outorgar privilégio de ordem político-funcional ao presidente da República, excluiu-o, durante a vigência de seu mandato – e por atos estranhos ao seu exercício –, da possibilidade de ser ele submetido, no plano judicial, a qualquer ação persecutória do Estado. A cláusula de exclusão inscrita nesse preceito da Carta Federal, ao inibir a atividade do Poder Público, em sede judicial, alcança as infrações penais comuns praticadas em momento anterior ao da investidura no cargo de chefe do Poder Executivo da União, bem assim aquelas praticadas na vigência do mandato, desde que estranhas ao ofício presidencial. A norma consubstanciada no art. 86, § 4º, da Constituição, reclama e impõe, em função de seu caráter excepcional, exegese estrita, do que deriva a sua inaplicabilidade a situações jurídicas de ordem extrapenal. O presidente da República não dispõe de imunidade, quer em face de ações judiciais que visem a definir-lhe a responsabilidade civil, quer em função de processos instaurados por suposta prática de infrações político-administrativas, quer, ainda, em virtude de procedimentos destinados a apurar, para efeitos estritamente fiscais, a sua responsabilidade tributária. A CB não consagrou, na regra



positivada em seu art. 86, § 4º, o princípio da irresponsabilidade penal absoluta do presidente da República. O chefe de Estado, nos ilícitos penais praticados *in officio* ou cometidos *propter officium*, poderá, ainda que vigente o mandato presidencial, sofrer a *persecutio criminis*, desde que obtida, previamente, a necessária autorização da Câmara dos Deputados. [Inq 672 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 16-9-1992, P, DJ de 16-4-1993.]

Em casos anteriores postos à análise desta Procuradoria-Geral da República, como é de conhecimento público - inclusive já em relação ao próprio atual detentor do mandato de Presidente da República¹ - reputou-se aplicável a regra excepcional do § 4º do art. 86 forte no entendimento de que os fatos em análises naqueles casos não estavam diretamente relacionados ao exercício do mandato.

A regra excepcional, contudo, não se coaduna ao presente caso.

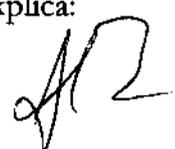
MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA tomou posse definitivamente como presidente da República em 31/08/2016². Os fatos objeto de investigação, conforme se depreende do relato detalhado constante na manifestação ministerial anterior, datam de, pelo menos, 07/03/2017, ou seja, são *concomitantes* ao exercício do mandato.

Mas não só. Como também se depreende do relato e das circunstâncias fáticas de tempo, modo e lugar descritas na petição de instauração, estão *diretamente relacionados ao exercício da função*. Nesse sentido, importante registrar que um dos delitos em tese cometidos é o de corrupção passiva, o qual, como é sabido, pressupõe justamente o exercício de cargo, emprego ou função pública por parte do agente (art. 327 do Código Penal).

Sobre o tema, o exmo. Ministro Gilmar Mendes, com apoio na lição do também exmo. Ministro Alexandre de Moraes, explica:

¹ Inq 4462.

² <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/08/michel-temer-toma-posse-como-presidente-da-republica>

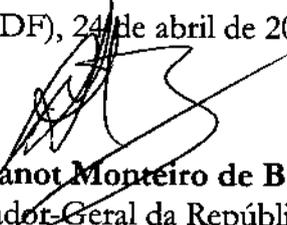


Nos casos de persecução criminal quanto a atos estranhos ao exercício do mandato, sejam atos anteriores ou não, impõe-se a suspensão provisória do processo, com a conseqüente suspensão do prazo prescricional. Todavia, em relação aos atos praticados no exercício da função ou em razão dele (*in officio* ou *propter officium*), o processo somente poderá ser instaurado após a licença da Câmara dos Deputados (...). **A simples abertura do inquérito prescinde até mesmo da autorização por parte da Câmara dos Deputados (grifo nosso).** Nesse sentido, Alexandre de Moraes explica que “a necessidade de licença não impede o inquérito policial, bem tampouco o oferecimento da denúncia, porém, apenas impede o seu recebimento, que é o primeiro ato de prosseguimento praticado pelo Supremo Tribunal Federal”³.

Portanto, com base nesses fundamentos, o Procurador-Geral da República reitera o requerimento de instauração de inquérito em face do presidente da República MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA manifestando-se pela inaplicabilidade ao caso do disposto no § 4º do art. 86 da Constituição Federal.

Em razão da sensibilidade da matéria, das circunstâncias dos delitos investigados, dos seus desdobramentos apuratórios e tratando o requerimento de instauração do mais alto magistrado da República, pugna novamente pela imposição ao presente Inquérito do mais estrito regime de sigilo, até eventual e ulterior deliberação de Vossa Excelência em sentido contrário.

Brasília (DF), 24 de abril de 2017.


Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

PA/EP

³ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, pp. 988/989.

Supremo Tribunal Federal

INQUÉRITO 4483

RELATOR: MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

O Procurador-Geral da República, às fls. 02-37, em data de 07.04.2017, requereu instauração de inquérito para investigar fatos relacionados a Michel Miguel Elias Temer Lulia, Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures.

Às fls. 134-143, deferi, em parte, em data de 10.04.2017, o pedido, para investigar os fatos narrados na inicial, exceto em relação a Michel Miguel Elias Temer Lulia, até que houvesse manifestação expressa por parte do Procurador-Geral da República a respeito da incidência ao caso da regra prevista no art. 84, § 4º, da Constituição Federal. Por essa razão, determinei retorno do tema à PGR a fim de ser cumprido o que assentei naquele despacho.

Às fls. 147-150, o Procurador-Geral da República reitera sua pretensão, em data de 25.04.2017, inclusive no que diz respeito ao Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, por entender inaplicável, no caso, a regra imunizante do art. 84, § 4º, da Constituição. Ali deduziu, por reiteração, os respectivos argumentos que estribam, no entender do Ministério Público Federal, a responsabilidade da pessoa ocupante do cargo de Presidente da República.

Considerando já ter sido instaurado o inquérito em relação aos demais suspeitos, em data de 10.04.2017, compete, nesse



Supremo Tribunal Federal

momento, analisar o pedido de instauração quanto aos fatos cuja suspeita de serem típicos são atribuídos ao Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia.

Como assinalei na decisão das fls. 02-37, o Procurador-Geral da República narrou ter sido procurado por pessoas vinculadas à empresa J&F, alvo de diversas investigações, para entabular acordo de colaboração premiada.

Dentre eles, segundo narra o MPF, destacou-se, como possível colaborador, Joesley Mendonça Batista, presidente da J&F Investimentos S.A., o qual narrou, em reunião preliminar realizada em 07 de abril de 2017, a prática de fatos supostamente criminosos por parte do Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, pelo Senador da República Aécio Neves da Cunha e pelo Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures.

Ainda segundo o Procurador-Geral da República, Joesley Mendonça Batista, nessa reunião preliminar, entregou elementos de prova que dariam suporte às suas declarações, dentre os quais, 4 (quatro) gravações em áudio por ele próprio efetuadas, contendo: (i) um diálogo mantido com o Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, provavelmente em 7 de março de 2017, por volta das 22h40min, no Palácio do Jaburu; (ii) um diálogo mantido com o Senador da República Aécio Neves da Cunha, provavelmente em 24 de março de 2017, no Hotel Unique, em São Paulo; (iii) dois diálogos com o Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures, o primeiro deles provavelmente em 13 de março de 2017 na residência de Joesley, em São Paulo, e o segundo provavelmente em 16 de março de 2017, na residência do referido deputado, em Brasília.

Além desses indícios probatórios a embasar as declarações prestadas, segundo narrado na inicial, foram entregues à Procuradoria-Geral da República possíveis anexos dos termos de

depoimento objeto do acordo de colaboração premiada pretendido, acompanhados de documentos de corroboração.

A despeito da fase preliminar de negociação do acordo de colaboração premiada, sustenta o Ministério Público Federal que a peculiaridade do caso em tela exige a imediata instauração de investigação, pois, ao contrário do que usualmente ocorre quando se está em fase preliminar de negociação, os fatos até o momento narrados dão conta de práticas supostamente criminosas cuja execução e exaurimento (em relação a um ou mais suspeitos) estão em curso ou prestes a ocorrer, tornando obrigatória a pronta intervenção do Estado dirigida a cessar as condutas e investigá-las de forma eficaz.

No que tange às supostas práticas típicas atribuídas ao Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, o Procurador-Geral da República relata os fatos que, em tese, podem configurar crimes (e aqui se reproduz "in verbis"):

II – Dos possíveis crimes praticados por autoridades com prerrogativa de foro

(...)

Conforme se depreende da gravação entregue e depoimento prestado pelo candidato a colaborador, o presidente MICHEL TEMER recebeu JOESLEY BATISTA no dia 07/03/2017, por volta das 22h40min, no Palácio do Jaburu, residência oficial do Vice-Presidente da República. Ao todo, conversaram por cerca de 30 minutos.

Pelo próprio áudio, é possível perceber que JOESLEY passa pela portaria sem se identificar e se dirige diretamente à garagem do Palácio. MICHEL TEMER e JOESLEY demonstram que já se conheciam anteriormente, com o registro de que a última vez que tinham se encontrado pessoalmente foi há mais de 10 meses, portanto antes de MICHEL TEMER assumir a Presidência da República (vide 04min50s – 07min18s).

Supremo Tribunal Federal

JOESLEY informa o motivo do encontro, a partir dos 8min15s. Diz ao presidente MICHEL TEMER que, antes, estava conversando com 'GEDDEL' (GEDDEL VIEIRA LIMA) e com 'PADILHA' (ELISEU LEMOS PADILHA) para tratar de assuntos do seu interesse e do grupo J&F. Em razão das investigações decorrentes da Lava Jato, gostaria de saber com quem deveria falar, quem seria o interlocutor do presidente.

Nesse contexto, é importante registrar que MICHEL TEMER, a partir dos 10min50s, quando JOESLEY fala que perdeu contato com GEDDEL em razão das investigações, demonstra preocupação, afirmando que 'é, tem que tomar cuidado. É complicado'. Logo em seguida, a partir dos 11min30s, os interlocutores tratam do ex-deputado EDUARDO CUNHA. JOESLEY afirma que tem procurado manter boa relação com o ex-deputado, mesmo após sua prisão. TEMER confirma a necessidade dessa boa relação: 'tem que manter isso, viu'. JOESLEY fala de propina paga 'todo mês, também' ao EDUARDO CUNHA, acerca da qual há a anuência do presidente.

A partir dos 16min, verifica-se que TEMER indica o deputado federal RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, a quem ele chama de RODRIGO, como pessoa de sua extrema confiança para tratar dos temas de interesse do JOESLEY. E ainda combinam manter, quando houver necessidade, a prática de encontros noturnos no Palácio do Jaburu, sem registros oficiais. TEMER afirma: 'fazemos como hoje (...) funcionou super bem'. JOESLEY responde: "verdade, verdade, venho umas dez e meia, conversamos um minutinho, uma meia horinha e vou embora'.

(...)

No dia 13/03/2017, JOESLEY BATISTA recebeu RODRIGO LOURES na residência do primeiro no bairro Jardim Europa em São Paulo-SP.

Essa reunião tratou basicamente dos principais interesses políticos e comerciais de JOESLEY BATISTA perante o Governo Federal, cujos pontos foram aprofundados numa reunião seguinte com os mesmos interlocutores, bem como foram tratados assuntos relacionados a crimes que JOESLEY vem praticando para garantir a combinação de versões com

Supremo Tribunal Federal

alguns réus da Operação Lava Jato, bem como a compra do silêncio deles, por intermédio de pagamentos mensais.

Depois, a partir de 10min, JOESLEY menciona que tem algumas 'posições-chave' no CADE, na CVM, na Receita Federal, no Banco Central e na PFN, que precisam de pessoas que sejam capazes de resolver seus problemas, iniciando uma abordagem sobre sua agenda econômica que necessita, direta ou indiretamente, desses órgãos para resolver pendências ou auxiliar no destravamento de negócios de seu grupo econômico, como uma questão jurídica que se encontra no CADE que foi melhor detalhada na reunião seguinte na casa de RODRIGO, relacionada a sua EPE (Empresa Produtora de Energia) de Cuiabá, cuja decisão liminar deste órgão de controle da concorrência pode representar um ganho diário para JOESLEY de um milhão de reais e um ganho anual de R\$ 300 milhões de reais, cujo negócio, se fosse bem sucedido, poderia garantir uma propina de 5%.

Sobre as indicações para esses órgãos, RODRIGO LOURES, no minuto 16, oferta a JOESLEY BATISTA a possibilidade de levar algum nome indicado por ele para o conhecimento do Presidente da República. No contexto dessa conversa, pode-se extrair a real intenção sobre as preocupações nos nomes (15min30s):

JOESLEY - Eu só preciso é resolver meus problemas, se resolver, eu nem, só pra não confundir, as vezes, não é que eu, a eu gostaria que fosse João ou Pedro, João ou Pedro...

RODRIGO - O importante é que resolva.

JOESLEY - Resolve o problema, ae resolve, então pronto, é que eu tenho algumas questões a ser resolvida, e de repente já vamos chamar a ele e testar, falar ôô, ôô Fulano...

Durante todo o diálogo relacionado a agenda econômica do Grupo J&F, RODRIGO LOURES se mostra interessado e disponível para defender os interesses da empresa, inclusive apresentando nomes de pessoas com quem podia contar e estratégias de atuação. Mais que isso, conforme se verifica no Áudio 3, RODRIGO LOURES faz ligações telefônicas, na presença de JOESLEY, atuando diretamente com esses outros interlocutores para 'resolver' os problemas do grupo econômico.

Supremo Tribunal Federal

Um ponto de destaque no Áudio 2, a partir de 36min20s, que neste momento é objeto da cominação de ação controlada e postulação de técnicas especiais de investigação, reside no fato de que JOESLEY comunica a RODRIGO LOURES uma preocupação com o levantamento do sigilo das colaborações premiadas dos executivos do Grupo Odebrecht, quando se trava um diálogo falando sobre a combinações de versões para defesa dos crimes revelados e, o que é mais grave, JOESLEY relata que vem pagando pela combinação de versões ou silêncio de LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA, ambos atualmente presos preventivamente. Ao final, falam sobre a anistia do Caixa 2 para resolver definitivamente esse problema:

RODRIGO – Como é que o ... não deixar rastros, né, você sabe disso e quanto esta temporada, enquanto não for levantada estas delações nós vamos ficar num campo complicado.

JOESLEY – Quando você acha que levanta?

RODRIGO – Agora.

JOESLEY - Agora o que? Uma semana, um mês ou três meses?

RODRIGO – Eu acho que esta semana ainda não, muitos jornais estão dando que já é essa semana. Eu não acho, eu acho que essa que vem. A maior parte do levantamento do sigilo e...e agora é isso, fazer o que você está fazendo. Se você acha que tem uma porteira lá da fazenda que ficou aberta em algum lugar que precisa fechar, fecha.

JOESLEY – É o que estou fazendo.

RODRIGO – Se você tem uma cerca lá na mangueira que, que tá, se você botar uma pressão ela arrebenta, reforça.

JOESLEY – É o que eu tô fazendo.

RODRIGO – Mesmo que não precisa.

JOESLEY - Mesmo que não precisa. É isso que eu tô fazendo, que eu tô dando um double check em tudo por isso que eu chamei RICARDO de volta e disse: 'RICARDO, você vai pegar todo o processo eleitoral nosso, ver tudo o que você fez, que nós fizemos, do que é da tua parte, tal, tal, que nós temos que ir vendo'. Depois é o seguinte, ó, nós temos que dar uma explicação rápida a alguém, uma explicação rápida pra dar, nós não podemos pestanejar, dizer, ah, não sei, ou nós falar uma coisa e o outro falar outra. Exatamente isso.

RODRIGO – É, e aquilo que está documentado, está formalizado.

JOESLEY – E as partes falando a mesma..

RODRIGO – Mesma linguagem.

JOESLEY – Mesma língua e pronto. É o caso do Lúcio, Lúcio Funaro tá preso, já fui, já deu reportagem na Folha, no Estadão, o promotor me chama, a Polícia Federal me chama, não sei o que, eu tenho uma estória, tu conta, eu vou, pá, e pá, e pronto.

RODRIGO – E ele está alinhado?!

JOESLEY - E ele do outro lado também.

RODRIGO – Como é que está a cabeça dele neste momento? Como está a cabeça dele?

JOESLEY – Rodrigo...

RODRIGO – Eu não o conheço pessoalmente.

JOESLEY – Não? Então...ééé, isso eu vou falar o que eu acho, tá, porque também o cara tá lá, né? [preso] Nunca mais vi o cara na vida. Eu disse pra Michel, desde quando Eduardo foi preso e ele [Funaro], quem está segurando as pontas sou eu. Eu tô...

RODRIGO LOURES - Cuidando deles lá.

JOESLEY - Dos dois, tanto da família de um, quanto da família do outro. Isso aparentemente está...

RODRIGO LOURES – Estabilizou.

JOESLEY - Trazendo uma certa...De um lado é isso. Agora o que eu até comentei com Michel que o problema é o seguinte, ô, Rodrigo, a gente tem que pensar que essa situação não dá para o ficar o resto da vida. Um mês vai, dois mês, três meses, seis meses, mas vai chegando uma hora, que assim você vai indo, cê vai indo. Eu, por exemplo, estou tomando umas pancadas aí, mas eu estou me segurando. Eu acho que eu me blindei ali no primeiro estágio ali. Por enquanto, eu tô, enfim, mas é o tipo da situação que se não parar de bater, né? Vai batendo, vai batendo...

RODRIGO LOURES - Tem uma hora que machuca.

JOESLEY - Uma hora porra! Um hora, né, até essa parede aqui, se eu ficar batendo nela, batendo, dá uma hora eu derrubo ela, né? Então...quando estava o Geddel, tava aquela agenda do Caixa 2, do negócio da autoridade, tinha pelo menos uma luz, né. Agora, e aí nós estamos esperando o que agora? O Caixa 2 eu acho que não adianta mais nada, né,

Supremo Tribunal Federal

porque se o Caixa 1 é crime, o 2 vira 1, ficou inócua, né, essa medida, né? Quer dizer, é, ah o Caixa 2 não é 2, é 1! Não, mas o 1 é crime, então...

R – É mais ainda não consolidou.

JOESLEY – Isso, é.

R – Foram três ministros do pleno que julgaram dos onze. Ainda vai para...ainda não houve a...a confirmação dessa decisão, desse entendimento, é...mas o fato é que lá no Congresso depois esse episódio do [Valdir] Raulp aí, está todo mundo preparado...eu imagino que foi para aparecer rapidamente um texto, basicamente dizendo o seguinte: Olha aqui, o limite de velocidade até ontem era 80 km/h e agora hoje passou para 70, se ele mandar multa para todo mundo nós vamos rever isso até agora.

Como se vê, LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA continuam cometendo crimes, mesmo presos, para a manutenção dos interesses da Organização Criminosa, cuja principal intenção é a obstrução da Justiça.

(...)

Segundo se verifica na gravação entregue e no depoimento colhido, JOESLEY BATISTA se encontrou com RODRIGO LOURES na residência deste em Brasília, no dia 16/03/2017. A partir dos 05 min35s, JOESLEY explica que existe um 'inquérito administrativo' no CADE de seu interesse e, para tratar do tema, o advogado do caso teria uma reunião com o superintendente adjunto da autarquia, KENYS MENEZES MACHADO, em 20/03/2017. Nesse momento, menciona que foi formulado um pedido de medida preventiva à Superintendência-Geral do CADE.

Em síntese, a partir de 08min30s, JOESLEY explica que o Grupo J&F controla a EPE (Empresa Produtora de Energia) de Cuiabá, indústria termoelétrica, e que, em razão de uma possível prática anticompetitiva da PETROBRAS, relacionada à aquisição de gás natural na Bolívia, estaria tendo prejuízos. A PETROBRAS adquiriria todo o gás disponível na Bolívia para vender à EPE por um suposto preço abusivo.

O interesse de JOESLEY é no sentido de que a PETROBRAS ou não compre o gás (deixando que a EPE adquira diretamente dos fornecedores bolivianos) ou realize a venda para a EPE pelo mesmo preço de aquisição. Aos 11min50s, JOESLEY estima que estaria perdendo 1 milhão por dia em razão dessa possível conduta anticompetitiva da PETROBRAS. JOESLEY chega a fazer um cálculo

rápido e estimar cerca de 300 milhões por ano de faturamento. Para resolver o problema, pede ajuda de RODRIGO LOURES.

De imediato, RODRIGO LOURES se disponibiliza a ligar ou para o Superintendente-Geral do CADE, EDUARDO FRADE, ou para o presidente do CADE em exercício, GILVANDRO ARAÚJO. Inicialmente tenta falar com FRADE, que não pôde lhe atender naquele momento. Depois, pede para a secretária ligar para GILVANDRO.

Após o término da ligação, quando retorna a conversar apenas com JOESLEY, por volta dos 29min., RODRIGO afirma que GILVANDRO teria entendido o recado. Em seguida, JOESLEY oferece a RODRIGO, para a solução dessa questão, o montante de 5%, que é imediatamente aceito pelo deputado federal, que responde: 'Tudo bem, tudo bem'. Os interlocutores conversam, ainda, sobre outros temas antes de se despedirem.

O Procurador-Geral da República, menciona, ainda, depoimento prestado por Joesley Mendonça Batista, cujo termo se encontra nas fls. 42-51, em que explicita detalhes a respeito do áudio contendo o diálogo com o Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia. No que importa mais a essa deliberação, destaco os seguintes trechos do referido depoimento:

(...) "que sobre as gravações que ora fornece ao Ministério Público, tem a explicar que conheceu MICHEL TEMER há cinco ou seis anos; que a primeira gravação tem ele como interlocutor, que o conheceu por meio de WAGNER ROSSI, Ministro nomeado por ele; que sempre teve relação direta com TEMER, falando com ele por mensagens, em escritório deste em São Paulo; que GEDDEL VIEIRA LIMA o procurou após TEMER se tornar Presidente em razão da agenda deste; que as demandas dele foram através de GEDDEL ao TEMER; que depois que GEDDEL saiu do cargo de Ministro não falou mais com ele; que por isso procurou RODRIGO ROCHA LOURES, (...); que falou com RODRIGO sobre a necessidade de falar com MICHEL TEMER, que RODRIGO chegou a ligar para o depoente informando que MICHEL TEMER tinha lhe telefonado naquela mesma tarde; que no dia seguinte se encontrou com RODRIGO no Hotel FASANO do centro de São Paulo, às 12:15 no

Supremo Tribunal Federal

lobby do hotel; que apenas pediu para falar com TEMER porque não sabia o que poderia conversar com RODRIGO, que no dia seguinte, uma terça à noite, falou com TEMER no JABURU; que nesse dia no encontro com RODRIGO não falou sobre o que seria o assunto do encontro já que não confiava em RODRIGO; que RODRIGO tentou descobrir assunto; que falou ao telefone 4/3/17, tendo o encontro ocorrido com RODRIGO em 6/3/17 e com TEMER no dia 7/3/17; que RODRIGO disse que depois disso se encontrou com RODRIGO mais duas vezes, dias 13/3 e 16/3; que falou com TEMER sobre FUNARO e CUNHA que EDUARDO CUNHA, TEMER e outros membros compõem o esquema do PMDB da Câmara; que paga mensalidade para o FUNARO até hoje que depois que CUNHA foi preso pagou R\$ 5 milhões de "saldo da propina"; que R\$ 20 milhões devia pela tramitação de lei sobre a desoneração tributária do setor de frango; que falou a TEMER sobre o fim do pagamento a CUNHA e que pagava ainda R\$ 400 mil a FUNARO de mensalidade e TEMER disse que era importante continuar, que a propina do FI-FGTS já tinha sido paga a CUNHA através de FUNARO, na chamada planilha do LÚCIO; que continua pagando ao FUNARO R\$ 400 mil para garantir o silêncio dele e de CUNHA que sempre recebeu sinais claros que era importante manter financeiramente ambos e as famílias, inicialmente por GEDDEL VIEIRA LIMA e depois por MICHEL TEMER (...); na segunda parte da conversa perguntou a TEMER quem seria o interlocutor; que após a saída de GEDDEL e TEMER disse que seria RODRIGO ROCHA LOURES, o qual, segundo TEMER, é de sua mais estrita confiança; que o depoente adiantou os assuntos que trataria sobre CADE, CVM, BNDES; que sobre o BNDES TEMER intercedeu pessoalmente a favor do grupo do depoente, segundo ele afirmou, tendo falado com a Presidenta, o que foi infrutífero, que no CADE tentou falar sobre a importância de ter um presidente aliado ao governo; que a Presidência do CADE está aberta; que TEMER falou que teria uma pessoa com a qual pode ter "conversa franca", que na CVM também haverá troca de presidente e o depoente disse da importância de ter alguém aliado com o governo; que o depoente

Supremo Tribunal Federal

também perguntou sobre a Receita Federal e HENRIQUE MEIRELES; que já teve oportunidade de reivindicar assuntos a HENRIQUE MEIRELES, que não o atendeu em nada; que disse a TEMER que deveria ter algum modo de HENRIQUE MEIRELES atender a seu pedido; que TEMER disse que poderia falar com HENRIQUE MEIRELES e lhe comunicar depois do assunto, que TEMER faria ser atendido o pleito; que basicamente foram esses assuntos; que foi atendido no porão do Palácio do Jaburu, sem precisar dar o nome para registro, tendo apenas falado que era o "RODRIGO"; que gravou essa reunião com TEMER e com RODRIGO, mas não imaginava ter que usar"

São, pois, como assentado, trechos de depoimento prestado perante o Ministério Público Federal, cuja íntegra se encontra nos autos às fls. 42-51.

Aduz, ainda, o Sr. Procurador-Geral da República que que:

"Os elementos de prova revelam também que alguns políticos continuam a utilizar a estrutura partidária e o cargo para cometerem crimes em prejuízo do Estado e da sociedade. Com o estabelecimento de tarefas definidas, o núcleo político promove interações diversas com agentes econômicos, com o objetivo de obter vantagens ilícitas, por meio da prática de crimes, sobretudo a corrupção.

Há, pois, também o indicativo da prática do delito de organização criminosa, previsto na Lei 12.850/2013

(...)

Existem, ainda, elementos que apontam para diversos atos realizados com o intuito de impedir ou, de qualquer forma,

embaraçar a investigação dos crimes praticados. Depreende-se do material colhido que o pagamento de propinas ao ex-deputado federal EDUARDO CUNHA e ao doleiro LÚCIO FUNARO, mesmo depois dos mesmos estarem presos, tem, se não como motivação única, mas certamente principal, garantir o silêncio deles ou, ao menos, a combinação de versões.

EDUARDO CUNHA, ex-deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados, era do mesmo partido do presidente da República, PMDB, e se tornou pública a tentativa de CUNHA arrolar o presidente da República como uma de suas testemunhas, fato reconhecido pelo próprio presidente como uma tentativa de constrangê-lo. Depreende-se dos elementos colhidos o interesse de TEMER em manter CUNHA controlado.

LÚCIO FUNARO é conhecido operador ligado ao PMDB da Câmara, especialmente ao ex-presidente Eduardo Cunha e, como já demonstrado à exaustão, dispõe de longa ficha criminal e intimidade com os esquemas ilícitos que gravitam em torno do poder político.

Além disso, verifica-se que AÉCIO NEVES, em articulação, dentre outros, com o presidente MICHEL TEMER, tem buscado impedir que as investigações da Lava Jato avancem, seja por meio de medidas legislativas, seja por meio do controle de indicação de delegados de polícia que conduzirão os inquéritos.

Dessa forma, vislumbra-se também a possível prática do crime de obstrução à Justiça previsto no §1º do art 2º da Lei 12.850/2013 (...)

Ao se manifestar sobre a não incidência, ao caso em exame, da regra imunizante do art. 84, § 4º, da CR, às fls. 149-150 o Procurador Geral da República assim sintetiza sua promoção:

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA tomou posse definitivamente como presidente da República em 31/08/2016. Os fatos objeto de investigação, conforme se depreende do relato detalhado constante na manifestação ministerial anterior, datam de, pelo menos, 07/03/2017, ou seja, são concomitantes ao exercício do mandato.

Mas não só. Como se depreende do relato e das circunstâncias fáticas de tempo, modo e lugar descritas na petição de instauração, estão diretamente relacionados ao exercício da função. Nesse sentido, importante registrar que um dos delitos em tese cometidos é o de corrupção passiva, o qual, como é sabido, pressupõe justamente o exercício de cargo, emprego ou função por parte do agente (art. 327 do Código Penal).

Sobre o tema, o exmo. Ministro Gilmar Mendes, com apoio na lição do também exmo. Ministro Alexandre de Moraes, explica:

Nos caso de persecução criminal quanto a atos estranhos ao exercício do mandato, sejam atos anteriores ou não, impõe-se a suspensão provisória do processo, com a conseqüente suspensão do prazo prescricional. Todavia, em relação aos atos praticados no exercício da função ou em razão dele (in officio ou propter officium), o processo somente poderá ser instaurado após a licença da Câmara dos Deputados (...) **A simples abertura do inquérito prescinde até mesmo da autorização por parte da Câmara dos Deputados (grifo nosso).** Nesse sentido, Alexandre de Moraes explica que a necessidade de licença não impede o inquérito policial, bem tampouco o oferecimento da denúncia, porém, apenas impede o seu recebimento, o que é o primeiro ato de prosseguimento praticado pelo Supremo Tribunal Federal

Portanto, com base nesses fundamentos, o Procurador-Geral da República reitera o requerimento de instauração de inquérito em face do presidente da República MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER

Supremo Tribunal Federal

LULIA manifestando-se pela inaplicabilidade ao caso do disposto no § 4º do art. 86 da Constituição Federal.

Decido.

Como sabido, apresentado o pedido de instauração de inquérito pelo Procurador-Geral da República, incumbe ao Relator deferi-lo, nos termos do art. 21, XV, do RISTF, não lhe competindo qualquer aprofundamento sobre o mérito das suspeitas indicadas, exceto se, a toda evidência, revelarem-se inteiramente infundadas, conforme as exceções elencadas nas letras "a" a "e" da norma regimental (quais sejam: a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade; o fato narrado evidentemente não constitui crime; extinta a punibilidade do agente; ou ausência de indícios mínimos de autoria ou materialidade), as quais, registro, não se fazem presentes no caso.

Convém registrar, por pertinência à questão aqui apreciada, que a Corte Suprema, no âmbito de Repercussão Geral, deliberou que *"é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro"* (RE 583.937 QO-RG, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 18.12.2009). Desse modo, não há ilegalidade na consideração das 4 (quatro) gravações em áudios efetuadas pelo possível colaborador Joesley Mendonça Batista, as quais foram ratificadas e elucidadas em depoimento prestado perante o Ministério Público (registrado em vídeo e por escrito), quando o referido interessado se fez, inclusive, acompanhado de seu defensor.

Depreende-se que os fatos, cuja apuração se pretende, encontram-se temporalmente situados quando do exercício do mandato de Presidente da República, bem como detêm relação ao exercício dessas funções.



Supremo Tribunal Federal

É de sustento constitucional a hermenêutica segundo a qual eventual investigação do Presidente da República não afronta a Constituição Federal. A imunidade temporária vertida no texto constitucional se alça a obstar investigação do Presidente por atos estranhos ao exercício das funções; mesmo nessa hipótese (a de atos estranhos ao exercício das funções) caberia, em tese, consoante determinada interpretação, proceder a investigação a fim de, por exemplo, evitar dissipação de provas, valendo aquela proteção constitucional contra a responsabilização apenas, e não em face da investigação criminal em si. No presente caso, o Procurador-Geral da República apresenta pedido para instaurar investigação por atos que entende diretamente vinculados ao exercício das funções. Tal afirmação há de ser posta à prova, e *opportuno tempore*, à luz das garantias processuais constitucionais; nada obstante, considerando a inequívoca legitimidade do Ministério Público, diante do que narra o MPF e do que pede expressamente o PGR, até mesmo por reiteração, impende acolher o intento ministerial de investigar, isto é, perquirir, colher elementos, inquirir, enfim reunir dados que ensejem a formação da *opinio delicti*, levando, ulteriormente, ao pedido de arquivamento do próprio inquérito ou a propositura da ação penal com oferta da respectiva denúncia. Tal proceder revela, então, possibilidades e limites, isentos de qualquer final certeza. Essa ausência é cabalmente demonstrada quando até mesmo, em certas hipóteses, é dispensável o inquérito se o MP já dispuser de elementos capazes de formar sua *opinio delicti*. Quando não dispõe de tais elementos, impõe-se, como regra é o caminho do perquirir, a instauração de inquérito.

Somente ao depois será examinado se existem ou não indícios mínimos suficientes a embasar pleito de promoção da ação penal cabível. O que põe, por agora, é apurar fatos sob suspeição; nada que, nesse passo, corresponda a mais do que investigar fatos que



Supremo Tribunal Federal

serão ou não comprovados. Será este o ônus que compete verificar se dele o MPF se desincumbirá, com auxílios e instrumentos na estrita legalidade, que, sob o devido zelo, contará para tal fim, em toda a extensão dos fatos indicados, sem exceções.

Nessa linha, registro que, ainda que a instauração de inquérito se destine a apurar fatos sobre os quais recai suspeita de tipicidade, isso não implica, por evidente, nesse passo, qualquer responsabilização do investigado.

Sendo assim, **defiro o pedido de instauração do inquérito** formulado também em face de Michel Miguel Elias Temer Lulia.

Mantenha-se até ulterior deliberação, nos termos legais e regimentais, integral sigilo.

Intime-se o Procurador-Geral da República da presente decisão.

Brasília, 02 de maio de 2017.



Ministro Edson Fachin

Relator



Supremo Tribunal Federal

SIGILOSO

MANDADO DE INTIMAÇÃO

INQUÉRITO 4483
REQUERENTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

(Seção de Processos Originários Criminais)

O Ministro **EDSON FACHIN**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe,

MANDA

que o Oficial de Justiça, em cumprimento ao presente, **INTIME** o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador-Geral da República, ou a quem suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão de cópia em anexo.

Dado e passado no Supremo Tribunal Federal, em 03 de maio de 2017.

Ministro EDSON FACHIN
Relator



Supremo Tribunal Federal

168
2
SIGILOSO

MANDADO DE INTIMAÇÃO

INQUÉRITO 4483
REQUERENTE:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Recebido em 3/5/17
bmf

(Seção de Processos Originários Criminais)

O Ministro **EDSON FACHIN**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe,

MANDA

que o Oficial de Justiça, em cumprimento ao presente, **INTIME** o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador-Geral da República, ou a quem suas vezes fizer, do inteiro teor do(a) despacho/decisão de cópia em anexo.

Dado e passado no Supremo Tribunal Federal, em 03 de maio de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator

Supremo Tribunal Federal

Secretaria Judiciária

CERTIDÃO

Inquérito nº 4483

Certifico que, nesta data, nas dependências do gabinete do Exmo. Sr. Min. Relator, recebi o processo indicado em epígrafe, sem decisão.

Certifico, ademais, que procedi à regularização da numeração dos autos.

Certifico, ainda, que em cumprimento às decisões proferida nas Ações Cautelares nº 4324; 4325; 4326; 4327; 4328; 4329; procedi à retificação da autuação destes autos para retirar-lhe o grau de sigilo.

Certifico, por fim, que apensei as referidas Ações Cautelares, bem assim as de nº 4315 e 4316, a este Inquérito.

Brasília, 18 de maio de 2017.


Patrícia Pereira de Moura Martins – Mat. 1775

770.f

Supremo Tribunal Federal

18/05/2017 16:19 0025142



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Brasília, 18 de maio de 2017

A Sua Excelência o Senhor
EDSON FACHIN
Ministério do Supremo Tribunal Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF

Resposta do Sr. Fachin:
R. nesta data.
Tendo em vista o levantamento
de sigilo de todos os procedi-
mentos em tela, deferir o pedido
do Sr. de ciência de imediato.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Ao tempo em que o cumprimento, e considerando a vedação da imprensa nacional da notícia de que o Presidente da República teria sido alvo de interceptação ambiental ilícita, cujo teor se encontra custodiado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, sirvo-me do presente para solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de disponibilizar acesso integral e irrestrito ao conteúdo de toda e qualquer gravação que tenha o Presidente da República como interlocutor.

O pedido que ora dirijo a Vossa Excelência é medida que se impõe a fim de que possa desempenhar com plenitude os graves encargos de que me são impostos pela Constituição da República no exercício da Presidência do país.

Nesse sentido, além do texto constitucional atribuir ao Presidente da República a obrigatoriedade de promover o bem geral do povo brasileiro, o que somente se torna possível mediante o pleno e regular funcionamento das instituições republicanas, é de fato o maior mandatário do país e a autoridade a quem se impõe a responsabilidade de prestar amplo e constante esclarecimento acerca de seu exercício funcional. Daí porque não lhe é permitido deixar a nação, sob sua liderança, sofrer as consequências negativas de ilações e acusações infundadas e formuladas por pessoa sob investigação policial.

No delicado momento político e econômico em que o país está inserido, a insuficiência e desencontro de informações acerca dos fatos que tomam os noticiários e que já abalam a estabilidade econômica conquistada com imenso sacrifício social no último ano impede o Presidente da República de se dirigir à nação com a finalidade de cumprir com eficiência seu dever de preservar a estabilidade social por meio da transparência e regularidade de suas atividades.

Nesse contexto, considerando que a inquietação do mercado financeiro já levou atividades da BOVESPA a serem suspensas nesta data, ao tempo que o Congresso Nacional sinaliza a possibilidade de ter sua atenção momentaneamente desviada das reformas estruturais essenciais para a retomada do crescimento econômico e da credibilidade internacional do país, impõe-se ao Presidente da República dirigir-se imediatamente à nação prestando todos os esclarecimentos necessários, o que somente é possível com o atendimento, por Vossa Excelência, ao pleito que ora se formula em nome da estabilidade social.

Atenciosamente,

M
MICHEL TEMER
Presidência da República

74.f

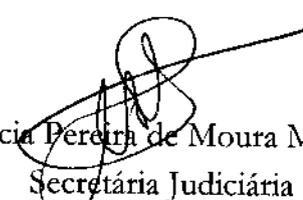
Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária

INQ N. 4.483

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, às 17 h 50 em cumprimento ao despacho exarado pelo Senhor Ministro Edson Fachin na Petição STF n. 25.142/2017, procedi a entrega de envelope lacrado contendo 01 (uma) mídia DVD-R com arquivo de áudio denominado 'PR1 14032017.WAV', conforme indicado na petição inicial da Procuradoria-Geral da República (fls. 4-6), constante da mídia de fl. 59 do referido inquérito, à Senhora Natalia Lacerda Macedo Costa, Procuradora Federal, matrícula 183.225/AGU.

Brasília, 18 de maio de 2017.


Patrícia Pereira de Moura Martins
Secretária Judiciária

Recebido

Natalia Lacerda Macedo Costa
Mat. 1742603